

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

THAYNARA MOREIRA BOTELHO

**A (IN)VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS AOS ASSENTADOS DO ZUMBI  
DOS PALMARES: REPRODUÇÃO ESTRATÉGICA DAS QUESTÕES AGRÁRIA E  
SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Campos dos Goytacazes - RJ

2022

THAYNARA MOREIRA BOTELHO

**A (IN)VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS AOS ASSENTADOS DO ZUMBI  
DOS PALMARES: REPRODUÇÃO ESTRATÉGICA DAS QUESTÕES AGRÁRIA E  
SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano.

Campos dos Goytacazes - RJ

2022

### FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B748

Botelho, Thaynara Moreira.

A (in)viabilização dos direitos sociais aos assentados do Zumbi dos Palmares : reprodução estratégica das questões agrária e social em tempos de crise estrutural do capital / Thaynara Moreira Botelho. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

167 f.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Rodrigo da Costa Caetano.

1. Políticas Sociais. 2. Assentamento Rural. 3. Resistências. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

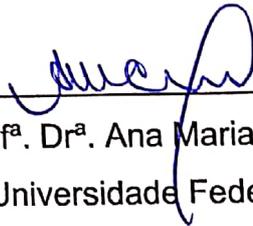
CDD - 361.61

THAYNARA MOREIRA BOTELHO

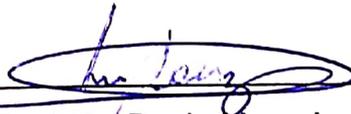
**A (IN)VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS AOS ASSENTADOS DO ZUMBI  
DOS PALMARES: REPRODUÇÃO ESTRATÉGICA DAS QUESTÕES AGRÁRIA E  
SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Políticas Sociais.

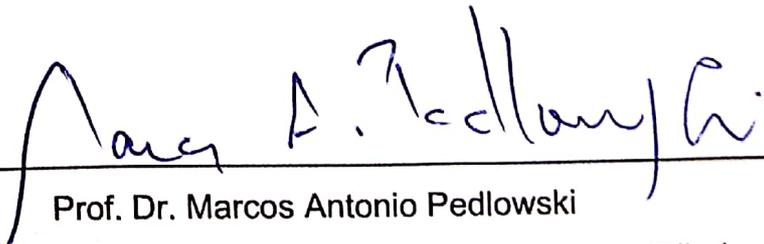
Aprovada em: 18/8/2022



Prof.ª. Dr.ª. Ana Maria Almeida da Costa  
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Marcos Antonio Pedlowski  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano (Orientador)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

JMB

Dedico este trabalho ao meu pequeno Arthur, meu grande amor e parceirinho de vida. Com sua bondade, carinho e ternura me ensina todos os dias.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho que desde bem pequeno, teve que compreender as minhas ausências por conta da rotina de escrita e de trabalho, não foi fácil para nenhum de nós dois, meu amor. Ao meu esposo, amor de muitos anos, por sempre me dar força para seguir a trajetória acadêmica, por respeitar e me incentivar para que concretizasse esse sonho.

Ao meu pai que é o meu exemplo, por sempre incentivar os meus estudos e ser um dos principais responsáveis para que eu não desistisse desta etapa tão importante em minha vida. A minha mãe que se faz presente em mim, me dando força e luz e que me forneceu as bases (ainda que no curto período que tive a oportunidade de tê-la como orientadora terrena) para continuar seguindo o curso da vida.

Aos meus avós (Marlene e Darcy) que me auxiliaram nas intempéries da vida e pelas vibrações positivas que emanaram. Aos meus irmãos (Mônica, Júnio, Thayana e Theo) que são verdadeiros amigos e que sempre poderei contar. Aos meus sobrinhos (Ray, Bê, Gabriel, Rafa e Dani) que são dádivas em minha existência enquanto ser. Ao meu sobrinho “Igor” pelas palavras de incentivo na reta final. A minha madrastra pelo apoio; aos meus cunhados(as), em especial a minha cunhada Lu, que juntamente com o meu amor e a Mônica, cuidaram tão bem do Arthur para que eu pudesse trabalhar e escrever a tese. A minha sogra e ao meu sogro por todo o estímulo nestes longos anos. Aos meus tios(as) e amigos(os) pela força no decorrer desta trajetória.

Ao meu orientador Rodrigo, por todas as orientações, trocas e aprendizagens que me proporcionou ao longo deste ciclo. Aos professores doutores (Ana Maria Almeida da Costa e Marcos Antonio Pedlowski), por todas as contribuições desde o período da defesa do projeto e por terem aceitado o convite para comporem a banca examinadora. Ao professor doutor Paulo Marcelo de Souza por participar desta banca. Ao professor doutor Marlon Gomes Ney, que aceitou ser suplente e por todas as trocas ao longo destes anos na sala 205. A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos que me foi concedida.

Aos povos do campo, resistentes no Brasil e aos que neles se descobrem, fazem, sofrem, vivem e re(vivem), mas sobretudo lutam por um mundo sem

mistificação. A todos que contribuíram e intercederam na construção deste trabalho, vocês sabem o quanto sou melhor e feliz por tê-los comigo! Muito obrigada!

## Fluidez

Ando devagar, mas insisto em caminhar contrariando muitas vezes o curso das contingências, pois a vida segue...

A vida segue para o infinito para antes e depois de mim, a vida segue.

Meus tataravôs eram escravos? A vida segue...

Não conheço meus tios avós? A vida segue...

Nasci no bojo do latifúndio da usina São João? A vida segue...

A vida segue seu curso, seu caminho e como caminhantes, peregrinos neste mundo desigual, necessitamos constantemente avaliarmos o percurso, checar a bagagem e principalmente a nossa saúde, física, mental e espiritual, para continuar o caminho.

Porque a vida segue, formalmente não há escravos em minha família. Meus avós construíram uma família bem numerosa, seis filhas, um filho, muitos netos e bisnetos.

Porque a vida segue, do bojo do latifúndio da usina São João, nasceu, via *fôrceps*, o assentamento Zumbi dos Palmares, onde moro.

Mas não para por aí, pois as contingências constantemente nos desafiam porque a vida segue...

(Alcimar H. Martins, assentado no Zumbi dos Palmares, Região Norte Fluminense. Agente da CPT/Campos-RJ).

## **A (in)viabilização dos direitos sociais aos assentados do Zumbi dos Palmares: reprodução estratégica das questões agrária e social em tempos de crise estrutural do capital**

### **RESUMO**

O presente trabalho consistiu em analisar a redução do acesso às políticas sociais para que possamos refletir sobre a inviabilização dos direitos sociais aos assentados do Zumbi dos Palmares. O referido assentamento foi criado no ano de 1997, situa-se nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, ambos localizados na Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. A territorialidade em questão se destaca por possuir o maior número de famílias assentadas do estado. Contudo possuem dificuldades no que tange às organicidades diante da maior focalização das políticas sociais. Metodologicamente, os tipos de pesquisa utilizados foram a bibliográfica e o estudo de caso, cuja abordagem articulada foi a qualitativa, sob a dimensão da pesquisa investigativa. Para tanto foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os assentados dos cinco núcleos, com as assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social de ambos os municípios que atendem ao assentamento e com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado do Rio de Janeiro. De forma geral, os resultados apontaram que os desmontes nas políticas sociais contribuem para o enfraquecimento das lutas e, conseqüentemente para a diminuição do escoamento da produção já que dependem de infraestrutura, assistência técnica e de editais de fomento. Os desafios impostos pela sociedade burguesa e ainda impetrados pela distância das terras entre os núcleos, somados à estratégica diminuição de políticas sociais, contribuem para a dificuldade de organização e locomoção dos assentados entre os núcleos. Ainda que os desafios possuam ampla magnitude, não foram capazes de fazer com que deixassem de existir organicidades no assentamento Zumbi. No entanto é destacável a diminuição de organizações coletivas, como sinônimo de resistências, no sentido dado pelo historiador Ernest Palmer Thompson. Em tempos de crise estrutural do capital, políticas sociais precisam ser garantidas e alternativas precisam ser pensadas ao sistema que há décadas apresenta sinais de desmoronamento.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Assentamento Rural. Resistências.

# **The (un)feasibility of social rights for the settlers of Zumbi dos Palmares: strategic reproduction of agrarian and social issues in times of structural crisis of capital**

## **ABSTRACT**

The present work consisted of analyzing the decrease in access to social policies so that we can reflect on the unfeasibility of social rights to the settlers of Zumbi dos Palmares. This settlement was created in 1997, it is located in the municipalities of Campos dos Goytacazes and São Francisco de Itabapoana, both located in the North Fluminense region of the state of Rio de Janeiro. The territoriality in question stands out for having the largest number of settled families in the state. However, they have difficulties with regard to organicities in view of the greater focus of social policies. Methodologically, the types of research used were bibliographic, field and case study whose articulated approach was qualitative, under the dimension of investigative research. To this end, semi-structured interviews were carried out with the settlers of the five nuclei, with the social workers of the Social Assistance Reference Center of both municipalities that serve the settlement and with the leaders of the Landless Rural Workers Movement in the state of Rio de Janeiro. In general, the results showed that the dismantling of social policies contributes to the weakening of the struggles and, consequently, to the reduction of the flow of production, as they depend on infrastructure, technical assistance and promotion notices. The challenges imposed by bourgeois society and still imposed by the distance of land between the nuclei, added to the strategic reduction of social policies, contribute to the difficulty of organization and locomotion between the nuclei by the settlers. Although the challenges have a wide magnitude, they were not able to stop the existence of organic elements in the Zumbi settlement. However, the decrease in collective organizations is noteworthy, as a synonym of resistance, in the sense given by historian Ernest Palmer Thompson. In times of capital's structural crisis, social politics need to be guaranteed and alternatives need to be thought of to the system that for decades has shown signs of collapse.

Keywords: Social Politics. Rural Settlement. Resistances.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Charge “Os mesmos vícios do passado” .....	57
Figura 2 – Charge “Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária” ....	77
Figura 3 – Charge “Continuamos em marcha contra o neoliberalismo” .....	79
Figura 4 – Charge “É preciso agilizar a reforma agrária” .....	81
Figura 5 – Charge “Agronegócio: o pior negócio para o povo brasileiro” .....	83

### FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Núcleo 1 do assentamento Zumbi dos Palmares (antiga sede da usina São João) .....	23
Fotografia 2 – Núcleo 1 do assentamento Zumbi dos Palmares, sítio Brava Gente . .....	104
Fotografia 3 – Residência de uma família depois do parcelamento dos lotes no Zumbi, no ano de 2001 .....	106
Fotografia 4 – Residência de uma família após a liberação de recursos para moradia, no ano de 2001 .....	108
Fotografia 5 – Escola Municipal Carlos Chagas .....	109
Fotografia 6 – Produção de abacaxi em um lote situado no núcleo 5 .....	115
Fotografia 7 – Igreja Universal do Reino de Deus, situada no núcleo 2 .....	117

### GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orçamento federal executado no ano de 2021 .....	36
Gráfico 2 – Número de ocupações e assentamentos criados de 1995 a 2002 .....	75
Gráfico 3 – Número de ocupações e assentamentos criados de 2003 a 2010 .....	80
Gráfico 4 – Número de ocupações e assentamentos criados de 2011 a 2016 .....	85
Gráfico 5 – Número de ocupações e assentamentos criados de 2017 a 2019 .....	86

## **MAPA**

Mapa 1 – Assentamento Zumbi dos Palmares .....	22
--	----

## **QUADROS**

Quadro 1 – Crescimento da produção de açúcar pelas usinas no estado do Rio de Janeiro .....	94
Quadro 2 – Expansão da produção do açúcar (sacos de 60 kg) .....	95
Quadro 3 – Principais formas de escoamento da produção .....	110
Quadro 4 – Produção no Zumbi .....	113

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CDPA – Comissão de Defesa da Produção Açucareira

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPESCAMP – Cooperativa dos Assentados de Campelo e Região

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

GERA – Grupo Executivo Gestor de Reforma Agrária

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INTER – Instituto Jurídico das Terras Rurais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PL – Projeto de Lei

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

STF – Supremo Tribunal Federal

STRC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UDR – União Democrática Ruralista

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFES – Universidade Federal do Estado do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. POLÍTICAS SOCIAIS E O HISTÓRICO DAS LUTAS PELAS TERRAS NO BRASIL .....</b>	<b>31</b>
2.1. ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL .....	32
2.2. A QUESTÃO SOCIAL E A AGRÁRIA: INTERFERÊNCIA ESTATAL, CONFLITOS RURAIS E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS .....	47
2.3. RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: MUDANÇAS, DESAFIOS E VIOLÊNCIAS AS QUAIS FORAM SUBMETIDOS DESDE O SEU PERÍODO EMBRIONÁRIO .....	59
<b>3. POLÍTICAS SOCIAIS DIRECIONADAS AOS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DE MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E A CRIAÇÃO DO ZUMBI DOS PALMARES .....</b>	<b>72</b>
3.1. DESDE O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: PRETERIÇÃO À QUESTÃO AGRÁRIA E OPTAÇÃO PELO NEGÓCIO DO CAPITAL .....	73
3.2. DA MATERIALIZAÇÃO DO LATIFÚNDIO NA USINA SÃO JOÃO À CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.....	92
<b>4. A DENEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS AOS ASSENTADOS DO ZUMBI E AS INFLUÊNCIAS EXERCIDAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS .....</b>	<b>116</b>

4.1. INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS NOS NÚCLEOS .....	116
4.2. POLÍTICAS SOCIAIS - ENTRE AS GARANTIAS LEGAIS E A NEGAÇÃO DE DIREITOS AOS POVOS DO ZUMBI .....	120
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADA AOS ASSENTADOS DO ZUMBI DOS PALMARES .....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADA AOS LÍDERES OU EX-LÍDERES DO MST NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADA ÀS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATENDEM AO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO A – IMPLANTAÇÃO DE MAIS UM PRÉDIO DA USINA SÃO JOÃO .....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO B – EXPLORAÇÃO DE TRABALHADORES NA USINA .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO C – OCUPAÇÃO DA USINA SÃO JOÃO .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO D – DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS DA USINA SÃO JOÃO .....</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Toda memória é subversiva porque é diferente. Todo projeto de futuro também. Obrigam zumbi a comer sem sal: o sal perigoso, poderia despertá-lo. O sistema encontra seu paradigma na imutável sociedade das formigas. Por isto se dá mal com a história dos homens: pelo muito que esta muda. E porque, na história dos homens, cada ato de destruição encontra sua resposta – cedo ou tarde – num ato de criação. (GALEANO, 2009, p. 200).

A questão agrária no Brasil existe desde o período do Brasil Colônia. Quando se fala nesse assunto é necessário levar em consideração que é um problema estrutural. Longe de ser superado, os conflitos no campo e as desigualdades sociais advindas com a concentração de terras se acentuam fazendo com que trabalhadoras e trabalhadores rurais encontrem dificuldades para conseguirem matar a fome. No Brasil há grande extensão de terras, no entanto, a forma como foi apropriada fez com que surgisse uma ampla questão agrária. A concentração da estrutura fundiária faz com que os povos do campo sofram repressões e violências<sup>1</sup>.

Em tempos da profunda e permanente crise estrutural do sistema do capital, o Estado brasileiro restringe as políticas sociais e reverbera ainda mais a quem elas servem majoritariamente. Estudar sobre o negligenciamento dos direitos sociais dos povos do campo se tornou fundamental em um momento em que está havendo retrocessos no que tange à política de implementação da reforma agrária. Neste momento inicial do trabalho é importante ressaltar que o entendimento nesta tese sobre a crise estrutural segue a concepção do filósofo marxista István Mészáros. Este pensador analisa que a crise não é mais cíclica, por isso a necessidade de se pensar em alternativas diante da complexidade e consequências do seu caráter estrutural.

Por organicidades, estamos nos referindo às formas de organizações que primam por um ideal. No caso específico, aludem à luta de pessoas que, apesar das dificuldades do percurso, conseguiram destruir o antigo latifúndio que compunha as terras da antiga usina São João. O substantivo feminino “organicidades” é definido

---

<sup>1</sup> Por violência, entende-se “o constrangimento, danos materiais ou imateriais, destruição física ou moral exercida sobre os povos do campo e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo”. (CPT, 2021, p. 17).

pelo dicionário on-line de português<sup>2</sup> como sinônimo de: “o que se desenvolve organizadamente” e “qualidade do que é próprio aos seres e organismos vivos”.

Por resistências, Thompson (2015) entende os processos de lutas que se formaram pela plebe inglesa no século XVIII, na Europa. Naquele período, as terras foram fechadas e concedidas aos detentores de poderes econômicos, por este motivo, e como forma de contestação às perdas de direitos dos povos que viviam no campo, foram formados os motins. Fundamentados nos costumes, os camponeses se organizaram contra à perda de liberdade vivenciada com os cercamentos de terras. A seguinte passagem descrita no livro evidencia este processo:

‘Meus camaradas’, disse, ‘não se esqueçam de trazer suas machadinhas amanhã para derrubar este portão, pois temos de passar por ele para chegar as nossas fronteiras.’ ‘Não fale tão alto’, disse meu amigo, ‘senão as pessoas na casa da princesa viúva vão acabar escutando’. ‘Oh’, repliquei levantando a voz, ‘não me importo que escutem. Sou John Lewis de Richmond, e pretendo derrubar este portão amanhã para ter passagem de acordo com o costume’. (THOMPSON, 2015, p. 100).

Nas comunidades camponesas, o costume, as expectativas e os sentimentos de lutas comunitárias determinavam os usos das terras comunais pré-modernas. O processo histórico-cultural permitia a inseparabilidade do trabalho e vida, conforme analisou Thompson, 2015. Depois de séculos dos cercamentos de terras, ainda ocorre a violabilidade de direitos para os povos do campo. Por este motivo, as resistências ainda acontecem no assentamento Zumbi dos Palmares.

É um desafio refletir sobre a diminuição do acesso e da garantia de políticas sociais em um assentamento rural no contexto da estratégica questão agrária brasileira. Desde o “(des) governo” do ex-presidente Michel Temer, o Ministério de Desenvolvimento Agrário foi extinto e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária reduziu suas funções devido aos acentuados cortes de verbas direcionados às políticas sociais.

A crise do capital é estrutural e agravada pela crise de saúde pública, ocasionada pelo período pandêmico, e pela política de governo que tenta criminalizar os movimentos sociais, sobretudo os do campo. Para as análises realizadas neste trabalho foram importantes os resgates teóricos, metodológicos e sócio-históricos

---

<sup>2</sup> Dicionário On-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/organicidade/> Acesso em: 8 de junho de 2022.

para se entender as mudanças ocorridas ao longo dos anos das políticas sociais ofertadas aos povos do campo.

A partir de análises históricas sobre o tema foram considerados os impactos dos desmontes das políticas sociais e perdas de direitos que os assentados vivenciam todos os dias. Há de se salientar também a influência do MST, da CPT e das lideranças religiosas no assentamento rural Zumbi dos Palmares. Assim como as Ligas Camponesas, o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra, desde o seu surgimento, obtém influência de líderes religiosos ligados à luta pela terra.

Ao longo do seu percurso histórico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem dando notoriedade à pesquisa científica para entranhar o conhecimento como forma de luta política, o que se justifica pela complexidade da discussão sobre a questão agrária. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). É importante ter a interligação do trabalho dos pesquisadores em universidades com as práticas dos povos do campo, em um momento em que, resistir não é só ressaltante, mas fundamental para a sobrevivência de trabalhadores que são espoliados constantemente pelo capital.

No processo de conhecimento, a pesquisadora necessita entender a realidade para além das aparências fenomênicas e imediatas. A motivação para estudar sobre a questão agrária vem desde o período da graduação em Serviço Social na UFF, realizada nos anos de 2008 a 2012. Durante esse período, participei das edições do quinto ao oitavo seminários organizados por essa universidade sobre o trabalho análogo ao escravo e dos impactos do agronegócio sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense. Nesses espaços, conheci e tive a oportunidade de conversar com uma das mais importantes lideranças do Zumbi dos Palmares naquele período, o Cícero Guedes. O tom alto da voz e a intenção em se lutar pela justiça social presente no olhar e fala daquele homem me impressionava.

Em um desses eventos, depois da exposição da palestrante sobre as injustiças sociais cometidas no campo e da importância e significado da palavra reforma agrária, Cícero falou uma frase que ainda ressoa em minha memória: “[...] quando me inseri na luta pela terra, não sabia o significado (que vocês chamam de teórico) de reforma agrária, mas sabia da sua importância na prática para os companheiros do campo. Então, essa palavra passou a me acompanhar e sempre falo: reforma agrária já... reforma agrária já... reforma agrária já [...]”.

Nesse momento, as pessoas que estavam no auditório sorriram, a simplicidade acompanhada da intensa competência em se lutar pela reforma agrária era nítida. A partir de então, fiquei motivada a estudar sobre o assentamento Zumbi dos Palmares. Contudo naquele momento não foi possível pois tive que me formar quase um ano antes do previsto, logo, a alternativa viável para o trabalho de conclusão de curso foi estudar sobre a área educacional uma vez que estava realizando estágio nessa área, o que me levou a aprofundar os estudos sobre o serviço social na educação.

Depois, na realização da especialização *lato sensu* e do mestrado, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, também não foi possível a discussão sobre essa temática tão importante. Após esse período em Vitória, resolvi tentar a seleção de doutorado unicamente para o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Uenf pois sabia da ligação dessa universidade com os assentamentos rurais localizados no Norte Fluminense.

Mudar a temática de estudo não foi uma escolha fácil, construir caminhos ainda não trilhados é mais difícil, entretanto, estava disposta a enfrentar um novo desafio e iniciar uma jornada teórica ainda não percorrida. Sobre a definição da temática da pesquisa, Minayo (2012) esclarece que a escolha do que estudar não acontece de forma espontânea, assim como o conhecimento não é irrefletido. Ambos surgem de circunstâncias e interesses socialmente condicionados e são frutos da inserção no real, no qual se encontram as razões e os objetivos.

Partindo desse entendimento, a escolha por pesquisar sobre o assentamento foi por conhecer o histórico do local, ser o assentamento no estado que possui o maior número de famílias assentadas, marcar a chegada<sup>3</sup> do MST nesta cidade e estar situado majoritariamente em Campos dos Goytacazes, lugar em que resido.

Esse município se destaca por reunir o maior número de assentamentos da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, são 11 no total. No Zumbi, o número de famílias assentadas é de 507. São 506 lotes, com medição aproximada de nove

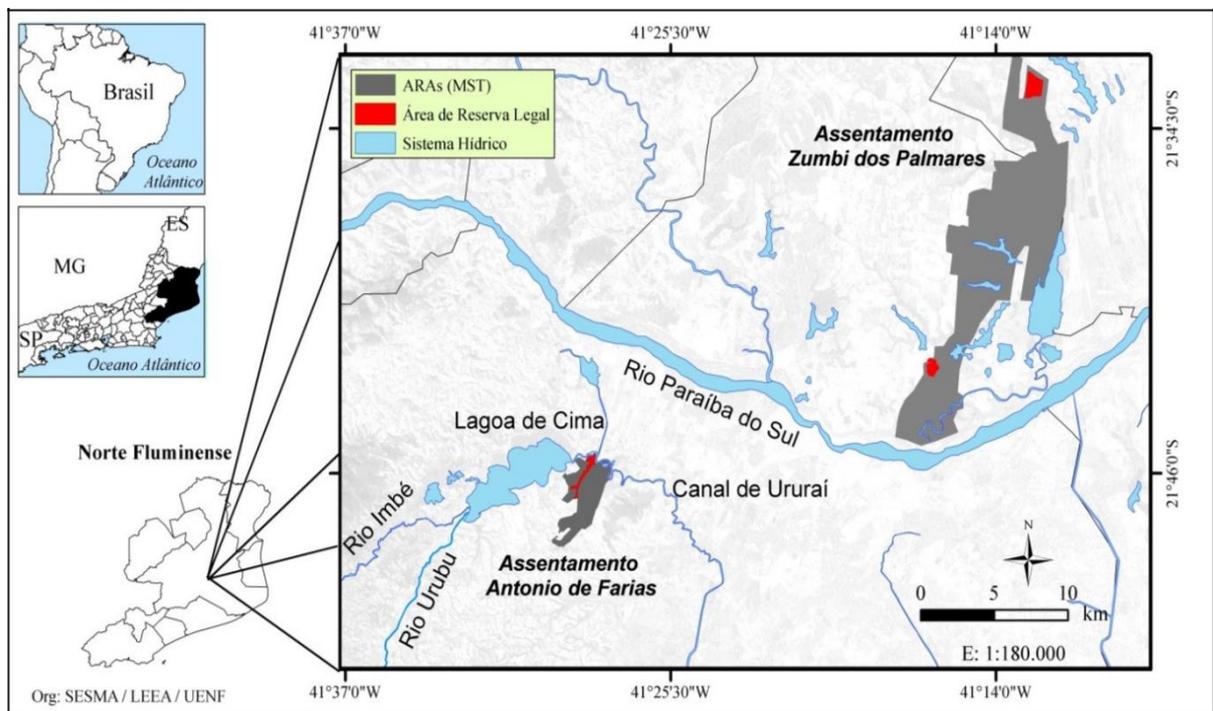
---

<sup>3</sup> Há divergência na literatura no que diz respeito ao ano de chegada do MST no estado do Rio de Janeiro. Alguns pesquisadores afirmam que o movimento começou a atuar no estado em 1996, cujo objetivo foi organizar a ocupação no Zumbi e realizar a ocupação da fazenda Capelinha, na cidade de Conceição de Macabu. Entretanto, no presente trabalho, falamos em retorno do movimento ao estado já que o próprio site do MST, do Incra e artigos como os de Fernandes (2000) e Alentejano (2011) apresentarem que as primeiras tentativas de consolidação ocorreram nos anos de 1985 a 1987, apesar de não serem concretizadas. Foi em 1993 que o movimento começou a se territorializar por diversas regiões do estado do Rio de Janeiro.

hectares e um, situado no núcleo 5, que tem a medição menor, denominado de pararural<sup>4</sup>. A área total do assentamento é de 8.005 hectares. (INCRA, 2020).

A área do Zumbi foi dividida em cinco núcleos, sendo que o do primeiro ao quarto se situam no município de Campos dos Goytacazes e o quinto no município de São Francisco do Itabapoana. No local, é forte a produção de abacaxi, hortaliças, banana, cana-de-açúcar e mandioca, além do artesanato com folha de bananeira<sup>5</sup>. (INCRA, 2020). No mapa abaixo é possível verificar a grandiosidade do assentamento Zumbi dos Palmares.

Mapa 1 – Assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: LEITE, PEDLOWSKI E HADDAD, 2014, p. 139.

Os assentamentos rurais se referem a um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária onde originalmente existia um imóvel rural. De acordo com as orientações do

<sup>4</sup> Esse tipo de lote é concedido aos trabalhadores rurais que possuem alguma limitação que os impeçam de cuidar de terras amplas. No caso específico do Zumbi, de acordo com o entrevistado J (agosto de 2021), o lote pararural se situa no núcleo 5, possui medição de um hectare e foi concedido a um senhor, trabalhador rural, que iria residir sozinho no local. Os demais lotes do Zumbi possuem medição entre nove e dez hectares.

<sup>5</sup> Informações retiradas do site do Incra. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/node/30540> Acesso em: 28 jan. 2021.

instituto, a mão de obra utilizada em terrenos de assentamentos rurais deve ser exclusivamente familiar. (INCRA, 2021).

Cada uma das unidades do Zumbi foi entregue a uma família que não possuía condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. O tamanho e a localização de cada lote foram determinados pela geografia do terreno, pelas condições produtivas do espaço geográfico e pelo respeito as áreas de preservação ambiental, conforme pode ser observado no mapa 1.

É válido ponderar também que a antiga sede central da usina, por estar fora da área desapropriada, não foi demolida, conforme pode ser observado na fotografia abaixo, retirada da principal estrada que dá acesso ao assentamento pelo núcleo 1. Foi relatado por alguns assentados nas entrevistas que a estrutura central do reduto canavieiro de exploração ainda está presente nas memórias que possuem do período em que trabalhavam para a São João, ainda que tenham ressignificado o sentido das vivências naquelas terras.

Fotografia 1 – Núcleo 1 do assentamento Zumbi dos Palmares (antiga sede da Usina São João)



**Fonte:** Foto retirada pela pesquisadora em 18/6/2018.

As questões de pesquisa que nortearam o trabalho foram:

1) Como as mudanças de governos na esfera federal (que afetam a condução de políticas sociais), interferiram na garantia dos direitos sociais dos assentados de reforma agrária?

2) Os assentados do Zumbi estão acessando políticas públicas que garantam os direitos sociais?

3) Estão sendo articuladas organizações coletivas na tentativa de lutar pelos direitos sociais. Caso sim, essas organizações possuem influências de movimento social ou religioso?

Em consonância com essas questões, o objetivo geral do trabalho consistiu em analisar a diminuição do acesso às políticas sociais para que possamos refletir sobre a inviabilização dos direitos sociais aos assentados do Zumbi dos Palmares. Para se alcançar este objetivo foram erigidos os seguintes objetivos específicos:

1) Estudar sobre o significado das questões agrária e social no Brasil, destacando as lutas e desafios postos ao MST, para que possamos entender o porquê da importância da política social para os povos do campo;

2) Analisar os impactos das mudanças nas políticas adotadas pelos diferentes governos na esfera federal para os sujeitos do campo desde o período da criação do Zumbi dos Palmares;

3) Verificar quais políticas sociais os assentados conseguem acessar pelos Cras e Creas e se existe influência das igrejas e movimentos sociais diante da diminuição de direitos sociais.

À luz desses objetivos foi definida a metodologia, a qual expressa as formas de se fazer ciência, é responsável por definir os procedimentos, as ferramentas e os caminhos a serem seguidos. A metodologia é fundamental por incluir a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador, conforme Minayo (2012).

A metodologia é mais ampla que as técnicas justamente por incluir as concepções teóricas de abordagem à realidade empírica. Enquanto conjunto de técnicas, o arsenal metodológico precisa dispor de um instrumental claro, elaborado e coerente, que seja capaz de encaminhar os impasses teóricos aos desafios da prática. (MINAYO, 2012).

Com relação à teoria, o presente trabalho foi situado em uma perspectiva histórica a fim de se entender a estruturação da sociedade e de como os movimentos sociais se mobilizam face às injustiças sociais. O objeto da pesquisa em questão é socialmente condicionado e existe porque faz parte de um sistema reprodutor de desigualdades.

Partindo do entendimento de que o “método” não deve ser um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto e que implica necessariamente em uma determinada perspectiva do sujeito que pesquisa, para este estudo, o viável foi o do materialismo histórico-dialético. A palavra método está entre aspas porque Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre essa questão por considerar que ele não deve ser um conjunto de regras formais e acabadas que se “aplicam” a um objeto. Logo,

Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação do pensamento de Marx era ontológica. (NETTO, 2011, p. 27).

O “método” utilizado nessa pesquisa pode ser considerado materialista, pois se origina das análises da materialidade do ser, que formam a base de todas as outras relações. É histórico, pois entende-se que o objeto a ser pesquisado não é imutável, sofre alterações de acordo com o período histórico e local em que se situa. É dialético por compreender que existe a contradição dentro da sociedade, da qual as análises partem de pressupostos reais. Conforme Demo (2015), isto que faz da dialética um constante vir a ser, um processo interminável, criativo e irrequieto.

O objeto em questão foi trabalhado de forma interdisciplinar. É necessário que a comunicação entre as áreas atue na reformulação do saber, do ser e do fazer. A intenção é alcançar um conhecimento abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. (COIMBRA, 2000). Nessa tarefa, o pesquisador possui um papel fundamental, deve ser essencialmente ativo para compreender a essência do objeto. Destarte o sujeito que pesquisa precisa deter um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e ser dotado de criatividade. A prática da ação-reflexão-ação, orientada por Freire (1987), foi fundamental para a construção da dialogicidade com os sujeitos pesquisados.

Os dados coletados nas entrevistas foram trabalhados por meio da análise de conteúdo. Para a criação e classificação das categorizações foi necessário criar regras de inclusão e exclusão. Conforme orientado por Carlomagno e Rocha (2016),

as categorias elencadas não puderam ser amplas para que a confiabilidade dos dados fosse garantida. A análise de conteúdo se refere à um conjunto de técnicas, indicando que há diversas formas para se analisar o material da pesquisa. De acordo com Gomes (2012) e Minayo (2012), as categorias precisam ser exaustivas (capazes de darem conta de todo o conjunto do material a ser analisado), exclusivas (o aspecto do conteúdo material não pode ser colocado em mais de uma categoria), concretas (não podem expressar abstração) e adequadas (a categorização deve ser adaptada ao conteúdo e ao objetivo). Ainda sobre o assunto, Caregnato, Mutti (2006) e Minayo (2012) afirmam que o objetivo desse instrumental é permitir ao pesquisador inferir sobre o conteúdo do material trabalhado, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Antes do início das entrevistas foi realizado o pré-teste, o que possibilitou a alteração de duas questões presentes na formulação inicial do roteiro a ser direcionado aos assentados, nos outros roteiros não houve alteração. Esta testagem foi importante por explicitar que as perguntas formuladas atendiam aos quesitos da fidedignidade, validade e operatividade, considerados fulcrais para as entrevistas, de acordo com Marconi e Lakatos (2003).

Com a realização das entrevistas semiestruturadas e das reflexões realizadas, com foco na análise temática, foram realizadas as análises sobre as categorias elencadas. Ao combinar perguntas abertas e fechadas, permitiram aos sujeitos discorrer sobre a temática em questão sem ter que se prender à indagação formulada, conforme é orientado pela Minayo (2014).

Sobre essa técnica de pesquisa, Cardoso (2008) fez análises interessantes sobre o cuidado que devemos ter com os sujeitos respondentes da pesquisa. A autora sinaliza que talvez o sujeito não esteja disponível, preparado ou simplesmente não queira conceder a entrevista. Por isso o respeito, a sensibilidade e o cuidado na abordagem são elementos fundamentais no processo.

A ordenação dos dados coletados se iniciou com a transcrição na íntegra das gravações<sup>6</sup> das entrevistas, seguida pela organização e leitura do material transcrito. A realização desse processo ocorreu em concomitância com as leituras do material bibliográfico. A etapa seguinte consistiu na análise das informações por

---

<sup>6</sup> É relevante dizer que todos os entrevistados concederam a gravação das entrevistas.

categorização, com base na agregação de respostas e tabulação dos dados coletados.

As categorias de análise das entrevistas foram obtidas por meio das classificações: identificação; tipos de produção e escoamento; relação com movimentos sociais e/ou religiosos; estruturação e organicidades no assentamento; relação do MST com o governo federal desde o período inicial de ocupação no Zumbi; políticas sociais que os assentados tiveram ou têm acesso; trabalho profissional realizado no assentamento; mudanças na consecução das políticas sociais a partir de diferentes perspectivas governamentais na esfera federal.

Por conta do período pandêmico, ocasionado pelo vírus Sars-CoV-2, o momento da escrita foi permeado por intensos desafios por conta do agravamento na saúde da população, por causa do contágio e transmissibilidade do vírus. Por se tratar de uma pesquisa em um assentamento específico, a pesquisadora perseverou em realizar o estudo de caso, apesar das dificuldades ocasionadas para a sua realização. No assentamento, a internet e o sinal de celular são ruins, fatos que dificultaram a realização das entrevistas por plataformas digitais.

No ano de 2020 foi possível contactar alguns trabalhadores rurais e falar da necessidade da realização de entrevistas, mas por conta do aumento da probabilidade da disseminação do vírus, de decretação de *lockdown* em determinados períodos e pelo medo expressos nas conversas com os assentados, a realização das entrevistas teve que ser postergada. A pesquisadora se preocupava bastante em pensar na possibilidade de estar assintomática e contaminá-los, principalmente por saber das dificuldades que possuíam para conseguirem acessar os serviços de saúde.

Em julho de 2021, alguns assentados aceitaram conceder a entrevista pelo fato de terem tomado a primeira dose da vacina contra a Covid-19, assim o estudo de caso no Zumbi foi retomado. Esse momento foi importante por voltar a permitir a aproximação com a realidade sob a qual se formulou indagações, possibilitando o entendimento e a criação de um conhecimento empírico, considerado fundamental para quem faz pesquisa social, como nos ensina Minayo (2012).

A abordagem para a realização das entrevistas foi a qualitativa, necessária para o entendimento dos significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes dos sujeitos pesquisados. Essa abordagem permitiu a objetivação da teorização, o estabelecimento de técnicas, conceitos e análises específicas, aprofundadas e

contextualizadas, elementos importantes para quem faz pesquisas acadêmicas, conforme orienta Minayo (2012).

No assentamento além das entrevistas foi realizada a observação assistemática, proporcionadas pelas visitas no local. Essa técnica de observação não estruturada, também é denominada de:

espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 192).

De acordo com Minayo (2012), a importância da observação está no fato de poder notar tudo aquilo que não é dito, mas que pode ser captado por um observador atento e persistente. A entrevista tem como ponto fulcral a fala de seus interlocutores. Por esse motivo, o tempo de escuta, relatos, emoções e silenciamentos no decorrer do processo foram respeitados. Nem todas as idas ao assentamento foram para a realização das entrevistas, o que foi importante para manter o contato da pesquisadora com os assentados, elemento essencial para a abordagem qualitativa.

A estruturação da tese se deu de forma a contemplar a discussão das políticas sociais no Brasil por uma perspectiva crítica. O primeiro item do capítulo 1 versou sobre a dualidade da significância das políticas sociais gestada pelos aparelhos estatais. Para tanto foi realizado uma análise sobre o papel regulatório das políticas sociais ao mesmo tempo em que são importantes para garantir os direitos dos usuários<sup>7</sup> da política de assistência.

De acordo com Gil, (2002, p. 45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Para este capítulo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica por meio do estudo exploratório de livros e artigos científicos de renomados autores que discutem o caráter dual das políticas sociais e seu financiamento, dentre os quais se destacam os trabalhos de Behring,

---

<sup>7</sup> É composto por: “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (BRASIL, 2004, p. 33).

(2009, 2011); Boschetti (2009); Netto (2003); Pereira (2008); Salvador (2010) e Soares (2009).

Em seguida foi apresentado o significado da questão agrária e social ao longo dos anos em um país situado na periferia do capitalismo mundial. Nesse momento foram explicitados os principais marcos legislativos e normativos referentes à estrutural questão agrária no Brasil. Para as análises e definições sobre essa temática foram imprescindíveis as leituras de Fernandes (1999); Lustosa (2012); Neves (1981); Netto (2012); Santos (2012) e Stédile (1997, 2005). As definições apresentadas por estes autores foram trabalhadas também por meio do estudo exploratório, proporcionado pela pesquisa bibliográfica.

Na sequência fez-se necessário realizar uma análise histórica do MST. Foi dada ênfase aos desafios que o movimento passou por se formar em um período ditatorial, marcado pelos intensos anos de repressão. Nesse período da história, parte dos trabalhadores rurais enlutados foram torturados, presos e mortos. Pós-ditadura, apesar de intensidades diferentes, os desafios também foram colocados ao movimento. A violência aos povos do campo continuou acontecendo, como exemplos foram lembrados os sangrentos e covardes episódios no Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Para a estruturação dessa parte, o estudo exploratório realizado por meio da pesquisa bibliográfica se embasou principalmente nas discussões de Coelho (2014); Fernandes (1999); Lewin, Ribeiro, Silva (2005) e Stédile (1997, 2005).

A partir do entendimento sobre o significado das políticas sociais e da reprodução das questões agrária e social, ocasionadas pelos séculos de latifúndio no Brasil, foi importante refletir sobre as políticas sociais que foram direcionadas aos assentados de reforma agrária a partir de meados da década de 1990. No capítulo 2, além da pesquisa bibliográfica, foram consolidadas as análises das entrevistas por meio do estudo de caso realizado no assentamento.

Essa modalidade de estudo, “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. (GIL, 2002, p. 54). O estudo de caso seguiu as orientações de Bartlett e Vavrus no que tange à adoção de uma postura teórica não simplista. O que significa dizer que “a abordagem é guiada por teoria crítica e suas questões e pressupostos referentes a poder e desigualdade”. (2017, p. 908).

A questão agrária, considerada em seu sentido amplo, não foi prioridade dos governos analisados a partir da década que marcou a criação do Zumbi. Apesar das

particularidades de cada governo e dos diferentes compromissos assumidos ou não com o principal movimento que luta pela reforma agrária popular no país, o que se teve como prioridade foi o incentivo ao agronegócio, fato que representa uma ameaça à saúde pública e à sobrevivência da humanidade.

A escolha pelo recorte histórico iniciando no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, ocorreu devido ao assentamento Zumbi dos Palmares ter sido criado no ano de 1997, ou seja, no terceiro ano de mandato da primeira gestão desse ex-presidente. Apesar do expressivo número de assentamentos criados nesse governo, a reforma agrária, pensada em sentido amplo, não aconteceu.

O seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente como Lula, comparativamente assentou menos famílias, mas criou mais políticas sociais que foram importantes para os povos do campo. (DATALUTA, 2020). Inobstante desde o período em que houve a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, houve tentativas de enfraquecimentos dos movimentos sociais, sobretudo os do campo. Na sequência foi realizado um histórico sobre: a cidade em que situava a usina, a consolidação do latifúndio nas terras dos povos Goitacás, a derrubada da monocultura da cana que compunha as terras da ex-usina e a consolidação do grandioso assentamento de reforma agrária, situado majoritariamente na cidade de Campos.

Por fim, no capítulo 3, a partir da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso, foram destacadas as influências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, das igrejas presentes no assentamento e das dificuldades de acesso às políticas sociais, que estão sendo obstaculizadas pelo governo federal. A notoriedade e os impactos da complexa questão agrária, as perdas de direitos, a diminuição e a focalização das políticas sociais fizeram com que fossem acirradas as expressões da questão social para as populações do campo. Por este motivo, as discussões que compuseram as páginas seguintes refletiram sobre a importância das políticas sociais em um país marcado por desigualdades estruturais desde o período em que houve a colonização.

## 2 POLÍTICAS SOCIAIS E O HISTÓRICO DAS LUTAS PELAS TERRAS NO BRASIL

Chegou um tempo em que a vida é uma ordem. A vida apenas, sem mistificação. (ANDRADE, 2012, p. 35).

Para se discutir sobre a questão agrária é fulcral analisar o significado das políticas sociais sob uma perspectiva ampla, a partir do entendimento sobre a quem elas servem majoritariamente. As políticas sociais são marcadas pelos ajustes neoliberais, os quais interferem na dinâmica cotidiana dos sujeitos sociais. Dessa forma é importante a análise das estratégias de regulação do Estado perante as mobilizações sociais.

De acordo com Netto (2003), as políticas sociais são consideradas instrumentos focalizados que atuam nas refrações da questão social (desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista). Nesse sistema há o aumento da pobreza na razão direta em que aumenta a capacidade social de se produzir riquezas. (IAMAMOTO, 2011). É necessário não olvidar que “a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se”. (BEHRING, 2009, p. 14). Por isso são passíveis de articulações.

Partindo desse entendimento, analisar a diminuição de acesso das políticas sociais, em um cenário de crise estrutural do capital, é relevante. De acordo com Mészáros (2011), por ser estrutural, “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo”. (p. 797). Diante da urgência em se pensar em alternativas, as resistências, como sinônimo de lutas, podem ser um dos caminhos a serem seguidos.

A organização coletiva, fruto da organicidade, possui uma importância elementar para a conquista de direitos sociais. Pelo fato de proporcionar possibilidades de ampla participação, é responsável pela definição das lutas sociais. O trabalho em grupo é capaz de identificar os limites, as potencialidades e os desafios das ações a serem realizadas.

O entendimento sobre o que estamos denominando de crise estrutural do capital está ancorado nas análises de Mészáros (2011). Segundo o autor, essa crise é ocasionada pelo sistema capitalista e adquire raízes cada vez mais profundas e incontornáveis desde os anos 1970, período em que se teve o processo de robotização das fábricas e dos serviços.

Nesse livro, Mészáros elucida que apesar do agravamento da crise a partir desse período histórico, não se teve nada de novo, pelo contrário, a crise é endêmica, cumulativa, crônica e permanente, por isso, estrutural. As análises no ensaio elaborado por Netto (2012), sobre o caráter bárbaro da crise, também são relevantes.

Baseando-se em Mészáros, Netto (2012) chama atenção para o fato de o estágio atual do sistema capitalista ser altamente destrutivo. Sobremaneira, “este esgotamento, que incide sobre a totalidade da vida social, manifesta-se visivelmente na barbarização que se generaliza nas formações econômico-sociais tardo-capitalistas”. (NETTO, 2012, p. 202).

As expressões da questão social se acentuaram com o desemprego estrutural, há perdas de direitos sociais já que as políticas sociais se tornaram ainda mais seletivas e fragmentadas. Tem-se a focalização das ações quando era para ocorrer justamente o contrário. De acordo com Mészáros (2011), com a crise sistêmica, o desemprego se tornou estrutural assumindo proporções crônicas e, conseqüentemente, o público-alvo das políticas sociais cresceu.

A questão social significa mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão” pois condensa a banalização do humano, momento em que se tem a radicalização da alienação. (IAMAMOTO, 2011). A partir desse entendimento foi elucidado a quem o Estado serve majoritariamente (tanto no quesito de investimentos públicos quanto no de fazer com que a questão agrária continue sendo produzida e reproduzida estrategicamente). Nas discussões deste capítulo, os estudos, reflexões e análises sobre os significados das questões agrária e social no Brasil foram relevantes. As lutas realizadas e os desafios encontrados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram proeminentes para o entendimento sobre o porquê da importância da política social para os povos do campo no momento que a totalidade social se encontra sob a égide do capital. O que significa dizer, para Mészáros (2011), que se trata de um processo não mais cíclico, mas estrutural da crise.

## 2.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

O Brasil por estar inserido na periferia do capitalismo em nível mundial e ter sofrido grandiosas consequências sociais em função das ditas “Reformas do Estado”, agravadas pela crise do capital, não conseguiu instituir políticas sociais universais.

Não é esse o objetivo dos formuladores, avaliadores e gestores das políticas sociais capitalistas, marcadas pela heterogeneidade. Apenas pela via das políticas não é possível alcançar a práxis emancipatória<sup>8</sup> das populações do campo<sup>9</sup>, no entanto, as políticas sociais são fundamentais para quem delas necessitam no sistema capitalista de produção. (PEREIRA, 2008).

As políticas sociais ora dão embasamento para a galhardia dos sujeitos ora servem como uma estratégia regulatória do Estado capitalista para amainar as reivindicações que possam vir a acontecer. São contraditórias pois regulamentam as relações sociais, fato indispensável para a legitimação do Estado ao passo que servem também como modalidade de recursos para os subalternizados, o que pode permitir que se “levantem do chão”. (YAZBEK, 2014).

As políticas sociais são marcadas por intencionalidades, não fazem parte do “vácuo teórico, conceitual e ideológico, e nem está isenta de ingerências econômicas e correlações de forças políticas. Pelo contrário, são essas ingerências e correlações que as orientam” (PEREIRA, 2008, p. 16). Logo, as lutas precisam ser pela garantia das políticas, mas ir para além delas por meio do fortalecimento dos caminhos de luta e pela busca de uma nova ordem societária capaz de gerar mudanças socioeconômicas que promovam a equidade.

Por dizer respeito a um processo complexo, ambíguo, multideterminado e marcadas por intencionalidades, é difícil fazer uma análise crítica sobre as funções das políticas sociais gestadas pelo Estado capitalista. O que se justifica quando se faz a seguinte análise: “[...] a maior parte da literatura disponível sobre política social tende a superdimensionar seu papel, quando não vê este fenômeno em articulação com outras estratégias político-econômicas”. (BEHRING, 2011, p. 169).

As políticas fazem parte da estruturação do sistema produtor e reprodutor de mercadorias e atendem principalmente aos interesses do capital. Netto (2003), pondera que não devemos pensá-las descoladas da esfera econômica, pois não existe por um lado somente política econômica e por outro políticas sociais. Assim,

---

<sup>8</sup> Nem mesmo as políticas sociais que fizeram parte do sistema de bem-estar social europeu tiveram caráter emancipatório no sentido marxista.

<sup>9</sup> De acordo com o Decreto n. 7.352 de 2010, entende-se como populações do campo: Art. 1º “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”.

[...] do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem os efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações de política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. (...) Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

As políticas sociais lidam com interesses contrários dentro do sistema reprodutor do capital posto que resultam das pressões simultâneas e opostas entre os sujeitos, desta maneira, possuem caráter conflituoso. (BOSCHETTI, 2009; SANTOS, 2012).

Por um lado, tem-se os interesses dos capitalistas em tentar desmantelar direitos, amainar, focalizar e tornar as políticas residuais e por outro, há pressão dos movimentos sociais em tentar fazer valer os preceitos constitucionais, sobretudo no que diz respeito ao acesso às políticas que compõe o tripé da seguridade social brasileira (saúde, previdência e assistência).

Os idealizadores das políticas sociais neoliberais têm o interesse em reduzir os custos do Estado<sup>10</sup> direcionados à consecução dos direitos sociais, pois possuem o objetivo de aplicá-los em áreas mais rentáveis. Pela lógica da “Reforma do Estado” a eficiência se tornou um elemento fundamental, na qual a relação custo-benefício se dá em concomitância com a responsabilidade fiscal em detrimento da área social. Prevalece a eficiência, cálculo entre custo/benefício pelo viés unilateral, não considerando as particularidades das políticas sociais.

Nos anos 1990, por meio do Plano de “Reforma” Gerencial do Estado, proposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, há a “desresponsabilização” no que tange às políticas sociais. Passou-se a adotar a lógica de desmantelamento pela retração. Com o “gerencialismo”, adotou-se uma visão tecnicista, não tendo a preocupação com o processo de implementação da política, mas de como ela repercute para o equilíbrio das contas fiscais. (SOARES, 2009).

Nesse período, foram realizados cortes nos gastos públicos para a área social, expansão de políticas compensatórias e focalizadas na pobreza extrema, intensa

---

<sup>10</sup>No livro “Política Social no Capitalismo Tardio”, a autora destaca três funções do Estado em sociedades capitalistas: garantir as condições de produção, reprimir as ameaças e integrar as classes dominadas. Indubitavelmente ao mesmo tempo em que procuram integrar os sujeitos sociais pelo mecanismo da participação, os reprimem em nome do caráter regulatório que exercem. (BEHRING, 2011).

privatização dos serviços e restrições jurídicas ao acesso de benefícios sociais. Há redução, restrição de direitos e a expansão do trinômio neoliberal: privatização, descentralização e focalização em detrimento da universalização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; SOARES, 2009).

Sem embargo as políticas sociais não são somente arenas de regulação, compreende um “processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes<sup>11</sup>, que se tem colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela”. (PEREIRA, 2008, p. 86). Gestada pelo sistema produtor e reproduzidor de mercadorias, tem papel regulatório<sup>12</sup> e participativo, por isso é dialeticamente contraditória. A política social pode ser definida como:

Política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social. (PEREIRA, 2008, p. 172).

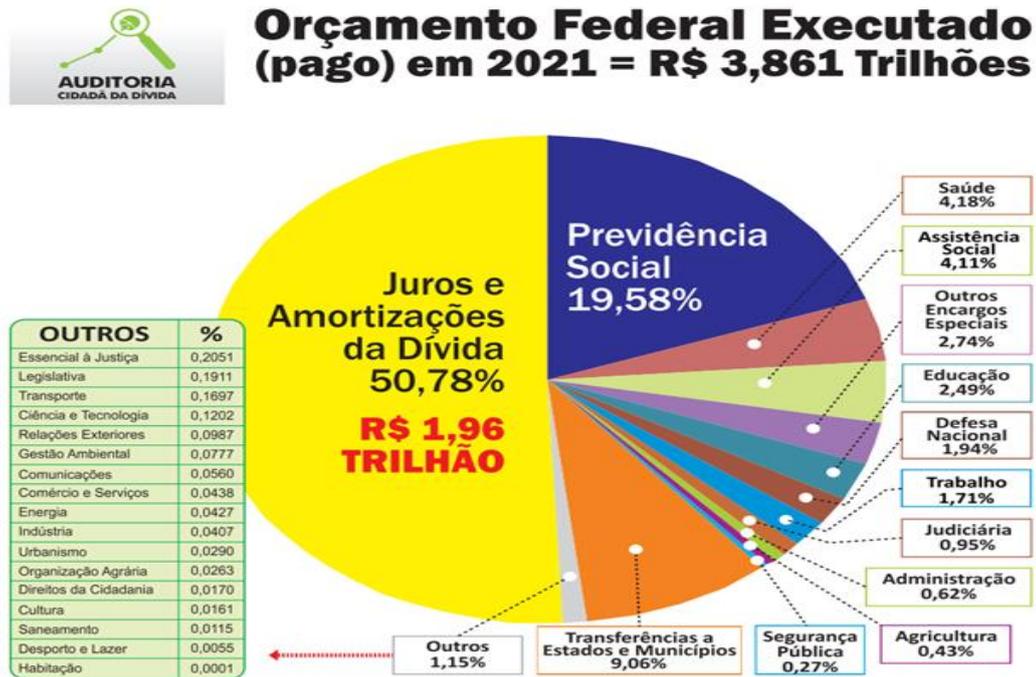
A focalização e restrição do acesso aos direitos sociais acontecem devido ao redirecionamento do fundo público para áreas rentáveis ao sistema. Em 1993, por exemplo, foi criado por Fernando Henrique Cardoso, a Desvinculação das Receitas da União. O que significou uma grande perda para as políticas sociais ao desvincular 20% das receitas de impostos e contribuições sociais. Assim, essa parcela que antes era repassada à seguridade social passou a ser utilizada para pagamento de outras despesas, como as dos juros da dívida pública. (SALVADOR, 2010). O gráfico a seguir apresenta o orçamento federal executado no ano de 2021.

---

<sup>11</sup> Pensadas enquanto formação social e cultural, surge de processos que se operam durante um considerável período histórico e não requer generalizações. Para Thompson, a classe é entendida como um fenômeno histórico, “que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria-prima da experiência como da consciência” (THOMPSON, 2020, p. 9).

<sup>12</sup> Boschetti *et al.* (2009), faz uma interessante análise sobre o papel regulatório do Estado. Sinaliza que existem na história das sociedades duas principais formas de regulação: a coerção e a política. A primeira possui caráter antidemocrático, se dá em períodos ditatoriais e em Estados restritos cujo objetivo é impossibilitar o diálogo. A segunda é exercida pelos Estados democráticos e, apesar do caráter regulatório da própria formulação da política, possibilita a participação dos sujeitos envolvidos nos processos de tomadas das decisões.

Gráfico 1 - Orçamento federal executado no ano de 2021



Fonte: Fattorelli e Ávila (2022). Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/> Acesso em: 1 maio 2022.

Como podemos observar no gráfico 1, o orçamento federal direcionado para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública foi de um trilhão e noventa e seis bilhões de reais, no ano de 2021. A maior fatia do orçamento foi destinada para esse fim, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto no ano anterior, que já tinha sido 33% superior a 2019, ou seja, os gastos financeiros com a dívida quase dobraram nos últimos dois anos.

O valor direcionado à assistência social no Brasil, no ano de 2021, foi de 4,11%, conforme as informações do gráfico 1. Se analisarmos que desse dinheiro, estão incluídos todos os gastos referentes à garantia da política social de assistência, que é um direito da população que dela necessitar, e que desse montante retorna boa parte em forma de impostos indiretos, observaremos o quão injusto é o direcionamento das verbas públicas.

Na compra de cestas básicas por exemplo, que podem ser adquiridas pela dotação orçamentária da política de assistência, parte do dinheiro utilizado para a compra dos alimentos retorna para o Estado em forma de impostos indiretos incidentes sobre mercadorias, o IPI e o ICMS. Assim, analisando o orçamento federal total e retirando a parte que retorna ao Estado sob a forma de imposto, o que realmente fica para quem precisa é ainda menor.

Desse modo, vai se intensificando um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. De acordo com Zibechi e Machado (2017), a fusão do Estado com o capital mostrou ser uma potência extraordinária. O bom desempenho do capitalismo foi possível por fazer parte dos interesses do Estado, o qual o incorporou nas suas políticas e ações.

Com isso houve a desregulamentação de direitos sociais em concomitância com o aumento dos incentivos e garantias fiscais para o desenvolvimento dos grandes empresários, sem contar com a intensificação da privatização de setores estatais. Em contraponto à enorme concentração de poder e da gestão do econômico, tem-se uma “crescente fragmentação da gestão do social – acorde com a *pulverização* daqueles que demandam os serviços sociais, crescentemente destituídos de voz e poder de decisão sobre o seu destino”. (SOARES, 2009, p. 82, grifo da autora).

Essa fragmentação faz parte da proposta do receituário neoliberal: ações focalizadas na pobreza e retração do Estado. A crise financeira e a explosão da dívida externa no final da década de 1980 levaram a consolidação do Consenso de Washington, que contou com o apoio do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e governo dos EUA. O economista Bresser-Pereira (1991), ponderou que as decisões no encontro de 1989, denominado “Consenso de Washington”, não foram tão consensuais.

Por isso, Bresser-Pereira utiliza a palavra entre aspas e diz que o termo “consenso” é muito forte, apesar de afirmar que há uma convergência de pensamento sobre o porquê da crise na América Latina, definida pelos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Essas nações atribuem o peso ao que denominam de populismo econômico no plano da história, não fazendo menção por exemplo, ao montante direcionado ao pagamento da dívida. Nos anos 1990, com o processo de desregulamentação estatal e de abertura das relações econômicas dos mercados ao comércio internacional ocorreu a efetivação dos pactos definidos em 1989.

Os princípios do Consenso de Washington se constituíram em dez reformas que deveriam ser operadas pelo Estado: 1) disciplina fiscal; 2) mudanças nas prioridades em relação às despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros determinadas pelo mercado; 5) taxa de câmbio determinada pelo mercado, garantindo a competitividade; 6) comércio liberalizado e orientado para o exterior; 7) ausência de restrições para o investimento direto; 8) privatização das empresas públicas; 9)

desregulação das atividades econômicas; 10) segurança ao direito de propriedade. Os objetivos dessas reformas foram: estabilização da economia pelos ajustes fiscais, protagonismo do mercado no desempenho das reformas e redução do aparelho estatal no que concerne ao investimento em políticas sociais. (BRESSER-PEREIRA, 1991).

A implementação das reformas neoliberais na América Latina, “provocou aumento das desigualdades, acentuação as restrições ao crescimento econômico e maiores instabilidades e crises econômicas” (CARCANHOLO, 2009, p. 135-136). O ajuste estrutural desencadeou estratégias para incentivar políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. A implementação de políticas macroeconômicas, acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes estão centradas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira. (SOARES, 2009).

Como explicita Behring (2008), as orientações das agências internacionais para a consecução das políticas sociais são: a focalização associada a seletividade, otimização da relação custo-benefício, estímulo ao setor privado e ao voluntariado. Por conta dos ajustes, a dimensão e a complexidade da questão social se tornaram ampliadas.

O sistema tributário brasileiro é altamente regressivo e, portanto, grandemente incidente no consumo. O que significa dizer que a taxa tributária brasileira está concentrada nos impostos indiretos, que consistem na incidência de taxas inseridas nos preços das mercadorias. (SALVADOR, 2010).

O ex-diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Clemente Ganz Lúcio<sup>13</sup>, em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato<sup>14</sup>, relatou que as taxas “invisíveis” sobre o consumo tornaram o sistema tributário brasileiro injusto. Quanto menor o salário, proporcionalmente, maior é a porcentagem da carga tributária incidente sobre os rendimentos.

O Brasil “permanece com arrecadação tributária centrada em tributos indiretos, significando que os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos em relação à sua renda do que os mais ricos”. (SALVADOR, 2010, p. 46). Assim, o tributo onera menos os que possuem uma elevada condição econômica e mais os que menos

---

<sup>13</sup>Ocupou o cargo de direção no departamento do ano de 2004 a 2020.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/28/entenda-porque-os-pobres-pagam-mais-impostos-no-brasil> Acesso em: 29 abr. 2020.

possuem recursos financeiros, logo, contribui para ampliação da desigualdade no país. Dessa forma, a carga tributária interfere diretamente na concentração de renda.

O fundo público possui contornos restritivos para a área social. A estruturação das políticas sociais é marcada por componentes conservadores, os quais obstaculizam as garantias constitucionais direcionadas para essas políticas. Nada obstante a restrição de recursos não se dá apenas pela diminuição do orçamento ocasionado pela crise, mas pelas prioridades definidas pelos governos. Assim,

parcelas importantes da arrecadação de receitas que deveriam ser utilizadas nessas políticas sociais, e poderiam ampliar a sua abrangência, são retidas pelo orçamento fiscal da União e destinadas para o *superávit* primário. No capitalismo contemporâneo, particularmente no caso brasileiro, ocorre uma apropriação dos fundos públicos vinculados à seguridade social para valoração e acumulação do capital vinculado à dívida pública. (SALVADOR, 2010, p. 28).

As medidas neoliberais nos idos dos anos 1990 contribuíram para que o orçamento destinado às políticas sociais continue sendo marcado pela estagnação, corrosão e ausências de saltos quantitativos na alocação de recursos. (FAGNANI, 2011). O resultado dos ajustes é desalentador, atesta-se para o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade ao passo em que a concentração<sup>15</sup> de renda no Brasil continua em alta. Com os ajustes, o alcance das políticas sociais está se afastando de forma assídua da concepção de garantias de direitos sociais. A política social foi coligida à acumulação do capital, mas também pode ser vista como um mecanismo de defesa dos sujeitos sociais ao garantir e afirmar direitos.

Por isso o controle social é fundamental, ou seja, a capacidade dos grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, agirem de modo coletivo objetivando o acesso e a participação na formulação e implementação de políticas, necessárias à garantia dos direitos constitucionais. (QUINTAS, 2019).

O controle social, referendado neste trabalho, se refere ao controle das ações do Estado pela sociedade civil nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas por meio da participação em conselhos, comitês,

---

<sup>15</sup> A parcela da população que faz parte de 1% com rendimentos mensais mais elevados recebe, em média, 34,9 vezes mais do que a metade da população com os menores rendimentos. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4964315-ibge-1-mais-rico-ganha-35-vezes-mais-renda-do-que-os-50-mais-pobres.html> Acesso em: 3 maio 2022.

conferências, ação popular e da impetração de ação civil pública. (BRASIL, 2008). É um mecanismo importante de luta para o fortalecimento da democracia e da participação popular na tentativa de diminuir a destinação de verbas públicas para os chamados “ajustes fiscais”. Proferidos pelo Estado, fazem com que as políticas sociais se tornem limitadas e fiquem sem perspectivas de mudanças positivas para área social em longo prazo.

O quadro social, resultante do ajuste, desencadeou no aumento das demandas por políticas sociais, no entanto, ao serem restringidas, muitas são transformadas em práticas assistencialistas, tendo sua execução implementada por organizações não governamentais, isso quando não são privatizadas. As políticas

fazem parte de um movimento de *ajuste global*, o qual se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma doutrina neoliberal, cosmopolita, gestada na capital política do mundo capitalista, denominada Consenso de Washington. (SOARES, 2009, p. 16, grifos da autora).

A retração e retrocesso na destinação de verbas para as políticas sociais é preocupante uma vez que o trabalhador se tornou um “apêndice da máquina”, como disse Marx (1996). Nos parágrafos seguintes foram colocadas explicações de Marx sobre os ciclos do sistema capitalista.

Essas esclarecimentos são importantes para entender que o sistema do capital é complexo e que não se trata apenas de ajustes realizados pelo sistema, mas de desajustes, de perdas de práticas comunitárias, inclusive das campesinas. Esses acontecimentos levaram ao aumento da questão social e agrária em um momento em que a crise havia se consolidado, já não se tratava mais de uma crise cíclica, pensada estrategicamente pelos capitalistas. Para Mészáros (2011), a crise estrutural é uma crise crônica, cada vez mais profunda, acentuada e que afetou, pela primeira vez na história, toda a humanidade.

Conforme Marx (1996, livro II), as tecnologias geradas pelo avanço do sistema não possuem preocupações com as relações sociais que perpassam o processo. A esfera da produção situada pela forma Mercadoria–Dinheiro–Mercadoria (M-D-M), em que se concentravam pobres laboriosos nas fábricas, na qual a geração do valor de uso era o objetivo final, foi substituído na esfera da circulação pela fórmula Dinheiro–Mercadoria–Dinheiro acrescido (D-M-D´). (MARX, 1996, livro II). Nesse estágio, o

dinheiro adquiriu novas formas, foi transformado em capital. Parte-se do dinheiro e se retorna ao mesmo extremo sendo sua finalidade o valor de troca. (MARX, 1996, livro II).

Com o avanço da tecnologia, o capital não precisou mais de muitos trabalhadores em suas indústrias ou fábricas, portanto foram substituídos por máquinas e robôs, acirrando a crise e, conseqüentemente aumentando o número de desempregados. (CARCANHOLO, 2011). Nesse momento, a “irracionalidade” da “razão”, que ganhou ascensão no período da Revolução Industrial, mostrou a face do sistema capitalista ao se impor à criatividade comunitária camponesa e por estar a serviço de um lucro a ser obtido mundialmente.

Sob ameaça de ruína, impôs as nações o sistema burguês de produção, forçando-os a introduzir a chamada civilização/razão, criando um mundo a sua imagem e semelhança, submetendo o campo à cidade. (MARX; ENGELS, 2013). No século XVIII, na Europa, no período em que o capitalismo industrial avançou, houve uma mudança na percepção do tempo, o qual começou a ser o cronometrado pelo relógio e não mais o dos afazeres cotidianos comunitários dos povos do campo. O tempo passou a ser entendido como dinheiro, houve uma reestruturação rigorosa dos hábitos e transformação no senso das atividades. (THOMPSON, 2015). Este referenciado historiador identificou três questões sobre a orientação do tempo nas comunidades que ainda resistiam à modernidade:

[...] Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum, parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre trabalho e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 2015, p. 272).

Com as perdas de vivências comunitárias, os afazeres orientados pela solidariedade e trocas foram reduzidos a uma relação monetária. O tempo passou a significar moeda de troca, ou seja, dinheiro na forma de equivalente geral, gerado pela exploração de mão de obra em sociedades mercadológicas. No entanto, nesse tempo histórico, as mudanças foram contestadas pelos detentores das experiências campesinas. “Os últimos anos do século XVIII presenciaram um esforço desesperado

do povo para reimpor a economia moral mais antiga, em detrimento da economia livre de mercado”. (THOMPSON, 2020, p. 84).

As injustiças eram denunciadas por meio dos motins contra a fome, que eram tidos pelo povo como atos de justiça e seus líderes eram considerados heróis pelo fato de representarem algum sentido em tempos de fome e extrema escassez na Europa. Os direitos sociais e políticos foram se perdendo na medida em que avançavam novas técnicas e formas de organização industrial. A defesa da economia moral<sup>16</sup> era um acontecimento político e econômico que visava avultar as experiências dos camponeses e insurgir contra o modo de produção capitalista. (THOMPSON, 2015; 2020).

Desta maneira um simples objeto (relógio), se tornou onipresente nas vidas humanas, as quais passaram a regular as atividades do campo na sociedade do capital. Foi assim que os aparelhos tangíveis se tornaram insensíveis à humanidade do ser. A solidariedade comunitária campestre passou a ser “objetificada” em grandes e monstruosos aparelhos que passaram a executar os afazeres mercadológicos dentro de uma sociedade “racional”. (BOTELHO, 2016).

A transformação dos momentos de cultura em tempos disciplinados pelo relógio, não se tratou de um tempo sem nome, mas de um que tomou forma empírica, concreta. A ação se tornou mais racional, mas a sua razão foi a técnica elitista e capitalizada, ou seja, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a do capital e não a dos sujeitos experientes na produção de alimentos para subsistência. Por esse motivo, a história da racionalidade moderna é a das máquinas e da mecanização que recria o meio geográfico em bases técnicas. (SANTOS, 2008).

O problema de tanta racionalidade é que pode destroçar as relações societárias e gerar desigualdades ambientais, físicas, naturais, sociais e econômicas. A razão imposta pelo capitalismo influencia também na dinâmica territorial ao racionalizar o espaço. De tal modo,

[...] emerge das condições do mundo contemporâneo, mostrando como a marcha do capitalismo, além de ensejar a difusão da racionalidade hegemônica nos diversos aspectos da vida econômica, social, política e

---

<sup>16</sup> “A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso “moral” particular ao protesto. Tudo isso, considerado em conjunto, é o que entendo por economia moral” (THOMPSON, 2015, p. 257).

cultural, conduz, igualmente, a que tal racionalidade se instale na própria constituição do território. (SANTOS, 2008, p. 15).

As tentativas de eliminação da subjetividade, da cultura, das práticas camponesas, da separação entre trabalho e vida na constituição das territorialidades merecem atenção. Para Gonçalves (1988), a razão deve ser assimilada à dominação quando o Estado que oprime e domina o faz em nome dela. Para o autor, o relógio foi a primeira verdadeira máquina e trouxe consequências filosóficas e práticas ao permitir que a natureza e os povos do campo fossem degradados em nome de uma cultura que se coloca como superior e racional.

Nesse período histórico, séculos XVIII e XIX, o capitalismo se afirmou. Na esfera da circulação, desenvolveu-se o setor financeiro. A partir de então formou-se o capital comercial, o qual pôde ser subdividido em capital de comércio de mercadorias e de dinheiro. Os juros <sup>17</sup>, que surgem como parte do lucro (valor de uso do dinheiro), são produtos do valor que se valoriza. Com isso o dinheiro ganhou forma de promessa escrita de pagamento, o que fez gerar o capital fictício <sup>18</sup> e a especulação real. (CARCANHOLO; SABADINI, 2009; PEREIRA, 2012; SABADINI, 2013).

O sistema de crédito, que origina o capital fictício em escala mundial, possui as seguintes tarefas: necessidade de formação do crédito, diminuição dos custos e substituição de dinheiro-ouro por papel. Esse sistema transformou as empresas privadas em sociedades capitalistas por ações. (MARX, 1996, livro II). Com a intensificação do setor financeiro, a crise estrutural se acentuou, o que fez com que os países periféricos se tornassem incapazes de competir com a monopolização dos países centrais.

De acordo com Santos (2008), o estágio atual em que o capitalismo se encontra permitiu a associação entre grandes organizações. O resultado desse processo é a aceleração da alienação dos homens e dos espaços, o que gerou uma enorme mobilidade atual de pessoas e condensou a disputa pela terra, que se tornou especulativa. Com a autonomização do capital,

---

<sup>17</sup> "... parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante, industrial, ou comerciante, à medida que não emprega seu próprio capital, mas capital emprestado tem de pagar ao proprietário e prestamista desse capital. (MARX, 1996, tomo I, p. 277).

<sup>18</sup> "Por detrás dele não existe nenhuma substância real e não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial". (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 43).

[...] o trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação de riqueza perde as suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma imensa crise estrutural – que é constatável pelo desemprego estrutural. (MENEGAT, 2008, p. 3).

Por meio dessa complexificação, o mercado mundial se tornou um espaço de rivalidade, as corporações mantiveram uma relação ambígua de dependência e concorrência entre si. Por ser um país periférico, os impactos das expressões da questão social<sup>19</sup> e da questão agrária no Brasil, se agravaram. O fato de a crise ter se tornado estrutural é consequência do avançar do sistema capitalista, responsável por gerar a monopolização das empresas tornando-as transnacionais. Esse processo ocorreu não só na cidade, mas sobretudo no campo. Para Mészáros,

sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (2011, p. 95).

Ainda de acordo com o referenciado autor, essa crise “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. (p. 796-797). A instabilidade gerada pela crise do sistema do capital, relacionada aos limites últimos da estrutura global, se tornou altamente devastadora para os povos do campo, que dependem da terra para poderem plantar e sobreviver já que o desemprego possui também caráter estrutural.

O agronegócio além dos danos causados aos alimentos, solos, lençóis freáticos e ar contribui para o combate à reforma agrária, permitindo a mecanização do padrão produtivo e da transformação dos espaços de vivências coletivas em espaços para o cultivo de monocultura. O agronegócio, versão modernizada do latifúndio, ganhou espaço na sociedade a parti da década de 1950 e refere-se à “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado”. (DELGADO, 2006, p. 1).

O incentivo estatal ao agronegócio em detrimento da produção dos alimentos orgânicos tem contribuído para a desmobilização dos povos e pela vontade da população em sair do campo diante das necessidades sociais vivenciadas

---

<sup>19</sup> Refere-se ao “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

cotidianamente. O objetivo do agronegócio é “tornar a agricultura um negócio para acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital”. (MST, 2014, p. 10). Esse modelo de produção visa obter produtividade máxima do trabalho e maior rentabilidade econômica, substitui a força de trabalho pela mecanização intensiva, utilizando grandes doses de fertilizantes químicos industriais. Para Alentejano (2011a), a questão agrária na atualidade é derivada da prevalência do atual modelo agrário fomentado por empresários do agro.

Conforme Pompeia (2020), a concertação política do agronegócio se refere a uma forma forte de coalizão, na qual são realizados acordos e cooperação. As interações em prol da defesa do agronegócio ocorrem em três níveis:

- 1) entre entidades, na conformação de núcleos intersetoriais ampliados, como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e o bloco Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (CNA/Conselho do Agro); 2) entre essas nucleações amplas; e 3) entre tais núcleos e determinados agentes do Estado, a exemplo da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). (POMPEIA, 2020, p. 2).

Os acordos favorecem a concertação política do agronegócio, que remete a uma configuração de interesses públicos e privados de estratégias de convergência visando minar os direitos dos sujeitos sociais. (BRUNO, 2021).

Conforme Santos (2008), por esse sistema de plantação ocorre a desnaturalização da natureza, as quais perdem parte dos seus componentes essenciais e passa a ser artificializada, logo, há alteração da significação dos acontecimentos que antes eram naturais. Apesar do grande risco que causa aos seres humanos e animais, também contaminam o ar, a água e, ainda assim, o agronegócio é incentivado pois aumenta o capital. Esse modelo incentiva o plantio de grãos que são destinados à exportação, são produtos monocultores considerados essenciais para a produção do valor e para a mercantilização agrícola.

A política do agronegócio faz parte do jogo do mercado, favorecendo a expansão tecnológica no setor rural, ou seja, aumenta o capital constante em detrimento do capital variável. Essa mudança faz crescer ainda mais o desemprego estrutural, o qual pode ser considerado uma das expressões da questão social. (MST, 2014).

Esse sistema de plantação no campo visa, por meio das compras ou de arrendamentos de terras, promover uma permanente ofensiva de conquistas e

domínios de territórios com o apoio e conivência de governos estaduais e federal. (MST, 2014). Com a intensificação do agronegócio há diminuição das práticas de agricultura familiar, do emprego para o trabalhador rural, das condições de vida digna para a população camponesa e aumento da degradação do meio ambiente. (SANTOS, 2016).

O avanço do agronegócio incentivado pelo Estado “bloqueia e protege as terras improdutivas para futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a Reforma Agrária”. (MST, 2014, p. 12). Se levamos em consideração a precarização das condições de trabalho no campo, a falta de uso de equipamentos de proteções individuais para o manuseio dos agrotóxicos e o fato de o Brasil ser o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo<sup>20</sup> percebemos que a luta precisa ser coletiva. De acordo com a Cartilha elaborada no VI Congresso Nacional do MST:

A agricultura do agronegócio é totalmente dependente do uso de venenos agrícolas, que são usados com intensidades e volumes cada vez maiores. O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo. No entanto, consome 20% da produção mundial de venenos (MST, 2014, p. 18).

Os danos causados à saúde humana pelos agrotóxicos, que são utilizados pelo agronegócio, as terras desmatadas, ao invés da extensão de florestas, são fruto da ganância especulativa objetivada pelo sistema do capital. A importância da especulação fundiária, no processo de dominação do capital, que dá valor comercial à terra faz com que a reforma agrária seja vista como desprezível dentro da racionalidade capitalista. Para os trabalhadores rurais, a reforma agrária é importante pela possibilidade que representa de

romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculta à espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos pequenos produtores rurais. (SILVA, 2001, p. 36).

Entender sobre os interesses em jogo, que perpassam as políticas sociais, é ponderoso para que haja a contestação por parte dos sujeitos sociais. A não aceitação de perdas de vidas humanas, para que os interesses especulativos de mercado se

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

sobreponham em terras que poderiam manter e gerar vidas, se faz urgente e necessário para os que ainda dão sentido ao ser.

Nos ordenamentos territoriais em disputas, nas terras dos assentamentos rurais de reforma agrária, há vidas humanas, que apesar de desprezadas pelos detentores de poder econômico, não concebem a racionalidade deletéria e especulativa do sistema. Essas vidas representam humanidades e vivências que ainda estão presentes no ser, mais racional do que o capital, dotado de mais valor do que a especulação, que também se faz real e é personificada pelo ordenamento capitalista, gerador da inversão de sentidos societários.

## 2.2 A QUESTÃO SOCIAL E A AGRÁRIA: INTERFERÊNCIA ESTATAL, CONFLITOS RURAIS E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

No Brasil, desde o período inicial da colonização, a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou em um grave problema agrário, ou seja, desde essa época o acesso à terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da população, fazendo com que surgisse a problemática da questão agrária. Até a invasão europeia, não existia a propriedade privada no continente americano. (PRADO JÚNIOR, 2000; 2011).

A entrada dos portugueses foi estratégica por marcar a vinda de uma grande empresa colonizadora, que representou a permanência e o sentido da colonização brasileira, apresentado por esse autor. A grande potência da colonização fez com que a historiografia da sua aplicabilidade em países como o Brasil fizesse sentido. (PRADO JÚNIOR, 2011).

A questão agrária e as suas expressões, tais como a exploração da cana-de-açúcar e dos seus cortadores remetem também a esse período da história do Brasil. De acordo com Furtado (2007), a disponibilidade e as condições das terras e da mão de obra indígena na “nova colônia”, foi fundamental para a opção de plantação de cana-de-açúcar, principal produto cultivado em terras brasileiras no período.

Para Fernandes (1999), os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo, sempre estiveram presentes na história do Brasil. Conforme Stédile (1997), os problemas e conflitos agrários podem ocorrer por diversos motivos, mas quando nos referimos à questão agrária, ao problema agrário ou à questão fundiária de determinada localidade, estamos nos referindo à existência de problemas

basicamente na forma de propriedade e de uso da terra. De acordo com Almeida e Wellen,

A questão agrária é uma categoria fundamental para o desvelamento da nossa formação sócio-histórica e também das contradições contemporâneas regidas pelo capital, supondo que não é possível compreender a atualidade das grandes questões que nos cercam e que nos envolvem sem passar pelo estudo da questão agrária. (2018. p. 2)

A questão agrária pode ser entendida como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005, p. 15-16). Na interpretação de Fernandes, a questão agrária é derivada de um sistema político hegemônico, o que significa dizer que é um problema do capitalismo e dos sistemas que o precederam. A referida questão é minimizada pela política territorial da reforma agrária clássica. (FERNANDES, 2008; 2013). Para Alentejano, o cerne da questão agrária no século XXI é marcado pela

persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras (ALENTEJANO, 2011a, p. 71).

O processo de injustiça no campo, apesar de se ressignificar a cada momento, não é uma novidade na história brasileira. (ALENTEJANO, 2011a). Existe desde o período colonial (por meio da concessão de terras pelas capitanias hereditárias). O sistema colonial foi parte substantiva dos traços decisivos para a estruturação das classes sociais, atividades econômicas e do padrão produtivo que se constituiu na monocultura extensiva de exportação. (PRADO JÚNIOR, 2004; SANTOS, 2012).

Depois, em 1850, com a criação da primeira Lei de Terras, o Império conseguiu legalizar as terras, nesse momento, o latifúndio (excludente e injusto) se consolidou no Brasil. A referida lei representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras e a sua transformação em mercadorias. (STÉDILE, 2005).

O território brasileiro possui uma grande extensão de terras agricultáveis. Contudo, desde o período da ocupação na época da colonização, a injusta distribuição das terras fez com que surgisse a problemática da questão agrária. As desigualdades no campo, intensificadas pelas questões fundiárias e social, fez com que a concepção

de reforma agrária não pudesse se limitar à política de criação de assentamento rural e a luta dos movimentos sociais rurais se tornasse mais abrangente do que as políticas sociais focalizadas e centralizadoras operadas pelo Estado.

Com a Lei de Terras, o cerco foi intensificado bem como o sistema de grilagem<sup>21</sup> e de expropriação dos posseiros. Desde 1850, o Estado introduziu mecanismos de controle sobre a disputa de terras, de forma que, as que não tivessem sido cercadas e apropriadas, por meio dos processos de grilagem, só seriam permitidas à venda para aqueles que possuíssem dinheiro vivo. (LUSTOSA, 2012).

Dessa maneira e fruto desse processo, se originou a questão social no Brasil, que nada mais é do que às expressões das desigualdades sociais oriundas do sistema de produção capitalista. De acordo com Iamamoto (2004), não existem várias questões sociais, o conceito deve ser pensado em sua unidade, o que são diversas são as suas expressões ou, como denomina Netto (2012), as suas refrações.

A questão social pode ser entendida como “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passou a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77). Para Santos (2012), quando nos referimos à questão social devemos pensá-la enquanto conceito. Já as suas expressões, por terem existência concreta, devem ser analisadas enquanto categoria, como por exemplo, a pobreza. A questão social é resultante dos mecanismos de exploração do trabalho, que se aprofundam por meio da precarização do padrão de proteção social.

As particularidades histórico-culturais nacionais necessitam ser levadas em consideração. Não podemos sopesar que existe uma nova questão social, o que há de novo são as suas expressões, as quais se modificam e se intensificam a partir do momento em que há o desmonte das políticas sociais. (NETTO, 2012). A referida questão se transformou em objeto de intervenção do Estado quando o capitalismo industrial se desenvolveu no Brasil, na década de 1930. (IAMAMOTO, 2011).

Como forma de mediação ao aparecimento da questão social no Brasil e por causa da insurgência de parte da população, surgiram as primeiras políticas sociais no país. A questão social significa mais do que as expressões de pobreza, miséria e

---

<sup>21</sup> “Qualquer ação que implique a tomada ou venda da posse de terras pertencentes ao poder público, a terceiros, particulares ou de terras devolutas por meio da falsificação de documentos de propriedade, assim como por meio de ações diretas como desmatamento e incêndios, invasão, pistolagem, ameaças e expulsões, trabalhos forçados e análogos ao de escravo, dentre outros”. (PACKER, 2021, p. 141).

“exclusão” pois condensa a banalização do humano, momento em que se tem a radicalização da alienação. (IAMAMOTO, 2011). O intervencionismo estatal faz parte de todo o processo de desenvolvimento da economia açucareira no Brasil. A interferência garantiu a estabilidade, ampliação e concentração de produção pelas usinas de açúcar e álcool, o que fez amplificar as expressões da questão social, aumentar a desigualdade social e concentrar a propriedade privada<sup>22</sup>. A aliança com o Estado e o controle dos aparelhos militares e policiais para a proteção de interesses privados permitiram aos latifundiários apropriarem-se das terras e dos bens comuns das populações camponesas. (ZIBECHI; MACHADO, 2017).

Nos anos 1920, houve uma intensificação da interferência estatal em favor dos grandes proprietários de terras devido às dificuldades na comercialização da produção, que ocorreram por conta do rompimento de relações com o mercado internacional. Sobremaneira em Campos, “os usineiros e os agricultores estavam submetidos a um processo de descapitalização pela não realização, a nível do mercado, do produto e do capital investido na produção”. (NEVES, 1981, p. 55).

Na década seguinte, foi instaurado o Decreto n. 19.717, de fevereiro de 1931, que tornava obrigatória a mistura de 5% de álcool à gasolina importada. (BRASIL, 1931). Nesse mesmo ano, foi criada pelo Decreto n. 20.761, a Comissão de Defesa da Produção Açucareira, composta por representantes do governo federal e dos estados produtores. O objetivo era controlar o equilíbrio entre oferta e demanda, tanto do mercado interno quanto do externo. (NEVES, 1981). Esse acontecimento foi importante para estabilidade e ampliação das usinas e, conseqüentemente, para a grande concentração de terras.

O intervencionismo estatal visava facilitar o processo de dominação do capital industrial na produção de cana e açúcar. Por isso, no ano de 1933 foi colocado em vigor o Decreto de n. 22.789, que instituiu o IAA, com objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional. (BRASIL, 1933).

Nesse mesmo ano, esse documento foi regulamentado e parcialmente modificado pelo Decreto de n. 22.981. A finalidade era manter o controle dos preços,

---

<sup>22</sup> No livreto “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (2013), explicam que, por conta da exploração do trabalhador pelo modo de produção capitalista, no período da Revolução Industrial, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes da Europa. A propriedade existe para os burgueses porque houve a supressão para a imensa maioria da sociedade, por isso, deve ser contestada.

estimular as usinas a aproveitar as sobras de matérias-primas, além de oferecer créditos especiais para os usineiros. (SZMRECSÁNYI; SÁ, 2020). Assim foram estabelecidos preços mínimos e máximos do açúcar e fixados os limites de produção de cada unidade industrial. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005).

Por conta da intensidade da produção e grandiosidade das usinas na década de 1930 em Campos dos Goytacazes, esta cidade, no interior do estado do Rio de Janeiro, foi uma das beneficiadas com a criação do instituto. A consolidação do intervencionismo foi efetivada para os usineiros, os quais passaram a receber créditos especiais para a fusão, ampliação e modernização das unidades industriais. (NEVES, 1981).

A antiga usina São João, onde se localiza o assentamento Zumbi dos Palmares, em 1933, passou a receber do Instituto do Açúcar e do Alcool um grande volume de financiamento, o que possibilitou a sua transformação em uma usina de grande porte, ampliando o seu parque industrial. A política social, que estava surgindo no Brasil, tinha por objetivo disciplinar o trabalhador ao sistema de trabalho fabril, para tanto, passaram a receber incentivos para que pudessem permanecer ligados à usina. Nesse contexto foram construídas obras no local, tais como: a Vila Operária, o Grupo Escolar São João, o campo de futebol, o ambulatório e a farmácia. (FERREIRA, 2016).

Nesse período da história, a questão social estava aparecendo no Brasil e teve o seu marco com a implementação de políticas pelo Estado e pela substituição do trabalhador do campo por maquinários, o qual foi migrando da condição de trabalhador rural para operário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). A mediação por parte do Estado favoreceu a concentração do capital industrial e a fortificação da produção do açúcar. Logo,

O intervencionismo do Estado não protegia assim o agricultor. Pretendia-se lutar contra a superprodução do açúcar, sem, paradoxalmente, impor limites à cultura da cana. Beneficiava-se dessa forma a acumulação do capital, ao estimular a produção e minimizar o preço da cana. (NEVES, 1981, p. 56).

A partir da interferência em favor dos usineiros e em detrimento do agricultor, o latifúndio se consolidou. O agricultor, plantador de cana, se subordinava ao industrial quanto ao preço da cana. Com isso, intensificaram as reações contra a intervenção estatal. (NEVES, 1981). As ações organizadas pelos trabalhadores culminaram na promulgação do Decreto n. 3.855, de 21 de novembro de 1941, que instituiu o Estatuto

da Lavoura Canavieira, cujo objetivo foi disciplinar as relações entre fornecedores e usinas. (BRASIL, 1941).

Na década de 1950, insurgiram movimentos sociais no campo que criticavam publicamente (por meio de passeatas e mobilizações) a situação opressora em que viviam. Houve grande pressão popular, acentuada pela organização política dos camponeses, que se expressavam pela proliferação de ligas e sindicatos na luta pela reforma agrária e pela garantia de direitos dos trabalhadores do campo. Nesse período, a estruturação econômica do Brasil preponderante era a agrária, por isso, os movimentos sociais eram predominantemente rurais. O capitalismo industrial estava se consolidando e, conseqüentemente, a questão social e agrária se firmando no território brasileiro.

Como forma de resistência e denúncia as perdas de trabalho e vidas no campo, surgiram as Ligas Camponesas, antiga Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, organizadas pelos trabalhadores rurais com o intuito de atender aos interesses dos camponeses da região. (MONTENEGRO, 2010). Esse movimento social era composto por trabalhadores que incluíam desde foreiros até pequenos proprietários.

Nesse tempo histórico, os acontecimentos comunitários eram mais importantes do que as racionalidades do capital. No final da década de 1950, a mobilização dos trabalhadores rurais se destacou pela resistência à modernização rural, a qual representava a substituição de trabalhadores por máquinas. (DELGADO, 2013).

Aos latifundiários eram concedidos o acesso ao crédito, à tecnologia, aos mananciais e às vias de comunicação. Por conta disso, os povos do campo faziam passeatas e mobilizações com o objetivo de denunciar as formas de opressão que estavam vivenciando e que ganharam força com a racionalidade modernizadora. Por meio das lutas, as Ligas conseguiram a desapropriação do Engenho de Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão/PE, em 1961.

Esse acontecimento gerou ampla mobilização societária e permitiu a expansão das Ligas por todo o território nacional, chegando ao número de dez mil associados, distribuídos entre as suas 40 “delegacias”<sup>23</sup> (MONTENEGRO, 2010). A partir das

---

<sup>23</sup> “A escolha do termo aponta mais uma tática adotada para fortalecer o trabalhador no seu enfrentamento com o patrão. O camponês conhece a delegacia de polícia, onde muitas vezes é pressionado a comparecer para resolver pendências trabalhistas, ou mesmo a desocupação compulsória de alguma terra em que mora e planta com a família. O camponês terá então uma delegacia que defenderá seus direitos, onde não mais será alvo de pressões e prisões. O patrão

reivindicações, foi criada em 1962, no governo de João Goulart, a Superintendência da Política Agrária. Os objetivos desse órgão foram

colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e assistência técnica aos trabalhadores rurais. (BRASIL, 1962, art. 2º).

A faixa expropriatória sinalizada nesse decreto se refere às grandes terras localizadas em até dez quilômetros de distância de rodovias e ferrovias, superiores a 500 hectares. Em março de 1964, João Goulart assinou a desapropriação de terras às margens das rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e as beneficiadas por obras de saneamento da União. (GONÇALVES JÚNIOR, 2014). Esse acontecimento foi um marco na história do Brasil por sinalizar que a Reforma Agrária, capaz de alterar o ordenamento do país, ocorreria. Esse foi um dos motivos para a instauração do golpe de Estado.

Mais de um século após a promulgação da Lei de Terras, temos o período ditatorial civil militar empresarial, que se estendeu por 21 anos. Iniciada em 1964, esse regime não democrático estimulou o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o latifúndio foi incentivado e atrelado aos interesses do capital estrangeiro. Nesse período, os movimentos sociais foram duramente reprimidos e a Supra foi extinta. (NETTO, 2010; STÉDILE, 1997).

A proposta de reforma agrária produziu uma reação contrarrevolucionária, as forças armadas se uniram com as elites agrárias conservadoras, o que resultou na deposição de João Goulart. Com a instauração do golpe de 1964, o projeto político ditatorial desenvolvido para a agricultura foi o de uma modernização conservadora para o campo, causando profundas transformações no meio rural. O processo da “modernização conservadora<sup>24</sup>” tinha como objetivo explorar as regiões consideradas atrasadas. Essa política, implementada pelos militares,

---

passa a ser obrigado a fazer algo a que não está habituado, ou seja, negociar com o trabalhador. Ao termo delegacia, com um significado distinto, associa-se uma outra prática social” (MONTENEGRO, 2010, p. 254).

<sup>24</sup> A ideia da renovação, de modernizar as atividades rurais, não tinha como objetivo ultrapassar as relações do passado, não se tratava de modernizar o atraso, de superar as antigas elites agrárias, pelo contrário, a perspectiva era de que o próprio atraso fosse capaz de impulsionar a modernização brasileira. Se tratava de um processo de renovação da influência do controle político do país por parte das antigas e conservadoras elites agrárias. (PÉRLATTO, 2014).

[...] Promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais a propriedade de terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras. (FERNANDES, 1999, p. 39).

Esse foi o período da consolidação da agricultura capitalista voltada para o mercado externo, fundamentado nas grandes extensões de terra, mecanização agrícola, adoção de agrotóxicos<sup>25</sup> pela chamada Revolução Verde<sup>26</sup> e expulsão dos povos do campo. (MST, 2014). Fernandes (2008) entende que a questão agrária é estrutural ao capital. Na década de 1970, período em que a crise estrutural do capital se acentua, ocorreu um dos maiores problemas do campesinato no Brasil. Com agravos relacionados à modernização conservadora, sob os efeitos de uma industrialização dos meios de produção, houve a exclusão social do trabalhador rural e a concentração de terras nas regiões em que o pacote tecnológico da Revolução Verde foi implantado.

As experiências campesinas, apesar de enfraquecidas com o processo de modernização que ocorrera no Brasil, ainda mantém os “traços comuns” ao valorizarem a cultura<sup>27</sup> e modo de vida comunitário cuja prioridade é o próprio ser. No momento anterior a esse conturbado período, o processo de “artificialização” da vida ainda não estava consolidado no mundo rural. O desencantamento com o campo veio a partir dessa artificialidade, o que permitiu a perda do respeito às condições naturais. Por meio dessas transformações:

O mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas

<sup>25</sup>O documentário “O veneno está na mesa”, dirigido por Silvio Tendler, aborda os impactos causados pela Revolução Verde em substituição ao modelo da agricultura tradicional. No vídeo são apresentados: os riscos para o corpo humano ao ingerir agrotóxicos, a contaminação do solo, dos mananciais de água e do ar. No documentário fica nítido a inversão dos valores societários que Marx explicita no livro 1 de O Capital: a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Devido a ganância em lucrar mais, vidas são contaminadas e descartadas como se fossem meros objetos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg> Acesso em: 5 nov. 2019.

<sup>26</sup>Foi introduzida no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, parte da premissa de que a agricultura pode ser industrializada. A modernização da agricultura, fomentada por este modelo de produção, prioriza a incidência de monoculturas com plantas híbridas, além de ser fortemente apoiada em energias não renováveis como os agrotóxicos, os adubos e a intensa mecanização e alteração genética dos alimentos produzidos. (OCTAVIANO, 2010).

<sup>27</sup> “[...] ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”. (THOMPSON, 2015, p. 22).

exigências de racionalidade, novos usos e novas definições do tempo social. (SANTOS, 2008, p. 207).

A carência e ignorância sobre a discussão da questão agrária são frutos da submissão colonial, fato que se agravou pela morosidade no estudo dessa temática no universo acadêmico. Compreender a questão agrária é uma tarefa complexa e extensa, pois exige a desconstrução de discursos preconceituosos sustentados pela bancada ruralista<sup>28</sup> e por alguns veículos de comunicação modernizados, insistentes na propagação de *fake news*.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como bancada ruralista, é considerada uma das principais forças políticas suprapartidárias do Congresso Nacional. É responsável por agregar grandes proprietários de terra, empresários rurais, agroindustriais e parlamentares conservadores (BRUNO, 2015). Com a ascensão da FPA, as discussões sobre a reforma agrária “perderam o caráter de centralidade nos debates sobre os problemas nacionais, não obstante ainda persistem como um dos principais impasses reivindicados pelas minorias rurais”. (SPINIELI, 2019, p. 118).

A FPA se refere a uma instância política de organização e de representação de interesses patronais rurais e do agronegócio no legislativo, faz parte de uma intrincada rede social e de poder. (BRUNO, 2021). A tardia visibilidade da problemática agrária fez com que o problema agrário se tornasse estrutural e institucional. Além da necessidade da reforma agrária, contestada por setores conservadores do agro (tecnológico, mas não popular), há de se pensar no seu significado político e social.

Para Stédile (1997), a questão agrária pode ser interpretada de variadas formas a partir da ênfase que se quer dar aos diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Apesar da questão agrária ser interpretada de diferentes maneiras nas ciências humanas, há convergência de pensamentos das disciplinas que fazem uma análise crítica sobre o assunto, no sentido de que a concentração fundiária e as desigualdades no acesso e uso das terras existem. (ALMEIDA; WELLEN, 2018).

---

<sup>28</sup> Refere-se a uma representação de Frente Parlamentar presente no Congresso Nacional que vem se destacando na tentativa de firmar os interesses do agronegócio. Um dos eixos de discurso da bancada é o fortalecimento ao direito de propriedade, com o ocultamento da temática da questão agrária brasileira. As bancadas representam os interesses de segmentos específicos, sendo a ruralista (como é mais conhecida) uma das mais antigas, articuladas e organizadas do Congresso Nacional. (SIMIONATTO; COSTA, 2012).

No ano de 1964, por conta das mobilizações de movimentos sociais e pela rápida expansão das Ligas Camponesas, Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do Brasil no período ditatorial civil militar empresarial, instituiu o Estatuto da Terra, cujo objetivo foi frear e controlar as reivindicações populares que estavam se acentuando. (STÉDILE, 1997). A Lei n. 4.504 de 1964, responsável pela criação desse Estatuto, diz que por reforma agrária entende-se “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. (BRASIL, 1964, art. 1º). Na prática a reforma agrária não foi realizada com a promulgação desse aparato jurídico.

Em substituição à Supra, além do Estatuto da Terra, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. De acordo com o artigo 1º, capítulo I, do Decreto n. 55.889 de 1965, o Ibra tinha por objetivo: “promover, coordenar e controlar as atividades que visam a corrigir a estrutura agrária do país e a executar os planos de reforma agrária” (BRASIL, 1965, art. 1º). Todavia serviu para revogar atos de desapropriação decretados pela Supra em Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão. (MEDEIROS; ARAÚJO, 2020a).

O objetivo do Inda, de acordo com o artigo 1º do Decreto n. 55.890 de 1965, era “promover o desenvolvimento rural, essencialmente através das atividades de colonização, extensão rural e cooperativismo”. (BRASIL, 1965, art. 1º). Em 1968, foi formada uma CPI para analisar a inoperância desse órgão, que foi avaliado como um projeto colonizador fracassado. A partir de então o discurso de promoção de reforma agrária por parte do Estado foi rechaçado. (MEDEIROS e ARAÚJO, 2020b).

Em 1969, foi criado pelo Decreto n. 64.852 o Grupo Executivo da Reforma Agrária. (BRASIL, 1969). No ano seguinte, 1970, o Inda, Ibra e Gera foram extintos e deram lugar ao Incra, pelo Decreto-lei n. 1.110 de 1970. (BRASIL, 1970). Esse instituto passou a ser o órgão responsável para desempenhar as funções dos anteriores. De acordo com o artigo 2º desse decreto, todos os direitos, atribuições e responsabilidades do Ibra, Inda e Gera passariam a ser competência do Incra. Esse instituto, nesse período, implantou projetos de colonização na Região Norte do Brasil.

Na década subsequente, em 1985, ano importante da história por marcar o fim da sanguinária ditadura civil militar empresarial no Brasil, foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Decreto n. 91.766. Os objetivos desse plano eram:

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural [sic]. (BRASIL, 1985, art. 2º).

Até a aprovação, em outubro de 1985, o PNRA sofreu alterações significativas. A última versão estava radicalmente mudada em relação à proposta original, frustrando as expectativas e demandas do MST. Para Coelho (2014), o Plano aprovado foi “transfigurado” da sua versão original, deixando entender nas entrelinhas que a reforma agrária desejada pelos movimentos sociais não ocorreria, como, de fato, não aconteceu.

Pelas análises de Coelho (2014), com a assinatura do decreto por José Sarney, primeiro presidente do Brasil pós-ditadura civil militar, o MST ao entender as mudanças de objetivos do PNRA, fez manifestações e publicações afirmando que o plano foi organizado pelos militares e apoiado pelos latifundiários, logo, se configurou como um falso plano de reforma agrária para enganar a população. A imagem abaixo, de Ubiratan Libanio Dantas de Araújo, publicada pelo Jornal Sem Terra, no ano de 1985, retrata a indignação do movimento.

Figura 1 - Charge “Os mesmos vícios do passado”



Fonte: Jornal Sem Terra. São Paulo, out./nov. de 1985, ano IV, n. 48, p. 2.

Na figura 1, o periódico do MST expressou de forma lúdica, as intenções do governo de Sarney em ludibriar os sem-terra e não realizar a reforma agrária, atendendo aos interesses dos latifundiários. Em 1987, por causa da turbulência política do período, o Incra foi extinto pelo Decreto-lei n. 2.363. As funções desse órgão foram transferidas ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Para que não houvesse interrupção das ações foi criado o Instituto Jurídico das Terras Rurais. (MEDEIROS, 2020).

No ano seguinte à promulgação da Constituição de 1988, o Mirad foi extinto e o Incra foi recriado. Em 1993, foi decretada a Lei n. 8.629 com o objetivo de regulamentar e disciplinar as disposições relativas à reforma agrária, previstas no capítulo III, título VII, da Constituição Federal. No parágrafo 1º do artigo 2º dessa lei é colocado que: “compete a União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social”. (BRASIL, 1993, art. 2º). Essa lei ainda se encontra em vigor, no entanto por conta das mudanças governamentais, ocorreram avanços e retrocessos no que tange à implementação da reforma agrária. Apesar de estar garantida em lei, a realização da reforma agrária não está ocorrendo, conforme poderemos observar no item 1.3.

Ao analisarmos os acontecimentos por período histórico, devemos levar em consideração qual reforma agrária estamos tratando, se é a clássica ou a popular, se a legalização de terras na Amazônia é contabilizada nos números, se há políticas sociais direcionadas aos assentados juntamente com a distribuição de terras etc. A imensa concentração fundiária precisa ser analisada a partir de uma perspectiva histórica (por ser passível de mudanças ao longo dos anos) e geográfica (uma vez que as novas técnicas incentivadas pelo capital transformam a geografia; pela inseparabilidade do tempo e do espaço e, pelo espaço geográfico fazer parte da condição do social e do físico). (SANTOS, 2008).

Nas análises feitas por Alentejano (2011b) é dito que a estrutura espacial de uma determinada sociedade, concretizada no ordenamento do território, reflete e é reflexo das relações sociais que as constituem. O autor compreende que um dos elementos centrais do ordenamento territorial é a estrutura agrária, reveladora das relações de poder, das potencialidades produtivas e da distribuição de renda e riqueza societária. Para Gonçalves (2020), demarcar territórios sem territorialidades não faz sentido, a história é movida por contradições, por isso, há necessidade das lutas e da

presença dos movimentos sociais para que o Brasil se afaste de horizontes eurocêntricos e possa se “latino-americanizar”.

A questão agrária no Brasil diz respeito a nada menos do que uma estratégia do Estado capitalista em reproduzir “Vidas Marias<sup>29</sup>”. O objetivo é permitir a concentração e centralização do capital de tal modo que a questão agrária, além de necessária para o capital, se torne estratégica para servir a um grupo de pessoas, no caso, representado pelos grandes capitalistas que concentram terras, também conhecidos como latifundiários. Sobre essa questão Fernandes diz que, “a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa”. (1999, p. 270).

Essa questão se ratifica com os últimos dados do Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2017, a estrutura fundiária no Brasil apresenta alto grau de concentração. O Índice de Gini, indicador da desigualdade no campo, registrou 0,867 pontos. É válido observar que quanto mais perto esta medida se encontra do número 1, maior a concentração na estrutura fundiária do país. (IBGE, 2017).

Não obstante os movimentos sociais vêm se reinventando, recriando formas de lutas na perspectiva de manter a existência de seus entes. Apesar das tentativas de apagá-las, suas identidades são firmadas a partir dos esforços dos movimentos em demonstrar que, para além do capital, existem vidas no território rural que precisam ser respeitadas.

### 2.3 RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: MUDANÇAS, DESAFIOS E VIOLÊNCIAS AS QUAIS FORAM SUBMETIDOS DESDE O SEU PERÍODO EMBRIONÁRIO

As formas de dominação social, impostas pelo sistema capitalista, geram a concentração de terras e se configuraram em uma complexa questão agrária, que tem sido responsável pelas desigualdades sociais e políticas. No cenário em que a crise do capital demonstrou ser estrutural, surgiu o MST, movimento que se baseou em

---

<sup>29</sup> Sobre essa discussão é interessante o curta-metragem “Vida Maria”, o qual mostra como a vida difícil no campo é reproduzida pelas gerações sem que haja uma análise crítica das historicidades. Há uma clara separação entre trabalho e vida. O processo laboral mistificado se sobressai e contribui para a própria morte. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG\\_htum4](https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4) Acesso em: 18 maio 2019.

lutas anteriores, mas com o diferencial de ter que se reinventar, inovar, se organizar a partir da horizontalidade de relações, trazendo para a luta mulheres e crianças. Em contraposição e como forma de denúncia aos crimes cometidos pelo latifúndio, o MST se firmou no ano de 1984. Trata-se de uma insurgência que se justifica devido à estrutural, estratégica e histórica questão agrária no Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se coloca como herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade. Ao falar do embrião do que veio a ser o movimento, o site do MST cita as resistências coletivas dos quilombos, de Canudos, das Ligas, da experiência da Encruzilhada Natalino, da V Romaria da Terra, ou seja, de organizações sociais de outrora que contribuíram significativamente para a sua formação.

Apesar dos enfraquecimentos das resistências, ocasionados pelo tenebroso período ditatorial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra significou o surgimento de uma força política que foi capaz de produzir mudanças nas relações sociais. O apoio da Comissão Pastoral da Terra foi importante para a consolidação do MST. Para Stédile e Fernandes (2005, p. 21), “a CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional”. No ano da criação do MST, a ditadura civil militar já estava no fim. Todavia o regime político, centralizador e autoritário, cumpriu os seus objetivos, dentre os quais destaca-se a manutenção dos privilégios do poder oligárquico do latifúndio brasileiro, ameaçado nos anos precedentes à instauração da ditadura.

A intocabilidade da propriedade fundiária foi garantida e para mantê-la, os militares utilizavam instrumentos de coerção social e controle policial para amainar as mobilizações e articulações dos camponeses que se organizavam solicitando a realização da reforma agrária. O que significa dizer que pediam que o Estado transformasse as terras que são consideradas improdutivas (extensão de quilômetros de terras que possuem fins especulativos e não cumprem a sua função social<sup>30</sup>) em

---

<sup>30</sup> De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo n. 186:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo os critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

terras produtivas para que pudessem extrair da natureza o que ela pode fornecer. (CARVALHO; GONÇALVES, 1988).

A reforma da estrutura fundiária foi temida para os organizadores do golpe civil militar de 1964 justamente por significar o reordenamento do território em sua dimensão agrária, as quais modificam as relações de poder e alteram as perspectivas produtivas. (ALENTEJANO, 2011b). A política desenvolvida nos anos não democráticos favoreceu o processo de especulação imobiliária. Nesse período, áreas que já haviam sido desapropriadas pela Supra foram devolvidas aos antigos proprietários ou aos grileiros. Os militares alegavam que se tratava de “áreas com ‘vocação’ urbana, não sendo, pois, adequadas ao uso agrícola”. (ALENTEJANO, 2011b, p. 27).

Nos 21 anos de governos autoritários, a ditadura adotou a política de expandir as práticas capitalistas no campo. Para esse propósito concederam subsídios e incentivos fiscais aos grandes proprietários rurais. A modernização tecnológica da produção agrícola foi incentivada elevando a produtividade do trabalhador rural, o que fez aumentar os lucros gerados pelos latifundiários e, conseqüentemente, ampliar a desigualdade social. Assim, os avanços tecnológicos integraram a lógica do mercado. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005; LUSTOSA, 2012).

Ainda nesse período ocorreu uma ampliação da exploração do trabalhador pelo aumento da mais-valia<sup>31</sup>. No processo de produção, por meio da exploração do trabalhador, o “espaço” torna o “tempo” concreto cuja materialidade se encontra nos objetos produzidos. (SANTOS, 2008). Assim o intangível se transforma em tangível, o abstrato cede lugar ao concreto ao passo em que vidas são mortificadas para que haja a vivacidade da racionalidade do sistema.

No cenário de aumento da industrialização na agricultura ocorreu o uso crescente de máquinas e de produtos químicos na área rural, o que se manifestou pela dispensa de trabalhadores. Destarte o crescimento das vendas de máquinas e

---

<sup>31</sup> De acordo com Marx (1996), em “O Capital”, a mais-valia está presente no trabalho abstrato da mercadoria, que possui o trabalho concreto (visível aos nossos olhos) e o abstrato que não conseguimos enxergar, mas se refere ao processo de exploração do trabalhador. No primeiro capítulo do primeiro livro de O Capital, Marx explicita que existem três tipos de mais-valia: a relativa (intensificação da jornada de trabalho sem ter o correspondente aumento remunerativo), a absoluta (prolongamento da jornada de trabalho sem o correspondente aumento salarial) e a extra (que se apresenta na esfera da aparência, quando a venda da mercadoria pelo seu valor social é maior do que o seu valor individual).

implementos agrícolas beneficiou a grande propriedade, favorecendo a produtividade do trabalho. (LUSTOSA, 2012).

Em 1975, em contraposição ao regime militar, foi instituída a Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia. A criação ocorreu durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Formulada pela ala progressista da igreja católica brasileira, o principal objetivo da CPT foi o de dar suporte aos trabalhadores rurais diante da grave situação vivida, sobretudo na Amazônia. Para Stédile e Fernandes, a formação da CPT foi um marco importante por representar “uma autocrítica ao apoio da igreja católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses” (2005, p. 20).

A CPT, de acordo com Py e Pedlowski (2020, p. 837), “ajudou as paróquias de comunidades rurais por meio da interação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), visando romper o isolamento do campo”. Nesse período, os trabalhadores eram explorados em seu local de trabalho e submetidos às condições análogas ao trabalho escravo, além de serem expulsos das terras que ocupavam. Para o Código Penal Brasileiro, é considerado crime:

[...] reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. (BRASIL, 2003, art. 1º).

A Comissão Pastoral da Terra se destacou pela defesa do direito dos trabalhadores à terra, sobretudo posseiros e sem-terra. Por esse motivo, se envolveu diretamente com as lutas e manifestações favoráveis à reforma agrária e contrárias à prática de trabalho análogo ao escravo. (CPT, 2010). Sobre a contribuição da Comissão ao MST, foi destacado na entrevista realizada com uma das lideranças do MST no estado do Rio de Janeiro que:

*Vários estudos, especialmente nas Ciências Sociais, confirmam e explicam a contribuição da CPT com a formação política e organização dos “sem-terra” na criação e gestação do MST, além de alas de Igrejas Protestantes, na década de 1990, quando se criou o MST em 1984. (Entrevistado D, julho de 2020).*

Nos anos ditatoriais, o Estado, representando os ideários da modernização conservadora para os povos do campo, enfraqueceu<sup>32</sup> fisicamente e psicologicamente as formas<sup>33</sup> de organização camponesa. Malgrado as torturas e perseguições que sofreram, houve resistência e mobilizações organizadas pelos trabalhadores rurais. Pela modernização conservadora, o progresso é articulado ao marco da Ordem de forma que o novo surgisse como um desdobramento do velho, logo, os traços conservadores do passado foram mantidos. Os trabalhadores rurais foram expulsos do campo e a oligarquia fundiária se manteve, consolidando a modernidade arcaica no Brasil. (IAMAMOTO, 2011).

Os seres humanos, que tiveram que deixar as terras com o processo de modernização, sentiram as mudanças desde o simples fato de criar os filhos até as mudanças na ecologia com a racionalização do tempo abstrato, o que significava formas de vida a serem resistidas. No final dos anos 1970, os sobreviventes da ditadura, apesar das perdas físicas e sociais, se organizaram novamente. Houve a mobilização para a realização de encontros cujo objetivo foi discutir a importância da reforma agrária e a condição de vida dos trabalhadores rurais. (FERREIRA; GOMES, 2008).

Em 1978, o MST começou a ser pensado e, enquanto movimento ainda em formação, percebeu que deveria se constituir em um amplo movimento social que fosse ao mesmo tempo popular, com espaço para todos os gêneros e faixas etárias<sup>34</sup>. (FERNANDES, 1999). Nesse ínterim,

A decisão de construir um movimento nacional foi fruto de uma reflexão política das lideranças da época, que entenderam que essa seria a forma correta de fortalecer a luta pela terra e impedir que fosse reprimida,

<sup>32</sup>O documentário “Cabra Marcado para Morrer” é uma interessante produção de Eduardo Coutinho sobre os massacres realizados à mando da ditadura contra as lideranças camponesas. No vídeo é retratado como a mobilização e a insurgência do movimento camponês foi afetada. João Pedro Teixeira, líder da Liga do Sapé, foi uma das lideranças brutalmente assassinadas por enfrentar o latifúndio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGSRLIs8BGw> Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>33</sup> Para a CPT, cada grupo camponês tem características próprias e identidades diferentes: “indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem-terra, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres - e muitas outras mais. Muitos destes grupos e comunidades são qualificados como comunidades tradicionais. Uma das características que os distingue é o uso comum da terra onde vivem e trabalham”. (CPT, 2010, p. 3).

<sup>34</sup>“À medida que todos se incluem no movimento, os camponeses tornam-se uma potencialidade extraordinária, de modo que o MST está sempre a multiplicar o seu poder político de luta e resistência”. (FERNANDES, 1999, p. 75).

aprendendo com as lições de outros movimentos camponeses da história do Brasil que foram rápida e violentamente “varridos” da história, sempre que tiveram uma atuação apenas local ou estadual. (CALDART, 2004, p. 126).

Para o movimento são considerados sem-terra: os parceiros, meeiros, arrendatários, assalariados rurais, pequenos agricultores, trabalhadores que possuem menos de cinco hectares de terra e filhos dos agricultores que não conseguiram se tornar agricultores. (STÉDILE, 1997). Para Fernandes (1999), tornar-se sem-terra é mais do que a tentativa de superação da condição de não ter um pedaço de chão, é possuir o sentido de pertença e de identidade com a luta e com o próprio MST.

O processo histórico de resistência do campesinato brasileiro originou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mesmo sendo forçados a sair da terra, os trabalhadores além de quererem, necessitam adentrá-la novamente, ainda que seja em terras distantes das que saíram. (FERNANDES, 1999). O MST é parte e continuação da luta pela terra, nasceu de uma proposta de luta no campo brasileiro, se baseou nas práticas de organização de movimentos sociais e se configurou em lutas pela sobrevivência dos trabalhadores rurais em oposição às injustiças geradas pelo latifúndio.

O sentido da formação do MST estava na sua espacialização e na territorialização, o significado da resistência era a possibilidade de luta e recriação. A ocupação que inaugurou o processo de formação do MST aconteceu em 1979, no dia 7 de setembro 110 famílias ocuparam a gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. (FERNANDES, 1999).

Fernandes (2000), afirma que a luta pela conquista dessas terras estava registrada na memória dos camponeses, que tinham o desafio de lutar também para a construção da democracia. A partir de então, ocorreu um aumento significativo do número de famílias que passaram a ocupar as terras que não estavam cumprindo a sua função social, principalmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Com o aumento da miséria, os povos do campo se organizaram e, acampados Brasil a fora, romperam cercas do latifúndio em 1984. É crível a ponderação de que esses sujeitos sociais se organizaram e representaram resistências desde antes da formação do MST, ainda que para isso tivessem que enfrentar os intensos e grandiosos desafios impostos pelo sombrio período ditatorial. A luta pela terra é

tratada com repressão pela classe dominante, há forte violência contra os povos do campo. No fim dos anos ditatoriais no Brasil, o movimento percebeu que deveria se constituir nacionalmente e que as formas de resistências deveriam se dar sob a esfera coletiva, caso contrário, corriam um grande risco de serem colapsados. (STÉDILE, 1997).

Apesar da morte física dos trabalhadores em luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não se deixou esmorecer. O MST teve que pensar em estratégias de insurgência contra as forças políticas hegemônicas, uma vez que a transição de regimes não irrompeu com os latifundiários. Em continuidade às lutas dos povos do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representou mais um passo na longa marcha dos camponeses em suas lutas pela terra. Pelas resistências, conseguiram formar o maior movimento de massa<sup>35</sup> presente em todo o território brasileiro. É reconhecido internacionalmente pelas lutas em prol da reforma agrária desde o período da sua criação. No entanto, é destacável a negligência e morosidade do Estado no trato à questão agrária.

Em janeiro do ano de 1984 aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra, na cidade de Cascavel - PR. Nesse espaço foram traçados os objetivos gerais dos trabalhadores: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa e fraterna; definir os integrantes da categoria sem-terra; conceder a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver. (FERREIRA; GOMES, 2008).

De acordo com o site do MST<sup>36</sup>, nesse encontro foi fundado o movimento camponês nacional, denominado no encontro de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A expressão “sem-terra”, bastante utilizada no encontro, ‘tinha um poderoso efeito mobilizador e serviu para criar uma mística que juntava orgulho e determinação’. (DEW, 2011, p. 60). A principal luta encampada pelo movimento criado se refere à conquista da reforma agrária que seja de fato popular<sup>37</sup>, necessária para manutenção do sentido da vida humana pela possibilidade que representa de

---

<sup>35</sup> Informações retiradas a partir dos gráficos disponibilizados pelo Dataluta. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf) Acesso em: 5 maio 2022.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/> Acesso em: 18 fev. 2021.

<sup>37</sup> “A Reforma Agrária Popular é um programa de luta que tem em sua base uma análise coletivamente construída sobre a realidade atual, em especial visando à compreensão do bloqueio que sofre hoje as políticas mesmo parciais, de Reforma Agrária em nosso país, na relação com o desenvolvimento e crise do capitalismo no mundo”. (CALDART, 2014, p. 143).

[...] superar as formas destrutivas de produção por meio de agrotóxicos que contaminam a terra, a água, o ar, e os alimentos; por estimular a produção associada e a não exploração de uns sobre os outros; por gerar milhões de empregos no campo para aqueles que foram expulsos e que vivem em acampamentos, ou mesmo em assentamentos precarizados ou integram os contingentes de boias frias, que vivem nas periferias das grandes e médias cidades; por, também, estimular uma reforma urbana popular e, fundamentalmente por entender que a estrutura do capital não se sustenta mais. (FRIGOTO, 2014, p. 113).

Os ideários de lutas do MST se referem à democratização do acesso à terra; à desconcentração da propriedade privada; ao estabelecimento do tamanho máximo de propriedade da terra; à garantia da função social do uso da terra; à posse e propriedade da terra; à demarcação e respeito a todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades extrativistas, quilombolas, de pescadores artesanais e tradicionais. (MST, 2014).

De acordo com Coelho (2014), o ano de 1984 foi destacável pela criação do grandioso e importante movimento social rural que marcou a segunda metade do século XX. O Boletim Sem-Terra, criado em 1981, cedeu lugar ao Jornal Sem Terra, o qual se tornou um dos meios de comunicação impresso mais importantes na propagação dos assuntos que envolveram a luta pela terra no Brasil e as formas organizativas do movimento recém-criado. De acordo com Coelho (2014, p. 65),

O nascimento do Jornal Sem Terra não significava a extinção do boletim, mas sua continuidade, com uma nova roupagem e direcionamentos. Também, havia uma preocupação de não excluir os trabalhadores e tradicionais colaboradores de sua produção. O jornal passou a ser pensado em uma perspectiva mais ampla, abrangente, e estava ligado e sob a responsabilidade do recém-criado MST.

No período embrionário do movimento, a Comissão Pastoral da Terra influenciou o MST no que tange ao quesito de infraestrutura e, sobretudo, na contribuição filosófica e religiosa sobre o entendimento conceitual da reforma agrária. A participação da CPT no periódico jornalístico do MST se deu no sentido de escrever sobre a importância da terra enquanto elemento fundamental para produção de alimentos, dessa forma contribuiu também para o setor de comunicação do movimento em ascensão. (COELHO, 2014).

Assim como as Comunidades Eclesiais de Base na década de 1950 influenciaram as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra nos anos 1980 teve grande aceitação no meio rural porque soube respeitar o modo de pensar,

expressar e de se organizar do movimento. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). A influência religiosa no caso das Ligas foi a das Cebes e a influência educacional foi a da “Educação Popular”, fundamentada no princípio de que o processo de aprendizagem deve acontecer por meio de trocas coletivas, ação-reflexão-ação, diálogo e experiência educacional transformadora, que satisfaça aos interesses e necessidades dos sujeitos envolvidos no processo. (FREIRE, 1987).

A estruturação da sociedade capitalista mantém a concentração de terras nas mãos dos latifundiários e de sua associação com os grupos transnacionais, que modificam e controlam as sementes, produzem alimentos utilizando adubos e fertilizantes químicos que degradam a saúde humana e o meio ambiente, bem como controlam e manipulam os estoques, a comercialização e os preços.

Os defensores dos interesses das elites agrárias expressam suas forças políticas com articulações no legislativo em prol de uma perspectiva mais conservadora socialmente para o campo. De acordo com Dorziat (2019), a política fundiária brasileira está associada ao latifúndio, fato que privilegia a concentração da terra ao invés da sua distribuição. Esse é um dos eixos do desenvolvimento do “capitalismo dependente” estabelecido na América Latina.

As possibilidades de concretização da reforma agrária não são vistas pelo Estado como prioridade, são tratadas como se fossem apenas a concessão e divisão de terras pelo Incra. A partir do ano de 2017, nem a mera distribuição está ocorrendo. Como o Estado se mantém amorfo no que concerne ao cumprimento da determinação legal, os movimentos socioterritoriais agem para que o artigo 186 da Constituição seja posto em prática.

A ocupação ainda é a principal forma de luta pela terra, representa uma maneira de pressão legal, uma forma legítima de atuação de pessoas comprometidas com os propósitos de reforma agrária. A ocupação de terras contesta a propriedade privada em um quesito fundamental a vida, o solo, elemento da natureza capaz de garantir a produção de alimentação saudável, se não contaminado.

No entanto, por conta dos interesses especulativos dos grandes empresários, a terra é vista como uma mercadoria, um negócio altamente lucrativo, o que faz gerar os conflitos. Conforme Gonçalves *et al.* (2018, p. 717) “as regiões que concentram o maior número de localidades em conflito são aquelas em que o agronegócio, junto a exploração mineral e outros projetos de infraestrutura se afirmam”.

Há parcialidade<sup>38</sup> do Estado no trato à questão agrária. Como tentativas de desconcentrar o latifúndio, foram criados sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais cujo objetivo foi lutar pela terra.

As lutas encampadas pelos movimentos sociais são fundamentais para que os direitos sociais sejam garantidos. A pressão popular é importante para que o controle social seja exercitado e os preceitos jurídicos sejam colocados em prática, para que os direitos não se tornem apenas “letras mortas” na lei. Para Marx (2013, p. 36), o direito “não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vida de sua própria classe”.

A negação do acesso à terra aos povos do campo remonta há tempos pretéritos, o latifúndio se fortaleceu a partir do momento em que os artigos constitucionais foram relativizados. Com a intenção de desconcentrar o latifúndio, o MST encampou a luta na tentativa de ser concretizado o capítulo III da Constituição de 1988 (Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira) que se refere à política agrícola e fundiária da reforma agrária. No entanto os massacres direcionados ao movimento ganharam força. Por massacre entende-se

[...] situações em que três ou mais pessoas são assassinadas em um mesmo contexto, os massacres no campo representam uma forma específica de violência, pois, além de operar o extermínio físico das vítimas, também se constitui como forma de “recado” aos povos do campo. (CPT, 2021, p. 5).

Dentre as barbaridades que já ocorreram no campo por conta da luta pela garantia dos direitos sociais (previstos em leis), destacam-se três: o primeiro foi a perseguição aos trabalhadores das Ligas Camponesas. Os trabalhadores que faziam parte desse movimento, tiveram suas vidas cerceadas ao serem perseguidos pelos anos que antecediam a ditadura civil militar de 1964. Esse foi o caso do trabalhador João Pedro Teixeira, liderança das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba. (DELGADO, 2013).

No ano de 1962, sua morte foi encomendada por latifundiários da região. Levou tiros pelas costas pelo motivo de lutar pela reforma agrária. O documentário “Cabra Marcado para Morrer<sup>39</sup>” é uma interessante produção que retrata as experiências e

---

<sup>38</sup> O Estado se materializa sob a forma de regime político. A intervenção pública se dá pelo aparelho estatal, produto das condições históricas. No entanto, o Estado democrático tem contradições postas em questão quando há articulações entre os poderes ou interesses públicos e privados. (MATHIAS e SALAMA, 1983).

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s7pnKjA56-g> Acesso em: 20 abr. 2021.

importância desse trabalhador e de seus companheiros. Nesse vídeo são expressas as vivências e violências que sofriam cotidianamente. Em 1965 todos os envolvidos na morte de João Pedro foram absolvidos pelo regime militar. (ALVES, 2020; MONTENEGRO, 2010).

O segundo foi o Massacre de Corumbiara. Em 14 de julho de 1995, centenas de famílias ocuparam parte da fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, em Rondônia. No início do mês seguinte, os acampados foram cercados por policiais e jagunços. No dia 9 de agosto do referido ano, o massacre aconteceu, totalizando 12 mortes e 64 feridos. A covardia na execução dos atos virou notícia internacional. Os trabalhadores foram torturados por 24 horas, os laudos provaram execuções sumárias e confirmaram a cremação de corpos humanos em fogueiras, no acampamento dessa fazenda. Apesar da comprovação da ação ser financiada pelos fazendeiros da região, a impunidade prevaleceu. (MARTINS, 2009).

O terceiro foi o Massacre em Carajás. No dia 17 de abril de 1996, aconteceu a carnificina de 19 pessoas e 68 ficaram feridas. No ano em que antecede esse episódio, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais, apoiados pelo MST, formaram um acampamento à margem da estrada reivindicando a desapropriação da área. A justificativa desse pedido estava baseada no artigo 184 da Constituição de 1988. (MST, 1999a).

As famílias acampadas à margem da rodovia PA-275 decidiram ocupar a fazenda Macaxera, 12 dias anteriores ao massacre. Nesse momento, os fazendeiros se articulavam com representantes do governo do Pará solicitando à reintegração de posse. A federação dos fazendeiros entregou uma lista de 19 pessoas que deveriam morrer para “voltar a paz na região”. Nessa estavam os nomes de todos os coordenadores do MST no estado do Pará. (BARREIRA, 1999).

As promessas de distribuição de alimentos, remédios, transporte e desapropriação da fazenda, realizadas pelo poder público estadual, não foram cumpridas. Por esse motivo, como forma de protesto, os trabalhadores bloquearam a estrada. Nesse momento foram literalmente cercados por policiais militares. Os resultados desse embate foram mortes violentas e ferimentos dos trabalhadores rurais. Conforme a perícia realizada nos corpos, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado. (BARREIRA, 1999).

A partir das análises dos episódios citados, é interessante destacar que o ponto em comum dos conflitos é a impunidade. De acordo com os dados da Comissão

Pastoral da Terra (2021, p. 5), “[...] das 1938 pessoas executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil entre 1985 e 2018, em 1789 desses casos (92%) não houve qualquer responsável julgado ou preso”.

No episódio da chacina em Eldorado dos Carajás por exemplo, dos 155 policiais militares envolvidos, apenas 55 foram interrogados. Não foram realizados exames para detectar resíduos de pólvora nas mãos dos agentes, removeram-se os cadáveres antes da chegada da perícia e o Ministério Público ofereceu denúncia genérica para os envolvidos. Dos 155 policiais, apenas dois foram condenados, mas cumprem pena em liberdade. (BARBOSA, 2020).

Apesar de já ter mais de 26 anos desse sangrento episódio, a violência no campo continua e, conseqüentemente, a luta dos trabalhadores rurais também. De acordo com os dados do último relatório<sup>40</sup>, divulgados pela CPT (2022), em 2021 não aconteceu nenhuma desapropriação de terra, a violência no campo aumentou, foram 418 territórios atingidos por esses conflitos. Esses dados representam um aumento de 94% da violência e dos conflitos com relação ao ano anterior. Sobre os assassinatos, o ano de 2021 bateu mais uma vez um novo recorde, aumentaram em 30%, foram provocados por empresários, fazendeiros, grileiros e até conflitos provocados pelo próprio governo. (CPT, 2022).

Conforme o Jornal da CPT, publicado em abril de 2021, em 2020 foram 1576 ocorrências de conflitos por terra, maior número desde 1985, ano em que o relatório começou a ser publicado. Esse fato é preocupante pois representa perdas de direitos e de vidas de trabalhadores que já são espoliados constantemente, o que faz aumentar a concentração do latifúndio no Brasil.

De acordo com Barreira (1999), existe a monopolização da violência aos povos do campo. As agressões físicas e verbais são realizadas por fora da legalidade. A parcialidade do Estado democrático é posta em questão quando há articulações entre os poderes público e privado. A exacerbação da força, conjugada às ações ilegais, aparecem nas disputas.

Os direitos humanos são essenciais para a promoção e proteção da dignidade humana. A fundamentalidade desses está esboçada na Constituição de 1988. O artigo 5º, por exemplo, fala sobre a necessidade da inviolabilidade do direito à vida, à

---

<sup>40</sup> A Comissão Pastoral da Terra publica anualmente relatórios compilados sobre os dados da violência no campo no Brasil. O Objetivo é tornar pública a realidade das violações de direitos dos povos do campo.

liberdade, à igualdade, à segurança [...] logo, os governantes deveriam se engajar na proteção e garantia dos preceitos da Constituição.

Apesar da impossibilidade de reversão do histórico tenebroso de opressão no campo desde o período da invasão portuguesa, é fundamental se pensar em estratégias para amainar as injustiças sociais que assolam os povos do campo. Existem projetos (também estratégicos) de permanência da própria questão agrária. Apesar de serem considerados meramente objetos para os que já perderam a condição e princípios da natureza humana, a descartabilidade da vida e a insegurança não poderiam se fazer presentes para os seres que ainda possuem humanidades dotadas de sentidos (não mercadológicos).

### 3 POLÍTICAS SOCIAIS DIRECIONADAS AOS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DE MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E A CRIAÇÃO DO ZUMBI DOS PALMARES

Esse é o tempo de partido, tempo de homens partidos. Em vão percorremos volumes, viajamos e nos colorimos. A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua. Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. (ANDRADE, 2000, p. 29).

Nesse capítulo foram realizadas reflexões e análises sobre como os governos federais (desde os meados da década de 1990) lidam com a questão da concentração fundiária. A reforma agrária (que seja de fato popular) nunca foi implementada no Brasil e, além disso, há incentivos governamentais para o agronegócio além da diminuição de políticas sociais e da criminalização de movimentos sociais.

As expressões da questão social se acentuam com a concentração e centralização de terras no Brasil, o desemprego deixa de ser cíclico para se tornar estrutural, o que significa dizer que trabalhadores se tornaram inintegráveis ao mundo do trabalho ou, quando encontram atividades laborais, se sujeitam às condições degradantes. (MÉSZÁROS, 2011). Ao invés do Estado abranger políticas sociais capazes de alterar a desigualdade, retrocede às concepções focalistas, emergenciais e parciais, nas quais a população pobre é destituída de direitos.

As palavras de ordem<sup>41</sup>, do maior<sup>42</sup> movimento de trabalhadores rurais no Brasil, ao invés de serem respondidas com políticas que possam minimizar as injustiças sociais cometidas ao longo dos anos, estão sendo contrapostas com repressões. Os erros históricos não são superados e são repetidos de diferentes formas e intensidades.

Ainda nesse capítulo, foi realizado um breve histórico: da cidade em que majoritariamente se situa o assentamento, das explorações dos trabalhadores

---

<sup>41</sup> São expressas pelos movimentos sociais com o objetivo de proferir quais são as principais lutas que almejam alcançar. Podem sofrer alterações ao longo dos anos, a depender dos desafios e conquistas do tempo histórico e do lugar. O MST, desde o seu surgimento, proferiu e firmou diferentes palavras de ordem. A principal luta defendida atualmente é “Lutar, construir a Reforma Agrária Popular”. Essa palavra de ordem foi firmada no 6º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em Brasília, dos dias 10 a 14 de fevereiro de 2014.

<sup>42</sup> Segundo Baldi e Orso (2013), o MST é o maior movimento social rural da América Latina. De acordo com Spinieli, o MST se destaca por ser o “principal movimento social ligado às reivindicações sobre a reforma agrária, com ocupação massiva de terras”. (2019, p. 118).

cometidas pela São João e da criação do assentamento Zumbi dos Palmares. A partir da intransponibilidade de direitos e da criminalização do MST, fato que altera significativamente as formas de resistências, as injustiças sociais ocorrem e continuam reproduzindo a problemática das questões agrária e social no Brasil. As mudanças nas concepções das políticas sociais pelos governos federais, desde meados da última década do século XX, e as lutas dos trabalhadores rurais no assentamento de reforma agrária Zumbi dos Palmares nesse período, foram elucidadas neste capítulo.

### 3.1 DESDE O GOVERNO DE FENANDO HENRIQUE CARDOSO: PRETERIÇÃO À REFORMA AGRÁRIA E OPTAÇÃO PELO NEGÓCIO DO CAPITAL

A reforma agrária popular, ensejada pelo MST nunca aconteceu no Brasil. É denominada por Girardi e Fernandes (2008, p. 78) de “reforma agrária completa”, pois tem como princípios “reformular a estrutura fundiária, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção”. De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não basta ser uma reforma agrária parcial, que apenas divida a terra.

A redistribuição de terra foi cingida e incipiente para os trabalhadores rurais. O capitalismo em nosso país consolidou um padrão absolutamente contrário aos moldes clássicos no que concerne à relação entre capital e terra. Na Cartilha do MST de 2014 é colocado que “nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, ainda que limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso”. (MST, 2014, p. 51).

De acordo com Lustosa (2012), se quisermos falar da existência da reforma agrária no Brasil é preciso levar em consideração as suas peculiaridades e as diferentes políticas de governos. A divisão de terras que ocorrera em outras nações capitalistas, cujo objetivo foi fomentar a circulação do capital, nunca aconteceu em terras brasileiras. Lustosa (2012), fala em “reforma agrária à brasileira” por dizer respeito a um processo de distribuição com pouca terra e ocorrer sem a devida expansão do suporte técnico e financeiro por parte do Estado.

Os autores Girardi e Fernandes (2008), denominam de “reforma agrária conservadora” por não desconcentrar a terra, não diminuir as desigualdades sociais e nem impedir o êxodo rural. O cerceamento à terra, a negação de acesso aos povos

do campo e as insuficientes políticas sociais não garantem os meios adequados para produzir e permanecer na terra. Diferente desse modelo, as práticas encampadas pela reforma agrária popular representam o enfrentamento ao sistema produtor de mercadorias, buscando criar forças para as mudanças estruturais societárias.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República. Seguindo as prerrogativas definidas no Consenso de Washington, “os contornos neoliberais do processo do ajuste brasileiro tornam-se mais nítidos, bem como as suas consequências econômicas e, sobretudo, sociais”. (SOARES, 2009, p. 38-39).

No seu mandato, foi acentuado o discurso de que o meio rural brasileiro não deveria ser considerado essencialmente agrícola. A partir dessa assertiva consubstanciou-se o projeto denominado de “Novo Rural Brasileiro”, que na prática pode ser considerado o período da Reforma Agrária clássica. O discurso de que o rural deveria ser modernizado foi adotado estrategicamente pelo governo de FHC.

De acordo com Lustosa (2012), presume-se a mudança na concepção da realidade rural quando se fala em “processos sociais agrários” ao invés de explicar de forma direta o seu significado e impactos para os povos do campo. O projeto de modernização do “Novo Rural” tentou retirar do debate a discussão sobre a “concentração de propriedade de terra”, “estrutura fundiária”, “contradições campo/cidade”, “questão agrária” e “concentração fundiária”.

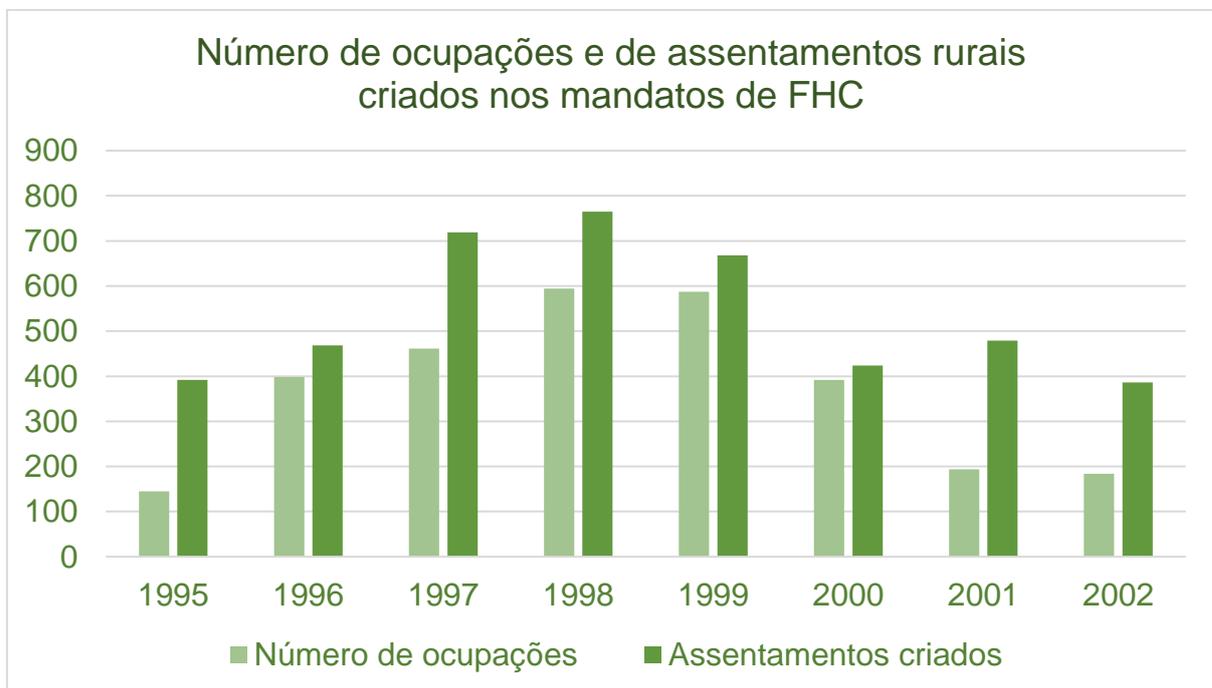
Conforme Silva (2022), o “Novo Rural”, como o temos denominado, compõe-se basicamente de quatro subconjuntos: agropecuária moderna, baseada em *commodities*; atividades de subsistência em torno da criação de pequenos animais e da agricultura rudimentar, conjunto de atividades não-agrícolas e de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em composições específicas de mercados.

Em um misto de consenso e coerção, a política econômica fomentada por Fernando Henrique Cardoso reduziu a reforma agrária à criação de assentamentos rurais no primeiro mandato e no segundo utilizou medidas repressivas fazendo com que a reforma agrária passasse a ser negociada e a fazer parte dos interesses do mercado. O MST se contrapunha as ações do governo de FHC, que era visto pelo movimento como adepto do neoliberalismo e propagador da criminalização da luta pela terra.

Dos anos de 1995 a 1998, o aumento do número de famílias assentadas gerou o aumento das ocupações de terras. De acordo com Fernandes (2004, p. 48), “a cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos

de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra”. Esse aumento no número de ocupações, fomentadas pelo MST, fez o governo federal recuar e implementar medidas que criminalizasse a ocupação de terras. A mercantilização das políticas agrárias ascendeu em detrimento da consolidação das políticas sociais. No primeiro mandato de FHC (1995-1998) houve um aumento significativo de famílias em ocupações e de assentamentos criados, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Número de ocupações e assentamentos criados de 1995 a 2002



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados nos gráficos do relatório Dataluta, 2020.

Segundo Fernandes (1999), FHC em seu primeiro mandato assentou ou regularizou posses de aproximadamente 280 mil famílias. O que foi possível devido principalmente à organização dos sem-terra que avivaram as ocupações e territorializaram a luta. Apesar desse expressivo número<sup>43</sup>, com a política neoliberal adotada intensificou-se o desemprego em todos os setores da economia, deixando mais pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Com isso, o número de

<sup>43</sup> Contudo Coelho (2014) diz que “conforme o MST, havia “manipulação dos dados”. Na contabilidade do governo, entre os anos de 1995 e 2001, haviam sido assentadas 545.683 famílias; enquanto para o MST, esse número era de 266.998 famílias. A diferença entre o número de famílias assentadas segundo governo e MST era de 278.685 famílias. De acordo com as representações do MST, no Brasil não havia Reforma Agrária e o governo mentia descaradamente”. (COELHO, 2014, p. 248).

famílias que passaram a necessitar de um pedaço de terra cresceu, o que fez aumentar o número de ocupações e mobilizações do MST no quadriênio da primeira gestão.

Nesse período, o governo favoreceu os latifundiários ao realizar a regularização fundiária de grandes extensões de terras. De acordo com Stédile, em entrevista ao Painel Haddad (2020b), a reforma agrária não é estatística, ou pelo menos não deveria ser. Saber quantos hectares foram distribuídos não é o suficiente pois entra na questão de distribuição de terras na Amazônia, de regularização fundiária. Isso não é reforma agrária, pois não afeta o latifúndio, não desconcentra a propriedade e não enfrenta a improdutividade social.

No ano de 1997 foi criado o “Cédula da Terra”, implantado nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O objetivo desse projeto foi “mudar a questão agrária do plano político para o econômico, beneficiando os proprietários de terra, que desta forma podem transferir seus capitais para outros setores da economia” (FERNANDES, 1999, p. 242), favorecendo o aumento do número de latifundiários.

A iniciativa da venda de terras ociosas passou para o controle dos “detentores” das terras, sem sofrer interferência por parte do Estado, em descumprimento ao artigo 186 da Constituição. No ano de 1998, o programa criado foi o Banco da Terra, pela Lei Complementar de n. 93, com o objetivo de financiar:

I - Trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária; II - agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. (BRASIL, 1998, art. 1º).

Para as representações do movimento, a promulgação dessa lei tratou-se de uma fachada enganosa pertencente ao modelo neoliberal, cuja predominância era o livre mercado (MST, 1999b). Como forma de ilustrar criticamente o processo da terra como sendo sinônimo de mercadoria, o Jornal Sem Terra publicou a seguinte charge, de Márcio Beraldi:

Figura 2 - Charge “Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária”



Fonte: Jornal Sem Terra. São Paulo, maio de 1999b, ano XVII, n. 189, p. 2.

No segundo mandato de FHC, como se não bastasse a manipulação dos trabalhadores por programas que não realizavam a reforma agrária em seu sentido amplo, foram tomadas medidas severas no que reporta à problemática das questões agrária e social, que passaram a ser tratadas como “caso de polícia”.

Devido ao aumento significativo do número de ocupações, foi expedida a Medida Provisória n. 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminalizando as pessoas que ocupassem terras e privilegiando os latifundiários. Por essa MP foi definida a condição da não desapropriação das terras por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, em caso de reincidência. (BRASIL, 2001).

O objetivo era inibir que os trabalhadores rurais lutassem pela reforma agrária pelo seu viés mais elementar, ou seja, a própria ocupação. Para Stédile e Fernandes (2005) o que existe de reforma agrária no Brasil é devido as ocupações de terras. Como podemos observar no gráfico 2, por causa das repressões, o número de ocupações e de assentamentos criados diminuíram na segunda gestão de Fernando Henrique. No último ano do primeiro mandato, em 1998, aconteceu o maior número de ocupações de terras desde o ano de 1985<sup>44</sup>, totalizando 594. No último ano do

<sup>44</sup> Esse ano foi significativo por marcar o fim do período ditatorial e por representar a insurgência do MST, logo, era de se esperar que o número de ocupações fosse significativo justamente por

segundo quadriênio do governo, em 2002, o número despencou para 184, o que significou um decréscimo de 69% em um intervalo de quatro anos. Esse ano foi também o momento em que se teve o menor número de assentamentos criados, se considerarmos o período de oito anos em que ocupou a cadeira presidencial. O total de assentamentos criados em 2002 foi de 386. (DATA LUTA, 2020).

Segundo Coelho (2014), em relação aos mandatos dos governos de FHC, como nos anteriores, a reforma agrária que seja de fato popular não foi tratada como prioridade, o que se teve foi a criação de assentamentos rurais. A problemática da questão agrária não se limita à criação de assentamento rural.

As ações dos movimentos sociais do campo e os acontecimentos ocorridos no período, como o Massacre de Corumbiara (1995), o de Eldorado de Carajás (1996) e a realização da Marcha Nacional do MST <sup>45</sup> até Brasília, realizada em 1997, contribuíram para o número de assentamentos criados no primeiro mandato de FHC. O Jornal Sem Terra, na edição de abr./maio de 1997, retratou o descaso do governo diante das reivindicações do MST sobre a reforma agrária, emprego e justiça. A charge abaixo, contida nesse jornal explicita o processo.

---

representar a volta da esperança dos povos do campo no que diz respeito à realização da reforma agrária.

<sup>45</sup> No dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1300 sem-terra iniciaram a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril de 1997, exatamente no dia em que o Massacre de Eldorado dos Carajás completava um ano. Na chegada, mais de 100 mil pessoas receberam os sem-terra em apoio a luta pela reforma agrária. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99> Acesso em: 20 maio 2021.

Figura 3 - Charge “Continuamos em marcha contra o neoliberalismo”

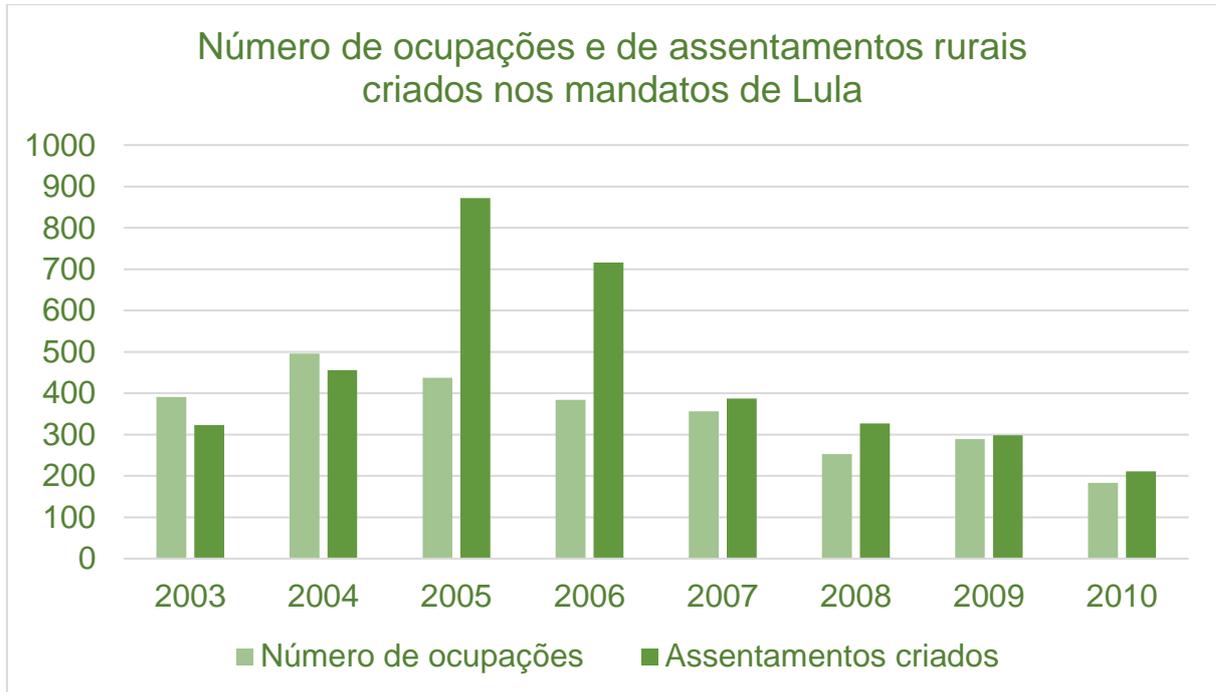


Fonte: Jornal Sem Terra, ano XV, n. 168, abr./maio 1997, p. 2.

A judicialização da reforma agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso foi explicitada na criminalização da ocupação de terras e no descaso governamental diante das famílias que residiam nas lonas. As mudanças na estrutura fundiária, necessárias para a realização da reforma agrária (sem ser a de mercado), não ocorreu nos governos dos anos de 1995 a 2002. A adoção dos ideários neoliberais e o apoio ao governo por parte dos latifundiários se contrapunham aos objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em 2003, com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva na presidência, houve um crescimento das ocupações de terras. De acordo com Girardi e Fernandes (2008), isto foi possível devido à esperança que os movimentos socioterritoriais depositaram em Lula por acreditarem que realizaria uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de ocupações e assentamentos criados de 2003 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados nos gráficos do relatório Dataluta, 2020.

A política econômica adotada pelo governo Lula decepcionou o principal movimento que luta pela reforma agrária no país. O não rompimento com os grandes grupos econômicos internacionais, ligados ao FMI, Banco Mundial e governo dos EUA fez com que o movimento mudasse a entonação nas falas expressas em seus meios de comunicação. No Jornal Sem Terra, de maio de 2003, ainda no primeiro ano de mandato do que era considerado “companheiro” do movimento, foi expresso:

É crescente o sentimento de decepção dos setores organizados com o governo Lula. Não restam dúvidas que a composição do governo – privilegiando banqueiros e industriais em cargos estratégicos da política econômica – e a continuidade da política de FHC (juros altos, incentivos às exportações, cortes nos gastos sociais, fiel cumprimento às exigências do FMI etc.) estão na raiz dessa decepção. (MST, 2003, p. 2).

A esperança que o movimento depositara em Luís Inácio Lula da Silva foi se esvaindo ao longo dos anos de governo, que mudou o discurso e passou a negociar com as elites agrárias no que concerne à questão agrária. Pelo baixo número de assentamentos criados no primeiro ano de governo, o Jornal Sem Terra publicou a charge de Márcio Baraldi, a qual sinalizava a morosidade na realização da reforma agrária.

Figura 4 – Charge “É preciso agilizar a reforma agrária”



Fonte: Jornal Sem Terra. São Paulo, setembro de 2003, ano XXII, n. 233, p. 2.

Todavia, no que tange à criação de políticas sociais, o governo de Luís Inácio avançou, houve a ampliação da assistência técnica, de créditos agrícolas, preocupação com a infraestrutura dos assentamentos e diálogo com os movimentos sociais. (COELHO, 2014). As políticas sociais gestadas por Lula são consideradas políticas “compensatórias”, o que significa dizer, de acordo com Sampaio Júnior (2005), que as políticas compensatórias têm o objetivo de diminuir o sofrimento dos que necessitam das políticas assistenciais dentro das limitadas possibilidades orçamentárias gestadas pelo ajuste fiscal.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária foi lançado no ano de 2003, pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário. Contudo, houve mudanças significativas no que tange a sua formulação inicial. A reforma agrária foi transformada em um mero plano incipiente de criação de assentamentos rurais, o impacto alcançado foi compensatório e não estrutural, conforme planejado em sua versão original. (SAMPAIO JÚNIOR, 2005).

João Pedro Stédile (2020b), em entrevista ao Painel Haddad<sup>46</sup>, destacou programas do governo Lula que foram fundamentais para os assentamentos. Citou

<sup>46</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=YeMdCWEwJ\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=YeMdCWEwJ_U) Acesso em: 5 jun. 2020.

como exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar, responsável por garantir que crianças tivessem comida saudável no ambiente escolar. Pelo menos 30% do dinheiro da merenda deveria ser destinado à produção de pequenos agricultores locais, o que favoreceu ambos os lados. De acordo com a Lei n. 11947, o objetivo do PNAE é

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009, art. 4º).

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos foi outro programa importante citado pelo líder do MST. O PAA foi criado em 2 de julho de 2003, pelo artigo 19 da Lei n. 10.696, com o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, “compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003, art. 19). Nas palavras de Stédile no Painel Haddad,

O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos foi muito importante. A Conab chegava para o produtor rural e falava: tudo o que você produzir de alimentos saudáveis entrega no hospital. Aí o diretor assinava a nota, o produtor ia nos Correios ou Caixa e recebia o dinheiro sem burocracia. A Conab chegou a comprar no governo Lula 367 tipos de alimentos. (STÉDILE, 2020b).

A importância desse programa e o período da sua criação foi lembrado na entrevista com um dos assentados do Zumbi: *“foi o Lula que criou o PNAE, PAA... eu fiz a inscrição sabe, mas não consegui acessar. Tem gente aqui de dentro que conseguiu”* (Entrevistado J, agosto de 2021).

O governo de Lula, assim como o de FHC, concentrou os assentamentos na Amazônia, o que fez aumentar o número de assentamentos criados, entretanto, contribuiu para a distorção do próprio conceito de reforma agrária. Ao concentrá-los na Região Amazônica, acabou privilegiando os interesses do agronegócio ao não desapropriar terras onde esse sistema produtivo já estava plenamente estabelecido.

O Jornal Sem Terra, na edição de abril de 2005, denunciou as consequências do agronegócio para os povos do campo. O principal objetivo do negócio do agro é expandir e controlar as grandes terras para a produção de monoculturas além de gerar o envenenamento das terras e seres. Na edição supracitada, Márcio Beraldi retrata o

agronegócio como sendo o pior negócio do brasileiro pelo fato de gerar a morte em terras que poderiam estar sendo utilizadas para alimentar vidas, vide a charge abaixo:

Figura 5 – Charge “Agronegócio: o pior negócio para o povo brasileiro”



Fonte: Jornal Sem Terra. São Paulo, abr. de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 2.

O fato de Lula e Dilma terem investido na agroexportação permitiu agressões à fronteira agrícola, a destruição direta ou indireta de matas, o favorecimento da monocultura, não dando a devida atenção à reforma agrária. Conforme Fernandes (2008), o governo de Lula não desapropriou terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político que recebera do agronegócio, com isso, houve descaso no que se refere às reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para Alentejano (2011b), esse período marcou o enfraquecimento do MST, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, estado onde encontra-se situado o assentamento Zumbi dos Palmares.

O abrandamento é atribuído por este autor a pelo menos três conjuntos de fatores: 1) a lógica de concentrar os assentamentos na fronteira amazônica já que as terras nessa região são mais baratas ou públicas, 2) descontinuidade político-administrativa e operacional do Incra no Rio de Janeiro (no primeiro mandato de Lula houve a nomeação de três diferentes superintendentes, os quais foram apoiados por forças políticas divergentes e 3) desestruturação administrativa e operacional do

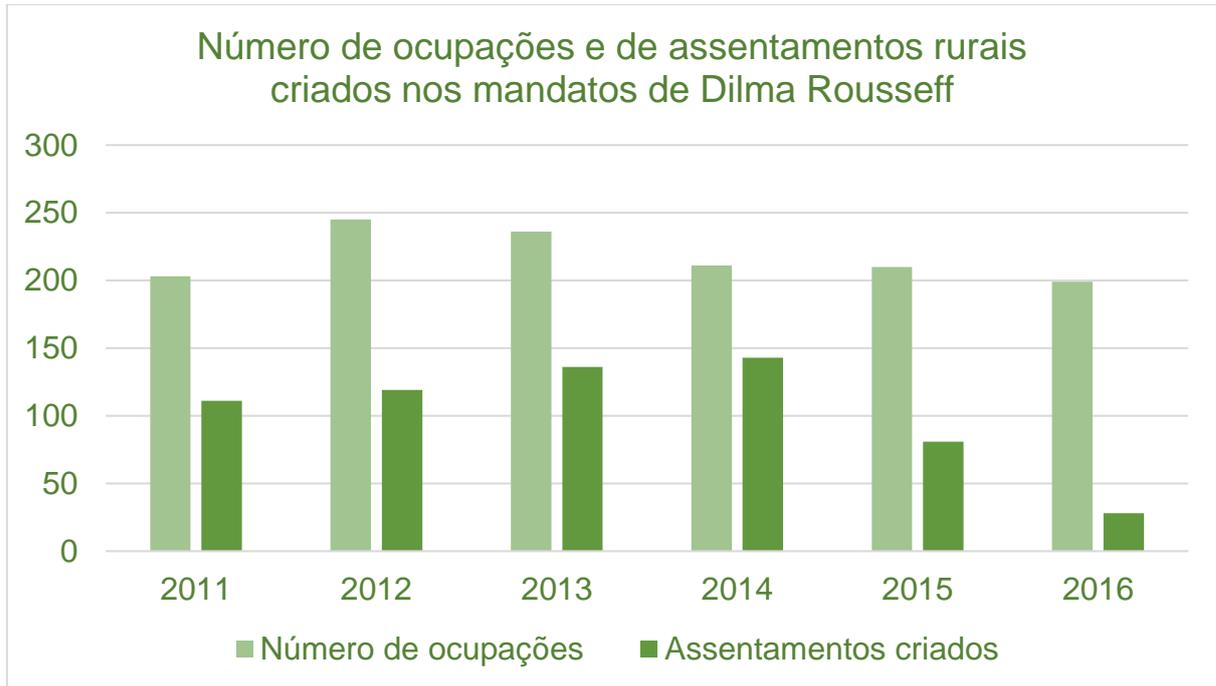
órgão cujo número de funcionários ficou reduzido e apresentou um quadro funcional envelhecido e viciado em práticas que entravavam os objetivos do Plano Regional de Reforma Agrária. (ALENTEJANO, 2011b). De acordo com assentados do Zumbi dos Palmares,

*O enfraquecimento do MST se deu no governo Lula desde o início. As políticas existiam, mas nós não conseguia acessar. Hoje piorou, não temos mais assistência técnica. O governo Lula foi uma decepção, o enfraquecimento veio de lá. Antes lutava-se mais porque achava que ele iria fazer a Reforma Agrária. A relação do PT com o MST vai variar muito entre os estados. No estado do RJ, o diálogo está sendo mais com o PSOL. O enfraquecimento do movimento ocorreu no Brasil todo. [sic]. (Entrevistado S, janeiro de 2020);*

*No Rio de Janeiro, noto que sempre foi um Estado onde o PT não tem a “hegemonia” entre os quadros, talvez pelo próprio histórico rural do Estado, ou a formação e configuração política. Muitos militantes e quadros do MST foram formados em movimentos estudantis, facilitando o contato com outros grupos políticos, apolíticos ou até mesmo supra políticos, tirando um pouco do foco MST/PT, o que naturalmente, por vezes, trouxe alguns atritos internos, especialmente na época em que iniciaram as manifestações de 2013, onde a Dilma foi duramente criticada pela paralisação da política de Reforma Agrária. Nesse período, o MST no RJ passa por uma reformulação, onde foram enviados alguns quadros nacionais do movimento para a capital do RJ com o intuito de retomar contatos com o PT, especialmente na própria capital e em Maricá, onde a prefeitura toca um projeto com o Movimento. (Entrevistado D, julho de 2020).*

Comparativamente, analisando os dados esboçados no gráfico 4, é nítido que o poder executivo federal a partir do início do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff assentou menos famílias do que nas dos seus dois antecessores. Como justificativa para a criação de poucos assentamentos rurais, o governo de Dilma afirmava priorizar a qualidade ao invés da quantidade, por isso o foco do governo era aumentar a oferta de crédito aos pequenos agricultores. Contudo houve uma diminuição de programas direcionados ao meio rural. (SILVA, 2017).

Gráfico 4 - Número de ocupações e assentamentos criados de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados nos gráficos do relatório Dataluta. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/> Acesso em: 15 maio 2022.

O agronegócio, incentivado e subsidiado nos governos de FHC e Lula, também foi prioridade no governo de Dilma, pois há mais continuidades do que rupturas, embora cada governo tenha suas particularidades. A nomeação da Kátia Abreu (pecuarista e incentivadora do agronegócio) para o Ministério de Agricultura no segundo mandato da única ex-presidenta do Brasil fez com que a relação do MST com o Partido dos Trabalhadores enfraquecesse. Na entrevista concedida ao “Entre Vistas”, Stédile explicita os problemas dos usos de agrotóxicos:

O uso intensivo de agrotóxico no Brasil e no mundo inteiro não é por uma necessidade agrônômica que se não botar o veneno não dá nada, o uso do veneno é para substituir a mão de obra. Se não colocar veneno terá que contratar trabalhador. O que ele não quer pois comprar veneno fica mais barato. O que tornou o Brasil o segundo maior país do mundo de consumo de veneno. (STÉDILE, 2020).

A liberação do intenso uso de agrotóxicos além de prejudicar a saúde da população, podendo desencadear em intoxicações e em vários tipos de doenças, ainda contribuiu para aumentar o desemprego, fato que agrava ainda mais as expressões da questão social. A continuidade na prática de fomento ao agronegócio, o descaso com a reforma agrária e o afastamento dos movimentos sociais fizeram

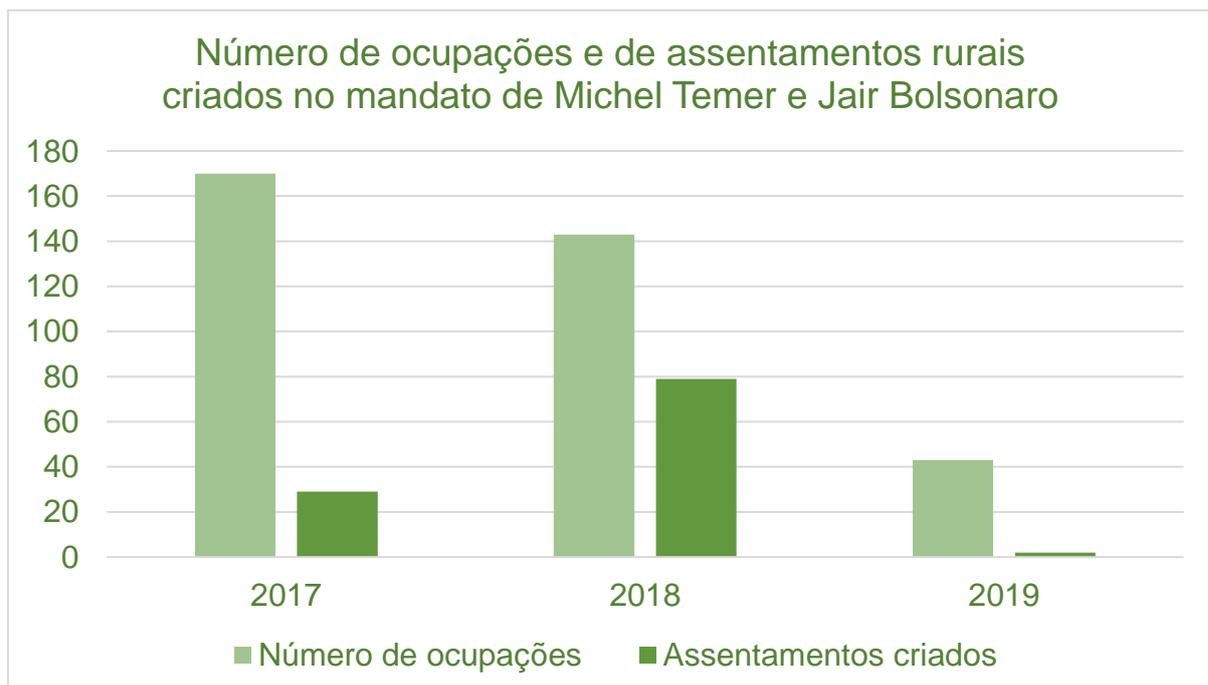
com que o governo Dilma reproduzisse os erros que já haviam sido cometidos pelos seus antecessores, ainda que em diferentes intensidades. Para Alentejano,

[...] o mais grave é verificar que a partir do segundo governo Lula também há uma regressão na política de assentamentos e isto se intensifica no primeiro governo Dilma, sendo que neste caso, não estamos diante de uma ofensiva de um governo de direita contra os movimentos sociais, mas do abandono da política de criação de assentamentos por governos supostamente de esquerda, resultado do bloqueio estrutural da reforma agrária em favor da expansão do agronegócio. (2015, p. 4).

Apesar do apoio prestado pelo MST aos governos de esquerda e das relações que estabeleceram ao longo dos anos, o movimento esperava mais esforços por parte do governo para a realização da reforma agrária. Mas essa é uma ampla questão, que envolve diversos tipos de entendimentos e pactos que tiveram que ser feitos para que fosse possível que os presidenciáveis fossem eleitos.

Em 2017, sob o governo de Michel Temer, é aprovada a Lei 13.465, também conhecida como “Lei da Grilagem”, que permitiu a reconcentração de terras e a sua reestruturação de mercado ao reduzir as áreas protegidas, conceder perdão aos proprietários que desmataram até 2011 e incentivar a compra das terras públicas ocupadas por grileiros em até 50%. (BRASIL, 2017). De acordo com o gráfico 5, o número de assentamentos criados foi ínfimo na gestão Temer, apesar das ocupações acontecerem em todo o Brasil.

Gráfico 5 - Número de ocupações e assentamentos criados de 2017 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados nos gráficos do relatório Dataluta, 2020.

Os anos em que Michel Temer esteve na presidência do Brasil, setembro de 2017 a dezembro de 2018, foram marcados pelo descaso à questão agrária. Nesse governo foi extinto o Ministério de Desenvolvimento Agrário, canceladas as desapropriações e as demarcações de terras indígenas e quilombolas e criadas leis que contribuem para a concentração fundiária, vide a Lei de n. 13.465, citada no parágrafo anterior. Criada no primeiro ano do governo Temer, a referida lei favoreceu a especulação com o mercado de terras, que passou a ser considerada um ativo financeiro. O objetivo foi atuar sobre a política de regularização fundiária rural e urbana, incluindo a Amazônia legal, além de modificar procedimentos de alienação de imóveis públicos.

Em junho de 2018 foram aprovados dois projetos de lei sobre o agronegócio: a PL 6.299/2002, também conhecido como “PL do Veneno” e o de n. 4.576/2016 denominada popularmente como “PL de Restrição de Orgânicos”. Ambos acentuaram os danos causados pelo consumo e manuseio de agrotóxicos. O primeiro facilitou a comercialização e o uso indiscriminado em todo o Brasil, além de mudar o nome de agrotóxico para “defensivos agrícolas” e “produtos fitossanitários”. Já o segundo projeto de lei visou restringir a venda de produtos orgânicos no varejo comum (em supermercados, por exemplo).

Na entrevista de Stédile (2020b) é ponderado que no governo de Bolsonaro foi extinto o Programa de Aquisição de Alimentos, a Companhia Nacional de Abastecimento restringiu suas funções além de acabar com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ainda de acordo com o principal líder do MST nessa entrevista, a turma do latifúndio especulativo, antiga União Democrática Ruralista, está comandando o Incra<sup>47</sup> a partir de uma visão conservadora e especulativa. Assentamentos não estão sendo criados, há um projeto de contraposição à reforma agrária, como pode ser verificado<sup>48</sup> no gráfico 5.

---

<sup>47</sup>Apesar da importância em se ter esse amplo departamento estatal que trate da questão agrária, esse órgão, por causa do atual posicionamento do governo federal, está extremamente burocrático e ineficaz.

<sup>48</sup> Nesse gráfico são esboçados os dados até 2019 por ser o último ano divulgado pelo Dataluta.

Desde a entrada de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República, em 2019, houve um aumento significativo de conflitos. Conforme os três últimos relatórios sobre conflitos no campo divulgados pela CPT (2022, 2021, 2020), referentes aos conflitos ocorridos no ano anterior, as violências no campo aumentaram significativamente a cada ano de governo de Bolsonaro, batendo recorde após recorde.

A política agrária realizada pelo governo federal desde 2019 prioriza o agronegócio e desrespeita os povos do campo. Em descumprimento à Constituição, o Incra se encontra em um processo avançado de desmontes e paralisações das ações. Os recursos destinados aos créditos, melhorias de assentamento, monitoramento de conflitos fundiários, reconhecimento de territórios quilombolas, por exemplo, sofreram cortes de até 90%. (CPT, 2021). De acordo com a entrevista realizada com uma liderança do MST no estado do Rio de Janeiro:

*O Incra está sob o comando de um general, conseguiram acabar com a reforma agrária no Brasil. As políticas sociais estão sendo extintas. Não tem assistência técnica, não se tem políticas que incentivem a produção... Com isso, os trabalhadores se veem sem solução. Não tem estrada, se produz alaga, assim muitos voltam para a periferia de forma ainda mais precarizada. (Entrevistada L, dezembro de 2020).*

Conforme os dados do balanço do último relatório publicado pelo Banco de Dados da Luta pela Terra<sup>49</sup>, no primeiro ano de presidência de Jair Messias Bolsonaro, foram criados apenas dois assentamentos (que já se encontravam em processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária). Em 2020 foi o ano em que 25.559 famílias tiveram suas terras atingidas pelo desmatamento ilegal e 19.489 foram vítimas de grilagem. (PACKER, 2021).

Ao lutar pelos direitos sociais, previstos em lei, os povos do campo são taxados pelos setores conservadores como sendo “baderneiros”, “invasores de terras” e “criminosos”. O MST conta com o apoio da CPT e das organizações coletivas de trabalhadores rurais, no entanto vem sofrendo perseguições e desmobilizações, que estão sendo acentuadas e incentivadas pelo governo de Bolsonaro. O Presidente da República deveria estabelecer o compromisso de: “manter, defender e cumprir a

---

<sup>49</sup> Um dos bancos de dados mais completos e atualizados sobre a reforma agrária do Brasil, sua organização é produzida pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária da Unesp/Presidente Prudente/SP.

Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. (BRASIL, 1988, art. 78).

Não obstante, os discursos de ódio e violência aumentaram. Esses acontecimentos fizeram com que a tentativa de criminalização do movimento pelo governo federal fosse tema de debate na reunião anual do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. O encontro ocorreu no Palácio das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça, em março de 2020. (OLIVEIRA, 2020).

A propagação de discursos como: “as ações do MST têm que ser tipificadas como terrorismo<sup>50</sup>”, “deveria ser recebido à bala<sup>51</sup>”, “são invasores de terras<sup>52</sup>”, dentre outros adjetivos negativos, contribuem para que o preconceito se propague entre a população. No atual governo, por meio de um discurso ultraconservador, que se diz moral e religioso, faz com que a guerra aos movimentos sociais tende a se tornar permanente.

De acordo com o site<sup>53</sup> do Incra, o cadastro e a seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária estão suspensos por tempo indeterminado em todo o país. Há indubitavelmente um projeto de “contrarreforma agrária” e conseqüentemente de aniquilamento das lutas dos povos do campo.

Em entrevista<sup>54</sup> concedida ao Programa “Entre Vistas”, Stédile (2020a) diz que os sem-terra perceberam que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária está literalmente parado, que não vai ter desapropriação. Os artigos da Constituição referentes à desapropriação não serão colocados em prática, então o movimento não se arrisca. O que faz a própria base refluir, mas não porque alguém decidiu ou tomou uma nova tática, mas por conta do contexto atual, da situação política.

<sup>50</sup> Discurso realizado por Jair Messias Bolsonaro na campanha presidencial que realizou no dia 29 de agosto de 2018, na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/08/29/bolsonaro-diz-que-atos-do-mst-tem-de-ser-tratados-como-terrorismo.ghtml> Acesso em: 23 jun. 2022.

<sup>51</sup> Fala proferida por Bolsonaro no Mato Grosso do Sul em julho de 2017. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/politica/2017/bolsonaro-diz-em-ms-que-sem-terra-deve-ser-recebido-a-bala/> Acesso em: 20 maio 2022.

<sup>52</sup> Bolsonaro classificou o MST como invasores de terras e depredadores do meio ambiente. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna\\_politica,1001378/nao-tem-conversa-com-o-mst-diz-jair-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna_politica,1001378/nao-tem-conversa-com-o-mst-diz-jair-bolsonaro.shtml) Acesso em 23 jun. 2022.

<sup>53</sup> Publicação do dia 28/01/2020 sobre o acesso à terra.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/aceso-a-terra.html> Acesso em: 29/03/2020. Entretanto, dados como esses não estão mais disponíveis para consulta. Por meio das constantes buscas que são realizadas no endereço eletrônico do Incra, percebe-se que houve mudanças na estruturação do próprio site desde o final do ano de 2020. As informações que antes eram encontradas com facilidade no portal, não podem mais ser acessadas, além de erros que se tornaram constantes na página.

<sup>54</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_n8LjpyETA4](https://www.youtube.com/watch?v=_n8LjpyETA4) Acesso em 5 jun. 2020.

Em entrevista mais recente, concedida no dia cinco de junho de 2020 ao Jornal Brasil de Fato<sup>55</sup>, Stédile diz que a crise atual além de ser econômica (com graves consequências para a área social) é também ambiental, política e, com a pandemia, se tornou uma grave crise humanitária de saúde pública. As orientações da OMS são para enfrentarmos o vírus coletivamente, juntando forças e o que o governo está fazendo é o contrário. Nas palavras de Stédile “está atuando a favor do vírus e contra o povo brasileiro”.

Por isso, os movimentos sociais e alguns governadores e prefeitos atuaram independentemente, sem o apoio do governo federal. Stédile (2020b), sinaliza ao Brasil de Fato que mais do que nunca a solidariedade deve ser o caminho, estamos tentando garantir a vida e comida para pagarmos o menor preço possível. O MST está discutindo como pode contribuir para diminuir a gravidade da crise e está doando toneladas de alimentos orgânicos.

Segundo Mészáros (2011), a crise estrutural do capital, diferente das anteriores que eram cíclicas, é marcada por quatro aspectos principais: 1) seu caráter é universal, em lugar do restrito e delimitado a uma esfera particular; 2) seu alcance é verdadeiramente global, no sentido literal e ameaçador do termo; 3) sua escala é contínua, permanente e 4) seu modo de desdobrar é rastejante no tempo e no espaço.

Diante da severidade dessa crise que se aprofunda, a proposta de reforma agrária popular, lema do 6º Encontro Nacional do MST, que ocorreu em 2014, deveria ser posta em prática com urgência a fim de desconcentrar a estrutura fundiária do país. De acordo com as informações contidas na cartilha desse encontro, falar apenas em reforma agrária não é o suficiente diante da hegemonização do campo brasileiro pelo agronegócio. A complexidade da discussão da questão agrária se complexificou com a expansão e consolidação desse modelo de produção voltado para monocultura e exportação praticado no Brasil, no século XXI. (MST, 2014).

A reforma agrária popular se implementada seria uma maneira de resolver parte dos problemas dos trabalhadores, garantindo a produção de alimentos saudáveis e valorizando a pequena agricultura.-Em fevereiro de 2021, o Inbra enviou ao STF uma nota técnica<sup>56</sup> relatando que o atual governo foi o que menos emitiu

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pt1LrlpNdNU> Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>56</sup> Esse documento apresenta gráficos comparando os dados do atual governo com os de seus antecessores. Apesar do documento ser formulado pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não está disponível para consultas no site do órgão. Para consultar os gráficos, vide

decretos desapropriatórios nos últimos 25 anos, ou seja, o que menos incorporou terras ao programa de reforma agrária. A inação do governo federal está fazendo com que vidas sejam desestruturadas e perdidas. No artigo 184 da Constituição Federal é colocado que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante indenização”. (BRASIL, 1988, art. 184).

Entretanto, não é prioridade do governo de Bolsonaro, o aumento da problemática agrária é visível e não deveria ser negado pelo instituto que é responsável, ou pelo menos deveria ser, pela consolidação da reforma agrária no Brasil. As justificativas de negação de que haja paralisia do setor aparecem no site do instituto. O período governamental que compreende o mandato de FHC até o de Bolsonaro, no que concerne aos conflitos no campo, é resumido pelo Jornal da CPT (2021) da seguinte forma:

1995 (início dos governos neoliberais), novo ciclo de conflitos entre 1996 e 1999 (reação aos impactos do neoliberalismo), redução dos registros entre 2000 e 2002 (intensificação da repressão no campo no 2º governo FHC), ascenso das lutas no campo entre 2003 e 2007 (sob a expectativa de retomada da reforma agrária no 1º governo Lula); descenso das lutas entre 2008 e 2015 (desmobilização dada pelos limites dos governos Lula e Dilma); ofensiva do latifúndio e consequente aumento dos registros de conflitos a partir de 2016 (golpe e nova coalisão neoliberal). (CPT, 2021, p. 5).

Apesar das particularidades de cada governo no que tange à ineficiência no trato à questão agrária é destacável que: os relatórios da Comissão Pastoral da Terra, desde 2016, registraram um aumento dos conflitos no campo, que se intensificaram a partir do ano de 2019. Os ataques desferidos pelos latifundiários, grileiros, empresários do negócio do agro e pelo Estado, que deveria ser de direito, fizeram com que os povos do campo recuassem, mas não deixassem de continuar produzindo resistências.

---

as publicações nos seguintes links: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/16/incra-reforma-agraria-supremo-adpf.htm>  
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/governo-bolsonaro-admite-ao-stf-paralisia-da-reforma-agraria-com-acumulo-de-diferentes-records-negativos.shtml>  
<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/governo-bolsonaro-admite-ao-stf-paralisia-da-reforma-agraria-com-acumulo-de-diferentes-records-negativos/>  
 Acesso em: 18 fev. 2021.

No caso do Zumbi, em 1997, as resistências ganharam forças nas terras latifundiárias da usina São João, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sobre este assunto, aprofundaremos a discussão no item subsequente.

### 3.2 DA MATERIALIZAÇÃO DO LATIFÚNDIO NA USINA SÃO JOÃO À CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

O município de Campos dos Goytacazes, onde se localiza quatro dos cinco núcleos do assentamento, é emblemático no que se refere à discussão sobre a questão agrária. A injusta concentração de terras desde a formação das engenhocas em tempos pretéritos, século XVII, e a reprodução de práticas análogas à escravidão no século XXI, no momento da história em que práticas do tipo deveriam ser fiscalizadas com mais afinco e seriedade, fazem o município que possui a maior<sup>57</sup> extensão territorial do interior do estado do Rio de Janeiro, ficar em evidência. De acordo com Santos e Lima (2015), o processo de ocupação de Campos aconteceu com o domínio da atividade açucareira.

No ano de 2009, Campos dos Goytacazes liderou<sup>58</sup> o ranking de trabalho escravo no Brasil. Por esse motivo, em 2010, como forma de denúncia do trabalho escravo, foi realizada uma audiência pública a pedido da CPT, MST, Comitê Popular pela Erradicação do Trabalho Escravo e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, compareceram à audiência mais de 300 trabalhadores sem-terra do corte de cana<sup>59</sup> em Campos. Dos anos 2000 a 2010, foram registrados mais de 7 mil casos desse tipo de exploração no Norte Fluminense, sendo a maior parte no município da Usina São João, conforme divulgado pela Agência Brasil<sup>60</sup>:

<sup>57</sup> Possui área total de 4.032,487 km<sup>2</sup>, de acordo com dados do IBG, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html> Acesso em: 9 jan. 2022.

<sup>58</sup> Informações retiradas dos sites:

a. <https://www.oabcampos.org.br/materia.php?id=906#:~:text=%E2%80%94%20Dados%20da%20Procuradoria%20do%20Trabalho,o%20papel%20do%20Poder%20Legislativo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

b. <https://vermelho.org.br/2010/04/19/movimentos-sociais-debatem-trabalho-escravo-em-audiencia-publica/> Acesso em: 15 jan. 2019.

c. <https://reporterbrasil.org.br/2009/10/entre-a-morte-e-a-escravidao-em-campos-dos-goytacazes/> Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2010/04/16/em-campos-dos-goytacazes-rj-camponeses-reivindicam-investimentos-em-assentamentos/> Acesso em: 20 maio 2022.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-14/em-uma-decada-rio-registra-mais-de-7-mil-casos-de-trabalho-escravo-segundo-estudo> Acesso em: 23 jun. 2022.

Segundo os dados, de 2000 a 2010 foram registrados 7.398 casos de trabalhadores em regime de escravidão no estado. O campeão disparado foi o município de Campos, com 5.495 casos, 74% do total, seguido por Cabo Frio, com 1.011 casos (13%) e pelo Rio de Janeiro, com 370 casos (5%). (AGÊNCIA BRASIL, 2010, p. 2).

De acordo com Magalhães (2011), a manutenção de canaviais no início do século XXI no Norte Fluminense foi marcada por denúncias de trabalho escravo. Ao estudarmos sobre o histórico campista, constatamos que foi uma das últimas<sup>61</sup> cidades do Brasil a abolir a escravidão. Além da pesquisa bibliográfica sobre a cidade, foram realizadas reflexões sobre a territorialidade do assentamento. No século XVII foi iniciado o processo de colonização em Campos, momento em que predominou a atividade pecuária que atendia ao mercado consumidor do Rio de Janeiro. Em meados desse mesmo século, a principal atividade econômica passou a ser a plantação de cana e sua transformação em álcool e açúcar. (LEWIN, RIBEIRO, SILVA, 2005).

No centenário seguinte, houve um aumento significativo de engenhos de cana na região. Os graves problemas agrários estão presentes para os trabalhadores rurais de Campos e seu entorno desde o momento da criação das primeiras engenhocas, datadas do século XVII. No início do século XIX, a terra dos Goitacá se destacou por possuir o segundo maior número de engenhos da Região Sudeste, ficando atrás apenas da cidade de São Paulo. Os problemas agrários foram consubstanciados gradativamente a partir da hegemonia do capital industrial na produção de cana e de açúcar. (FERREIRA; GOMES, 2008).

Conforme Ferreira e Gomes (2008, p. 35): “o número de engenhos e engenhocas que em 1769 eram de cinquenta e cinco saltam para mais de quatrocentas no início do século XIX”. Nesse período, Campos contava com mais de 12 mil escravos, praticamente, a mesma proporção de homens livres.

No final do século XIX, os engenhos foram substituídos pelas usinas. Consequentemente, ocorreu uma maior concentração de terras e poder nas mãos dos usineiros. Mesmo após a assinatura da Lei Áurea, os trabalhadores das usinas continuaram sendo mantidos em condições análogas às da escravidão. (FERREIRA; GOMES, 2008). O incentivo estatal aos usineiros, no século XIX, foi importante para que concentrassem ainda mais terras e poder.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/11/20/entrevista-consciencia-aci//ma-de-tudo/> Acesso em: 12 mar. 2020.

A Usina São João foi criada no ano de 1884, pelo Coronel Francisco Antônio Pereira Lima e pelo Major Manoel Manhães Moreira. Em 1917, já era a segunda mais importante usina da cidade de Campos dos Goytacazes. (FERREIRA, 2016). No início do século XX, o Estado estimulou a instalação e a expansão das usinas em todo o país. Nos anos de 1929/1930 até o início da década de 1970, a usina São João expandiu a produção de açúcar em 282%, conforme é apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Crescimento da produção de açúcar pelas usinas no estado do Rio de Janeiro

<b>Cidades</b>	<b>1929/30</b>	<b>1959/60</b>	<b>%</b>
Barcelos	83.000	462.017	457
Cambayba	97.593	210.625	115
Cupim	123.484	317.701	157
Mineiros	116.484	190.995	63
Novo Horizonte	9.551	75.751	693
Outeiro	72.644	364.072	401
Paraíso	104.382	295.741	183
Poço Gordo	103.155	201.108	94
Queimado	155.765	307.706	97
Santa Cruz	107.974	353.505	227
Santo Amaro	59.320	280.874	373
Santo Antônio	64.235	164.878	156
<b>São João</b>	<b>105.495</b>	<b>403.112</b>	<b>282</b>
São José	257.727	659.650	155
Sapucaia	60.000	322.220	437
Total	1.521.195	4.609.955	203

Fonte: MIC-IAA-DEP Serviço de Estatística e Cadastro, Rio de Janeiro, 1973, apud Neves, 1997, p. 111, grifo nosso.

O crescimento das usinas nesse período se deu pela interferência estatal no setor canavieiro e pelo aumento das demandas do mercado externo. No entanto houve o aumento da exploração dos camponeses, que trabalhavam nas lavouras. Segundo Stédile (1997), a cidade de Campos está entre as primeiras cidades do Brasil a instituir o sindicato de trabalhadores rurais. No ano de 1954 surgiram os primeiros sindicatos de assalariados rurais que foram os de Itabuna (BA), Campos dos

Goytacazes (RJ), Usina Barreiros (PE) e um no interior de São Paulo. Pelo histórico campista, no que tange à exploração de trabalhadores nas usinas, era de se esperar que Campos estivesse entre as primeiras cidades a instituir o sindicato de trabalhadores rurais.

O papel pioneiro na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na organização dos assalariados em Campos tinha como propósito “recorrer à história para demarcar o fio da luta contra a violação dos direitos trabalhistas que atravessa a trajetória dos trabalhadores na agroindústria canavieira”. (IAMAMOTO; COSTA, 2016, p. 4). O grau de precarização, subordinação e aumento da mais-valia relativa esteve diretamente relacionado às mudanças tecnológicas introduzidas pelo capital, o que exigiu uma atuação ainda mais forte do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos, segundo Iamamoto e Costa. (2016).

Com a plantação de cana, a possibilidade de expansão das atividades agrícolas fez com que os grandes usineiros da cidade incorporassem amplas extensões de terras, fato que desencadeou no processo de expulsão do trabalhador. Nas décadas de 1950/1960, além dos financiamentos e incentivos concedidos pelo Estado, a antiga Usina São João ainda recebeu apoio político e administrativo por parte da Cooperflu<sup>62</sup>, elevando-se ao posto de grande produtora de açúcar e álcool. (IAMAMOTO; COSTA, 2016). Entre o final da década de 1950 até início da década de 1970, a usina São João expandiu a produção de açúcar novamente, conforme apontado a seguir:

Quadro 2 – Expansão da produção do açúcar (sacos de 60 kg)

USINAS	SAFRA	SAFRA
	1959/60	1970/71
Barcelos (SJB)	462.017	552.481
Cambayba (Campos)	210.625	380.355
Cupim (Campos)	317.701	407.947
Mineiros (Campos)	190.995	240.222
Novo Horizonte(Campos)	75.751	130.117
Outeiro (Campos)	364.072	586.103
Paraíso (Campos)	295.741	522.729
Poço Gordo (Campos)	201.108	200.529

<sup>62</sup> Antigo Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo e em 1948, é transformado em Cooperativa Fluminense dos Usineiros. (NEVES, 1981).

Queimado (Campos)	307.706	381.921
Quissamã (Macaé)	297.823	378.220
Santa Cruz (Campos)	353.505	403.920
Santo Amaro (Campos)	280.874	335.109
Santo Antônio(Campos)	164.878	186.656
<b>São João (Campos)</b>	<b>403.112</b>	<b>666.600</b>
São José (Campos)	659.650	761.167
Sapucaia (Campos)	322.220	533.050

Fonte: MIC-IAA-DEP – Serviço de Estatística e Cadastro, Rio de Janeiro, apud Neves, 1997, p. 119, grifo nosso.

Nos anos 1960, apesar do crescimento da produção e dos incentivos estatais concedidos, a usina São João foi denunciada pela falta de pagamento e expulsão dos trabalhadores e familiares do entorno. (IAMAMOTO; COSTA, 2016). Com a intensificação da mecanização das atividades agrícolas, o aumento das vendas de açúcar no mercado externo, a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (entidade que possuía autonomia financeira por contar com recursos advindos do Fundo Especial de Exportação) e a criação do Proálcool, pelo Decreto n. 76.593, em 1975, as usinas se expandiram e se modernizaram. (NEVES, 1981).

O objetivo do Programa Nacional do Álcool foi atender as necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. De acordo com o artigo 2º do referido decreto,

A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. (BRASIL, 1975, art. 2º).

Com a criação do Proálcool, programa federal responsável a estimular o uso do álcool como combustível em substituição aos derivados do petróleo, houve a expansão do setor canavieiro no estado do Rio de Janeiro. A modernização conservadora, incentivada pelo Decreto de n. 76.593, proporcionou o aumento do latifúndio e elevou a dívida pública por causa dos benefícios concedidos (incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana-de-açúcar). (FRANCISCO, 2022). Os processos de trabalho nas

usinas de Campos sofreram alterações com a criação do Proálcool. De acordo com Alentejano (2005, p. 12):

[...] no caso das relações de trabalho, a marca fundamental é a expulsão dos trabalhadores do interior dos latifúndios, transformando-os em bóias-frias, moradores das periferias das cidades da região, principalmente Campos. A introdução de melhorias técnicas parciais na produção, concentradas no preparo da terra e nos tratos culturais, e excluindo, em geral, a colheita, acentua a diferença sazonal de requerimento de mão-de-obra, gerando uma massa de assalariados temporários.

Nessa década houve a expansão da fábrica da usina São João com a construção do novo prédio em 1976, conforme pode ser verificado na reportagem jornalística daquele período (anexo A). Com a ampliação da usina, houve o engajamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos<sup>63</sup>, pioneiro na luta no Brasil por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira. O STRC denunciou na imprensa os casos graves que ocorriam nas usinas: demissão em massa, trabalho em regime de semiescravidão, não pagamento dos direitos trabalhistas, regime de exploração na lavoura, insalubridade e periculosidade no trabalho devido ao intenso uso de agrotóxicos. (IAMAMOTO; COSTA, 2016; 2018).

A importância do sindicato também foi destacada por um assentado do Zumbi dos Palmares, o *“engajamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do movimento, desde antes da criação do Zumbi, por tamanha força... os trabalhadores da usina tiveram prioridade em ser assentado entendeu? Mas nem todos quiseram”*. (Entrevistado S, janeiro de 2020).

Os esforços e a periculosidade a que os trabalhadores do corte de cana da usina São João foram submetidos eram de grande magnitude. A exploração do trabalhador e a aquisição pela usina da mais valia, tanto absoluta quanto relativa, se deram ao longo de todos os anos de funcionamento da usina. O pagamento era realizado por produtividade. Como a atividade na usina era desgastante, esse sistema de remuneração gerava o estímulo à degradação da saúde dos seus funcionários. A perversidade dessa lógica reside no fato de que a responsabilidade pelo ritmo de trabalho é transferida ao cortador. (FERREIRA, 2016).

Além disso, de acordo com a pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas no assentamento, outro problema grave no corte manual da cana-de-açúcar era a

---

<sup>63</sup> Antigo Sindicato dos Empregados Rurais de Campos. A mudança de nome se deu em 1963, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (GONÇALVES; CRUZ, 2018).

exposição às altíssimas temperaturas por conta do sistema de colheita da cana. A palha era queimada, o que facilitava a extração e aumentava a produtividade dos trabalhadores rurais da usina São João. Outro fator relevante da exploração eram os problemas de saúde e acidentes com os facões utilizados na colheita. (FERREIRA, 2016).

No ano de 1979, período ditatorial no qual a situação de miséria e pobreza extrema fazia parte da vida dos trabalhadores rurais, as 17 usinas existentes no Norte Fluminense apresentavam elevada concentração fundiária devido ao processo de grilagem, apropriação privada de terras públicas e a intensa apropriação da mais valia gerada pelo trabalhador. (IAMAMOTO; COSTA, 2016). A prevalência sucroalcooleira que movia a economia campista começou a se exaurir na década de 1980, época em que as usinas paulistas lideravam a produção de cana. (STÉDILE, 1997).

No ano de 1989, a São João foi denunciada novamente nos veículos de comunicação local. Na reportagem do jornal O Fluminense, publicado em 16 de agosto de 1989, (anexo B), é falado sobre a prisão do empreiteiro Luiz Ricardo Acciolly Tenório, responsável pela situação de promiscuidade social e escravatura dos boias-frias na usina em que hoje se situa o assentamento. É destacado na reportagem jornalística que pessoas foram recrutadas em uma fazenda de Alagoas sob promessas e garantias de uma vida melhor e de bons salários, para trabalharem nas lavouras da usina São João, em Campos dos Goytacazes.

Entre as práticas do trabalho análogo ao escravo no local foi destacado na reportagem o trabalho de crianças de apenas 6 e 7 anos, as quais utilizavam facão para realizarem o corte da cana, colocando em risco as suas vidas, além da alimentação e os aposentos serem precários e desumanos. A prática de trabalho infantil na usina no ano de 1989, demonstra uma afronta a Constituição da República, que já se encontrava em vigor desde o ano anterior às denúncias.

No artigo XXXIII deste ordenamento jurídico, é expresse: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de **qualquer trabalho a menores de dezesseis anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988, capítulo 2, grifo nosso). A prática de reprodução de trabalho infantil remonta a tempos pretéritos. No século XIX, Marx e Engels já denunciavam as práticas degradantes de trabalho de crianças nas fábricas. A morte e os graves acidentes aconteciam, por isso, pediam no Manifesto do Partido Comunista a abolição do trabalho infantil. (MARX; ENGELS, 2013).

Uma das grandes beneficiárias dos incentivos do Instituto de Açúcar e do Alcool e do Proálcool na Região Norte Fluminense foi a antiga Usina São João. Sobre esse momento, foi relatado por um assentado do núcleo 3:

*[...] a Região Norte Fluminense depois do Proálcool saiu do setor sucroalcooleiro para o de produção de petróleo. Aí que São Paulo começa a crescer em termos de usinas. O Grupo JPessoa por exemplo, que era da Santa Cruz, vai para São Paulo. O eixo econômico da região começa mudar e em 1990 a usina decreta falência. (Entrevistado C, maio de 2021).*

Em 1990, após décadas de exercício, o IAA foi extinto por meio do Decreto n. 99.240 de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Este acontecimento, somado às práticas de denúncias de trabalho escravo, problemas com as safras e conjuntura econômica desfavorável fizeram com que as produções diminuíssem. Em uma entrevista realizada com um ex-trabalhador da usina, atualmente assentado do núcleo 4, foi relatado:

*[...] A gente trabalhava na São João e ficava dois, três meses sem pagamento. Aí davam um vale para recebermos em alimentação e roupa em que poderíamos utilizá-lo em uma espécie de mercearia que tinha dentro da usina e era tudo muito caro. Trabalhávamos igual porco, num regime semiescravo, trabalhávamos para ganhar comida. Isso gerava indignação na gente né, aí fazíamos greve. Trabalhei na usina em 1990, em 1993, o pagamento começou a atrasar muito, os trabalhadores eram demitidos e não recebiam os direitos trabalhistas. A terra passou a não cumprir com a sua função social né. Que é produzir, pagar em dia seus funcionários, isso vai gerando um desconforto, indignação, isso vai gerando greves né? Eu participei de algumas greves na usina, a partir de 1991 eu comecei a trabalhar no setor canavieiro chamado de irrigação. Trabalhávamos com os dejetos da usina que é o vinhoto né. Parávamos o serviço, fazíamos a paralisação e se era período de moer e aí logo pagavam a gente. (Entrevistado A, julho de 2021).*

No ano de 1994, após as intensas explorações dos trabalhadores e do solo, a usina encerrou as suas atividades e decretou falência em 1995. De acordo com um assentado do núcleo 3: *“os usineiros arrendaram a terra para terceiros, após o arrendamento que foi decretado falência”*. (Entrevistado M, fevereiro de 2022). Conforme Py e Pedlowski (2020), o processo de falência das usinas de açúcar e álcool de Campos aconteceu por conta dos cortes dos subsídios do governo federal para produção de cana e álcool.

Apesar da venda de equipamentos da usina, os trabalhadores que estavam há seis meses sem os direitos trabalhistas básicos (como o próprio salário) foram demitidos sem receberem os seus direitos. Além da dívida com os trabalhadores rurais

havia também a dívida com o Estado, cujo valor era maior do que o das terras dessa usina. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005; FERREIRA, 2016). Para alguns assentados, a desapropriação de terras por parte do Estado para fins de reforma agrária beneficia também o empresariado rural. Conforme relatado por um assentado do núcleo 2:

*Para os usineiros daqui não foi ruim a desapropriação, nós recebemos a terra, já muito degradada né. As vezes temos uma visão distorcida né? E até equivocada de reforma agrária porque mexe com os interesses da burguesia. Para eles em algum momento é lucrativo. O setor privado só vai a reboque do governo federal. Quando o governo injeta dinheiro, eles continuam lá, produzindo, quando param de injetar, eles partem para outro ramo. Se tem uma fazenda, uma terra que é grilada, ela deve ser destinada para a Reforma Agrária, isto é direito das famílias. Não é invasão não, é ocupação mesmo. (Entrevistado P, fevereiro de 2022).*

A última década do século XX foi marcada pela exploração dos trabalhadores do corte de cana como também foi caracterizada pelo processo de interiorização<sup>64</sup> da ocupação das lutas no estado do Rio de Janeiro, sobretudo as da Região Norte Fluminense. Para Alentejano (2011b), a organicidade das lutas naquele período possuiu relevância pelo fato de a região concentrar latifúndios. Pelas formas de organização coletiva dos trabalhadores rurais, cuja organicidade é também fruto do trabalho do MST e da CPT, o enorme e secular poderio dos latifundiários da cana-de-açúcar foi colocado em questão no Norte Fluminense. Em 1996, um grupo de ativistas do MST veio examinar a situação da cidade de Campos dos Goytacazes, como referenciado no anexo C. (FERREIRA, 2016). Por meio dessa visita, os ativistas do movimento se depararam com

Várias usinas de açúcar que estavam à beira da falência, pressionadas por questões salariais, greves, dívidas, queda de vendas e defasagem de preços. A situação permitia que o MST pudesse pressionar as usinas de vários ângulos e demonstrar que as mesmas não estavam cumprindo o que estava estabelecido na Constituição Federal da República em relação à função social da terra. (DEW, 2011, p. 62).

A luta pela reforma agrária em Campos dos Goytacazes se acentuou no final da década de 1990. Segundo Alentejano (2011b), Campos, tradicional reduto da oligarquia canavieira, sofreu transformações devido às organizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no findar do século XX. É importante destacar

---

<sup>64</sup> De acordo com Alentejano: “O MST buscou a interiorização como forma de escapar do que considerou ser armadilha da proximidade dos grandes centros urbanos” (2011, p. 35).

também que os conflitos no campo na Região Norte Fluminense surgem com a concentração fundiária e se concentram nas terras pertencentes ou utilizadas pelas usinas de açúcar e álcool. Já na cidade do Rio de Janeiro, a luta pela terra se dá em áreas em processo de urbanização ou que são alvo de especulação. (ALENTEJANO, 2011b).

Com a ociosidade das terras e com o aumento do número de desempregados devido às demissões em massa provocadas pelas dezenas de usinas que se declararam falidas, foram organizadas ocupações de terras pelo MST. Pelas mobilizações engendradas, o Incra, após a realização das perícias na área, interveio ajuizando as desapropriações de terras ociosas e improdutivas. Esse momento histórico foi importante para a luta pela reforma agrária no Norte Fluminense, por contribuir com o rompimento do domínio da monocultura de cana. Com o retorno do MST ao estado do Rio de Janeiro foram organizadas as primeiras ocupações de terras de usinas na região canavieira, que ocorreram nas cidades de Macaé e Conceição de Macabu. (ALENTEJANO, 2011b).

Os ativistas do MST e apoiadores da ocupação da área da antiga usina São João, denunciaram o trabalho análogo ao escravo na plantação canavieira, em 1996. Esse tipo de trabalho foi o responsável pelos grandes lucros da monocultura das usinas campistas, principal atividade econômica da região até a década de 1990. Os veículos jornalísticos locais no período, como a “Folha da Manhã” e “A Notícia” noticiaram as situações críticas que ocorriam nessa usina. (ALENTEJANO, 2011b).

Ainda em 1996 foi realizada uma intensa mobilização na cidade de Campos para que houvesse a desapropriação de terras na antiga usina São João. O MST se organizou e realizou um levantamento topográfico e jurídico da área, movimento que foi apoiado por pessoas da sociedade civil, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos, Uenf, UFF, antiga Escola Técnica Federal, CPT e Sindipetro. (LEWIN; RIBEIRO, SILVA, 2005; ALENTEJANO, 2011b).

A repercussão de dívidas trabalhistas e o fechamento da usina fizeram com que o caso ganhasse notoriedade nos veículos de comunicação local. Sobre essa organização da área, no ano precedente à ocupação, foi destacado: *“pessoas do MST do Sul do Brasil veio ajudar na organização nossa e depois foram ajudar na organização de outras áreas”* [sic]. (Entrevistado J, agosto de 2021).

De acordo com Lewin; Ribeiro e Silva (2005) e Vieira (2003), no dia 12 de abril de 1997, ônibus e caminhões, que continham aproximadamente 200 famílias,

passaram a ocupar as terras da usina São João. As famílias eram formadas por ex-trabalhadores da usina; pessoas que desenvolviam atividades sazonais no campo, principalmente no corte de cana-de-açúcar; sujeitos que exerciam trabalhos informais na área urbana e pessoas que se encontravam desempregadas.

Em Campos, os ocupantes das terras, além dos próprios trabalhadores da usina, vieram recrutados pelo MST dos bairros: Aldeia, Travessão, Fundão e Santa Rosa. Do entorno de Campos vieram pessoas de Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Conceição de Macabu, conforme Lewin; Ribeiro e Silva (2005). Além dessas cidades, na entrevista realizada com um assentado do núcleo 5, foi relatado que vieram também famílias de Itaocara-RJ para a ocupação do dia 12 de abril.

A partir do estudo de caso foi constatado que o número de ocupantes das terras no dia 12 era ainda maior, o que foi derivado pela intensa mobilização e trabalho em equipe das universidades, sindicatos, MST e CPT. No vídeo “15 anos do assentamento Zumbi dos Palmares”<sup>65</sup>, um assentado destacou que só de Macaé veio um ônibus com 200 famílias e que quando chegaram nas terras da antiga usina já estavam acampadas 500 famílias de Campos e região.

Nesse momento, os trabalhadores que ocuparam a região constataram que as terras estavam muito degradadas por conta dos intensos anos de plantação da monocultura da cana e de práticas de queimadas dos canaviais realizadas pela usina. De acordo com um dos assentados, residente no núcleo 3:

*As terras neste período possuía muito agrotóxico e eram ruins devido à intensa queima da palha da cana de açúcar ateadada pela antiga Usina São João. No início da ocupação não se tinha energia elétrica e até hoje a água é de poço (de cacimba) e muito salinizada. [sic]. (Entrevistado F, junho de 2021).*

Para o processo de ocupação, os trabalhadores se preocuparam com a estruturação interna da territorialidade<sup>66</sup> que estavam construindo. De acordo com Pedlowski (2011), foi a partir da chegada do MST no ano de 1997 que o governo federal, por meio do Incra, se viu obrigado a criar quase uma dezena de assentamentos. O autor ainda ressalta que no passado praticamente não havia

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=coMbbJTEJWw> Acesso em: 15 maio 2022.

<sup>66</sup> Devido ao processo de resistências desde o período da ocupação do assentamento e em consonância com as análises de Haesbart (2007), consideramos que no Zumbi ocorre um processo de territorialidade. Todo o movimento (e não apenas a localização geográfica) tem um amplo sentido cultural e político que não se reduz à dimensão simbólica e cultural do território.

ocorrido tal criação, apesar dos altos índices de concentração de terras no Norte e Noroeste Fluminense.

Com relação a estruturação inicial do Zumbi, foi destacado pelos assentados e representantes do MST sobre a importância de Cícero Guedes<sup>67</sup> na organização do local desde o período da ocupação: *“no ano de 1996 houve o processo de mobilização feito pelo pessoal do Sul, no ano seguinte o Cícero chega em Campos”*. (Entrevistado D, julho de 2020). A vinda de Cícero para a cidade em que se situa majoritariamente o assentamento foi marcada por desafios; natural de Alagoas, veio com a esposa e filhos em busca de emprego. Em 1997 se juntou ao MST, se tornando uma das principais lideranças do movimento no estado do Rio de Janeiro. No momento em que auxiliava os companheiros na ocupação da antiga Usina de Cambahyba, situada no município de Campos dos Goytacazes, acabou sendo covardemente assassinado.

No assentamento, o lote de Cícero se situano núcleo 1, é denominado de “Brava Gente”, orgulhosamente denominado por ele e seus familiares. Esse nome também é utilizado pelo MST como forma de rememorar a trajetória do movimento e as lutas pelas terras no Brasil. “Brava Gente” é o nome do livro lançado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes a partir de uma longa entrevista que realizou com João Pedro Stédile. A fotografia 2 mostra a entrada do lote da família de Cícero.

---

<sup>67</sup> A reflexão sobre o histórico de luta desse trabalhador foi realizada a partir de: conversas e entrevista realizadas com o seu filho, Mateus Santos; pela oportunidade de assistir ao espetáculo musical “Meu nome é Cicero”, exibido no Teatro Municipal Trianon, em 5 de junho de 2022; pela participação como ouvinte em seminários sobre a questão agrária organizados pela UFF; pelas reportagens jornalísticas do Jornal Brasil de Fato; pelas entrevistas realizadas com os assentados e representantes do MST; pelas informações contidas no documentário “Forró em Cambaíba”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtBJrIFhtiU> Acesso em: 19 set. 2019; pelos vídeos que estão disponibilizados no YouTube, como o de: “15 anos de luta do assentamento Zumbi dos Palmares em Campos” Disponível em: <https://boletimmstrij.mst.org.br/assentamento-zumbi-dos-palmares-festeja-15-anos-em-luta/> Acesso em: 15 maio 2022 e da entrevista de Cícero Guedes para rádio Norte Fluminense. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=D2Y3\\_2U79M0](https://www.youtube.com/watch?v=D2Y3_2U79M0) Acesso em: 10 jun. 2022.

Fotografia 2 – Núcleo 1 do assentamento Zumbi dos Palmares, sítio Brava Gente



Fonte: Foto retirada pela pesquisadora em 18/9/2021.

Os sem-terra ao chegarem naquele local e, a partir da ocupação e da identidade que foram construindo, formaram resistências<sup>68</sup> e transformaram o antigo espaço da plantação de cana da usina em assentamento. No período de territorialização, as famílias foram divididas em seis grupos: 1) Coordenação geral do acampamento; 2) Coletivo da disciplina/ segurança; 3) Coletivo de educação; 4) Coletivo de saúde; 5) Coletivo de alimentação e 6) Coletivo de trabalho. Em regime de mutirão, os acampados ergueram uma escola e, seguindo os preceitos do MST, pensaram em um formato de educação alternativa, não burguesa, vinculada à terra e, sobretudo, democrática. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005). Sobre as organicidades formadas no período da ocupação foi ratificado em uma das entrevistas que:

---

<sup>68</sup> Por resistência, Scott (2002) sinaliza a importância da existência das formas cotidianas de manifestações de camponeses a longo prazo, principalmente das práticas que denomina de resistências ocultas, obstinadas e persistentes de comunidades rurais, ou seja, de experiências campesinas cotidianas que, apesar de não terem visibilidade, resistem as formas de opressões e contribuem para as historicidades dos povos.

*Cada núcleo possuía um coordenador e as pessoas se organizaram de melhor forma. Tinha-se os coletivos de trabalho que funcionou bem só na época da ocupação. Tinha os coletivos de saúde, educação, infraestrutura, segurança e alimentação. Hoje não existe mais no assentamento apesar do MST falar da importância deles. Não especificamente destes, pode ser o de educação, formação e produção. (Entrevistado J, agosto de 2021).*

A ocupação se transformou em assentamento depois de intensa mobilização das famílias que ocuparam a região, do apoio de universidades públicas (UFF e Uenf), do IFF (no período era Cefet), de setores da sociedade civil, do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, do Sindicato dos Bancários de Campos e região, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Francisco do Itabapoana, da Santa Casa de Misericórdia, da CPT e MST, de acordo com Alentejano (2011b); Pedlowski (2011) e Vieira (2003). Sobre o retorno do MST ao estado do Rio de Janeiro, foi dito que

*as primeiras ações do MST decorreu com amplo apoio da CPT e diversos outros apoiadores em 1996. Com a ocupação da Usina São João, originou o Zumbi dos Palmares. Desde então, foram inúmeras ações conjuntas, que vão além das pautas agrárias. Eu diria que são movimentos irmãos, em que um depende essencialmente do outro para o cumprimento social da ação [sic]. (Entrevistado D, julho de 2020).*

A formação do Zumbi possuiu a peculiaridade de ter conseguido a desapropriação das terras após seis meses da ocupação, período considerado razoavelmente rápido em se tratando da morosidade do Estado no que concerne à implementação da reforma agrária. (ALENTEJANO, 2011b). De acordo com o site<sup>69</sup> do Incra, o processo de desapropriação leva de 12 a 24 meses para ser concluído, caso não possua demandas judiciais.

O assentamento se situa no complexo de terras que faziam parte da ex-usina. É considerado emblemático pelo tamanho e rapidez na desapropriação das terras. As nove fazendas (Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus e Santana), que pertenciam à usina foram desapropriadas no dia 9 de outubro do ano de 1997, conforme pode ser averiguado no anexo D. Essa informação foi ratificada nas entrevistas, destacando-se o seguinte depoimento de um dos assentados:

<sup>69</sup> Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/obtencao-de-terras.html> Acesso em: 16 fev. 2020.

*12 de abril de 1997, foi a ocupação, a desapropriação que foi seis meses depois. Desapropriação é o início do processo, entendeu? Que além da desapropriação vem o perímetro, parcelamento. O perímetro é para dividir áreas produtivas de improdutivas, para tirar as áreas de reserva né. Todo assentamento tem que tirar 20% de reserva. Aí o perímetro divide essas áreas. O assentamento foi feito em 2000, a entrega dos lotes que tô falano... O assentamento mesmo em si ele foi feito em 2000, quer dizer: em três anos ficamos aí com a terra desapropriada e a gente na barraca sem condição de movimentar, trabalhar. [sic]. (Entrevistado J, agosto de 2021).*

As lutas são expressões concretas dos enfrentamentos sociais contra à ordem estabelecida, a consolidação da desapropriação no Zumbi foi possível devido às resistências de grupos sociais em Campos. As formas de mobilização, no seu período inicial, se davam por meio do diálogo e das associações coletivas, que formaram as organicidades do assentamento. Após o parcelamento das terras e antes da liberação dos recursos para moradia, os recém-assentados residiam em casas improvisadas, como pode ser visto na fotografia 3:

Fotografia 3 – Residência de uma família depois do parcelamento dos lotes no Zumbi, no ano de 2001



Fonte: VIEIRA, 2003, p. 50.

Sobre os recursos para a construção de moradia foram destacadas as seguintes falas:

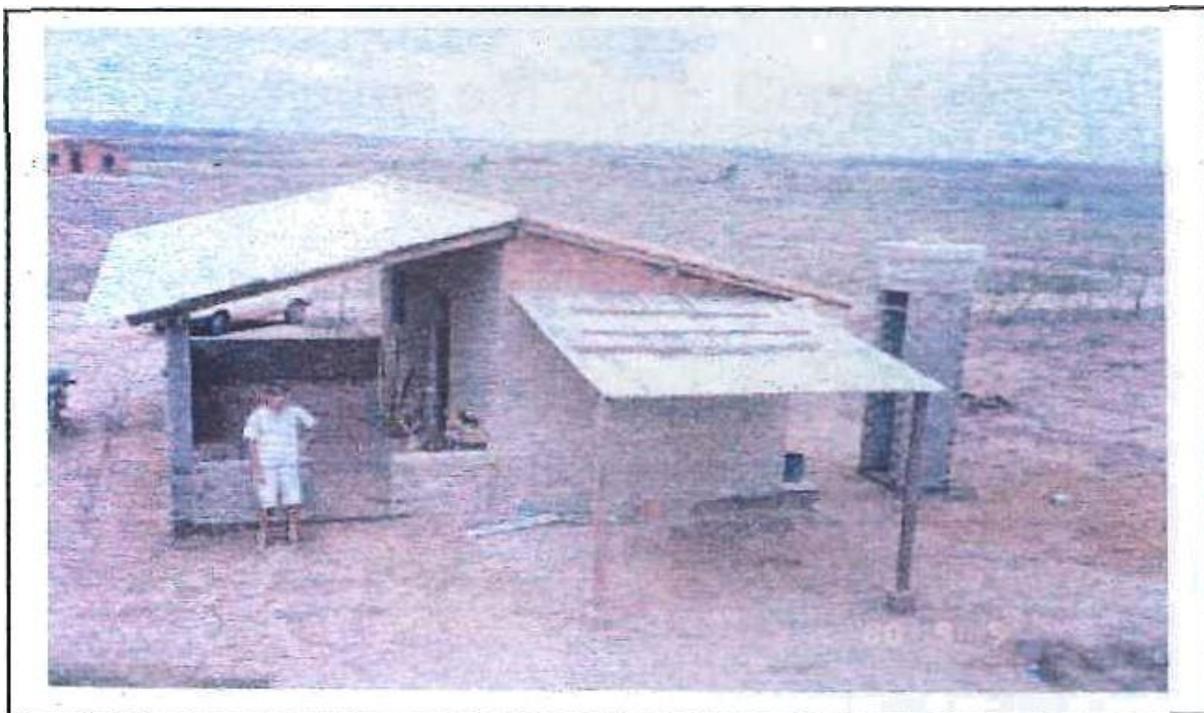
*O crédito “instalação” é usado para a construção da habitação, o qual necessita de um projeto técnico, nesse momento entra em jogo a importância da assistência técnica na mediação e auxílio na construção e execução do mesmo, já que é complicado deixar a “Deus dará” pelo Incra, pois é um órgão extremamente burocrático e ineficaz, apesar da importância ímpar de se ter um amplo departamento estatal que trate da questão agrária como esta deve ser. Muitos atrasos são registrados devido as inconsistências na execução das obras, o que por vezes gera consequências para muitos outros assentados que dela dependem (Entrevistado S, janeiro de 2020);*

*Como o Zumbi já têm história, vimos um pouco de tudo neste assentamento, onde os créditos de fomento foram acessados (em tempos distintos entre os núcleos). A maioria dos assentados usaram o dinheiro de fomento para comprar cestas básicas e estocar ferramentas, sementes, mudas, etc., precavendo as necessidades iniciais tanto de sobrevivência quanto de produção, a médio prazo. (Entrevistado I, fevereiro de 2021).*

*[...] nós passamos por muitas dificuldades nesse período inicial, teve acampamentos que foram queimados por acidentes com as velas que eram utilizadas para iluminação, morreram crianças. Depois de 3 anos de ocupação que veio os recursos do Pronaf moradia. [sic]. (Entrevistado J, agosto 2021).*

O que o assentado denomina de Pronaf Moradia refere-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na modalidade específica de infraestrutura e serviços. Foi criado em 1996 por FHC, a partir das reivindicações de movimentos sociais e ampliado na gestão de Lula. Conforme o antigo MDA, os recursos podiam ser destinados à “infraestrutura financiável no âmbito do Pronaf, cita-se: rede principal de energia elétrica, canal principal de irrigação, estradas vicinais, armazém e abatedouro comunitário, **habitação rural**, unidades didáticas, etc”. (BRASIL, 2000, p. 13, grifo nosso). Após a liberação dos recursos para as construções das casas, os assentados se organizaram e começaram a construir as suas residências, como mostra a foto a seguir, datada de 2001.

Fotografia 4 – Residência de uma família após a liberação de recursos para moradia no ano de 2001



Fonte: VIEIRA, 2003, p. 50.

De acordo com as entrevistas realizadas foi constatado que os lotes possuem luz, parte da água é de cacimba, portanto imprópria para consumo, e não possui rede de esgoto no local. Em todo o assentamento só existe uma Unidade Básica de Saúde cuja localização se situa no núcleo 4. De acordo com um dos assentados,

*[...] a UBS só foi implementada a partir da mobilização da comunidade, desde 2000 tivemos a instalação da energia elétrica, e antes disso a gente já lutava pela saúde. Aí com a energia veio a implantação da unidade no início dos anos 2000. A luta pela terra é isso aí, não basta só você tá na terra, tem que lutar pelas políticas né? Com a pandemia, a UBS ficou fechada e foi reinaugurada em janeiro desse ano. O quadro de composição desta unidade está funcionando com uma encarregada, um agente comunitário, uma enfermeira, quatro técnicas de enfermagem, duas atendentes, uma auxiliar de serviços gerais, uma médica e dois vigias e está para chegar a ambulância, de acordo com os relatos. (Entrevistado T, julho de 2022).*

De acordo com o Ministério da Saúde<sup>70</sup>, as Unidades Básicas de Saúde são consideradas a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde, têm como objetivo atuar de forma preventiva, prevenindo hospitalizações.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs> Acesso em: 20 jul. 2022.

Sobre o acesso à educação no Zumbi, no assentamento há apenas uma escola rural, denominada de Escola Municipal Carlos Chagas (imagem abaixo), situada no núcleo 2, cujo nível de ensino vai da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, ofertado também pela modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Esta escola atende aos núcleos do 1 ao 4. De acordo com a diretora da escola, são atendidas mais de 200 crianças do assentamento, quase 200 do entorno (principalmente da área rural que engloba os bairros de Jardim Aeroporto e Eldorado) e aproximadamente 200 adultos pela modalidade da EJA. Os turnos de aula são manhã, tarde e noite.

Fotografia 5 – Escola Municipal Carlos Chagas



Fonte: Imagem cedida pela diretora da escola, dona Edimárcia da Silva, jul. 2022.

Apesar da Carlos Chagas ter mais de 600 alunos, não possui nenhuma assistente social atuando na escola. De acordo com uma das trabalhadoras do local, a falta de assistente social é sentida pelos pais, que reclamam com frequência da falta de assistência e da violação de direitos do alunado. A entrevistada relatou que a

escola possui estudantes com traumas de experiências de risco social e que não foram realizados atendimentos assistenciais e psicológicos para esses alunos.

De acordo com o Cfess (2014), o acompanhamento profissional do assistente social no ambiente escolar é importante pela possibilidade que representa de viabilizar a garantia de direitos no âmbito da educação escolarizada, contribuindo para a formação de um sujeito de direitos, que se reconhece no processo de socialização, ainda que numa sociedade capitalista materializadora de limites reais e objetivos. (CFESS, 2014). No entanto, a negação de direitos faz parte da vida dos assentados do Zumbi.

Sobre as produções de alimentos no assentamento, foi destacado pelos assentados e líderes do MST que faltam políticas públicas que incentivem a produção e o escoamento dos produtos. Há dificuldades de comercialização devido à escassez do transporte, da assistência técnica e de editais de fomento para a produção. As principais formas de escoamento dos alimentos, segundo os relatos dos assentados, foram destacadas no quadro abaixo.

Quadro 3 – Principais formas de escoamento da produção

Escoamento da produção	Justificativas apresentadas
1) Atravessadores-intermediadores	<i>“Nas feiras a gente não consegue vender tudo aí acaba vendendo a maioria para atravessador mesmo” (Entrevistado G, janeiro de 2021).</i>
2) Vendas para usinas	<i>“A família quer plantar, planta e não consegue colher. Existe uma pressão muito grande, para você se manter num lote, trabalhar é muito grande a pressão. A pressão para sair é muito grande. Vou te dar um exemplo: há um incentivo muito grande para plantação de cana, uma pressão muito grande... Passava nas rádios daqui as propagandas: nós preparamos a sua terra, te damos a semente e plantamos a cana para você pagar só quando for paga a cana. Isto é uma covardia. Porque você planta laranja, vem a seca, mata. Planta o milho, e dá só umas espiguinhas. Então como muitos ficam descapitalizados, preferem fechar o contrato com a usina para plantar cana. Aí já tô com mais de ano de carência. É muito triste você vê a terra parada. Por isso que estamos aqui... para ver a terra plantada e não cheia de mata. Aí deixamos na mão da usina, usina Cana Brava e Coagro.</i>

3) Grupos de <i>WhatsApp</i>	<p><i>“Esse grupo que o MST ajudou a gente a organizar ajuda muito. Nois divulga os produtos e aí marcamos um dia para entregar, tem dado certo”.</i> (Entrevistado N, dezembro de 2021).</p>
4) Participação em feiras	<p><i>“Eu consigo participar, mas muitos colegas não têm como transportar sabe? Com isso diminui a participação, outro problema é que as feiras regionais acabaram”.</i> (Entrevistado M, dezembro de 2021);</p> <p><i>“Aqui temos os feirantes que participa da feira da roça, são todas daqui de Campos. Tem também a feira da Uenf, mas vai mais gente de Oziel e Dandara, mas pouca gente consegue participar”.</i> [sic]. (Entrevistado I, dezembro de 2021);</p> <p><i>“A gente faz feira no Rio, São Paulo e Minas. A gente junta um grupo e aluga um caminhão, um carro pequeno não resolve, a gente paga frete. A gente tem um caminhão e não tem acesso a ele, fica só com a Coopescamp”.</i> (Entrevistado P, março de 2022).</p>
5) Consumidores que vão ao assentamento	<p><i>“Depois do fluxo dessa pandemia, o número de pessoa circulando aqui dentro diminuiu, mas antes vinham com mais frequência e acabavam comprando”</i> [sic]. (Entrevistado J, agosto de 2021).</p> <p><i>“Temos consumidores que compram para comercializarem nos seus hortifruti da cidade ou até mesmo no comércio em geral”</i> [sic]. (Entrevistado O, setembro de 2021).</p>

Sobre a política de assistência técnica foi relatado que o Zumbi está sem o acompanhamento de técnicos agrônomos. Abaixo, foram destacadas falas sobre essa política no assentamento:

*Falta assistência técnica. É muito bom quando temos o acompanhamento de um técnico, de um agrônomo, a dificuldade é por conta da burocracia e falta de estrutura para o técnico trabalhar, piorou muito no governo de Bolsonaro. O Emater é feito para não funcionar, quando tem técnicos, não tem combustível para o transporte deles até o assentamento, isso que nos falaram da última vez. Quando conseguimos aprovar um projeto, os técnicos vêm. Só que agricultura familiar é todo dia, não pode ser interrompida, entende? Têm muitos detalhes, é dia e noite, de segunda a segunda. O técnico vem e depois fica dois, três meses sem vim. Aí não adianta, tem que ser pensado com seriedade. A mudança federal, já chegou dando uma rasteira em todo mundo né? Extinguindo o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Quando você tira o MDA é péssimo... Foi a mil maravilha? O programa não foi. Mas conseguiu*

*recursos importantes para a agricultura familiar. Hoje vejo famílias na terra, mas sem perspectivas de ali estar. [sic]. (Entrevistado A, julho de 2021);*

*Sobre a assistência técnica, a mudança mais significativa se deu ainda no final da gestão da Dilma, onde diversos programas paralisaram ou foram enxugados recursos, como o término da Ates no Estado do RJ, conseqüentemente em praticamente todo o Brasil. No entanto, a problemática se aprofundou (e se aprofunda cada vez mais) após o golpe de 2016, ainda mais agora com a criminalização explícita feita pela ala conservadora e fascista que hoje está no poder político, cortando diversos direitos conquistados, como apoio ao ensino e educação, paralisação do PAA e PNAE, paralisação de investimentos em infraestruturas e acessos à créditos, previdência etc. (Entrevistado D, julho de 2022);*

*Quanto à política de assistência técnica, apesar de alguns momentos em que se paralisaram, foi a política pública mais duradoura para os assentamentos em geral na época de Lula, não só ao Zumbi. Ela viabiliza muitos auxílios burocráticos, intermediações, mantém diálogo com o Incra, entende mais do aparelho burocrático, busca encaminhar questões rápidas junto aos assentados, especialmente por ser uma assistência técnica agroecológica, auxilia os assentados em questões previdenciárias, projetos técnicos etc. Mesmo sendo um ramo estritamente importante para o meio rural, há um embate entre alguns assentados e a Assistência Técnica, onde a acusam de não prestar um bom serviço, ou até mesmo de agirem como “do MST” ou “do Incra”, levando a alguns atritos entre alguns núcleos, mas que nas idas e vindas, e com as inúmeras dificuldades impostas pelo contrato com o Incra, muitas avaliações atestam uma grave perda com o fim do contrato em 2015, no governo da Dilma, que até hoje não foi solucionado. (Entrevistado E, julho de 2022).*

A política destacada na última fala acima diz respeito à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, criada no governo de Lula, no ano de 2010. O II princípio do Pnater expressa o direito à “gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural” (BRASIL, 2010, art. 3º). No entanto, pelo pouco acesso à assistência para a terra, os núcleos se estruturam para a produção conforme as condições que acreditam ser importantes, sem passar pela análise técnica do solo, de plantio, das condições socioeconômicas das famílias e de acordo com que os produtores acreditam que conseguirão vender. Vejamos:

*[...] a produção no 1 são de frutíferas e criação de gado, no 2 vai aumentando o número de cana de açúcar e aipim, no 3 é mais cana de açúcar, aipim e frutíferas como maracujá e coco, no 4 e 5 é mais abacaxi e cana pois são mais resistentes à seca. A produção é organizada em torno daquilo que a gente vai conseguir vender, mas perdi muitos alimentos por falta de orientação da Emater (Entrevistado B, janeiro de 2022).*

*Produzimos mel, laranja, manga, abacaxi, cana, feijão, milho, área de pasto, acerola, graúda, coco. Não conseguimos vender tudo devido à dificuldade de transporte etc. Se destaca aqui no meu lote a produção de abacaxi. (Entrevistado S, janeiro de 2020).*

*Só de cana aqui no lote são 6 hectares, ainda temos milho, aipim, abóbora, banana, pato, galinha, ovo e feijão. Trabalhamos com a linha da agroecologia. Conseguimos escoar sim, mas as vezes o preço tá muito baixo e não tem políticas de fomento para a produção aí perde alguma coisa. Tiramos dois caminhões de mandioca e não recebemos, por exemplo. [sic]. (Entrevistado A, julho de 2021).*

*O núcleo um é mais diversificado do que os outros núcleos. A terra é mais argilosa, é melhor, tem mais diversidade pela questão do solo. É mais próximo do centro da cidade. Do lote 2 ao 5 é mais arenoso. Produção de hortaliça, feijão, leite, abóbora, aipim, banana, coco, quiabo, laranja e milho. (Entrevistado M, dezembro de 2021).*

O quadro abaixo evidencia os principais itens comercializados por núcleo, conforme os relatos das entrevistas.

Quadro 4 – Produção no Zumbi

Itens comercializados	Criação de gado/ produção de leite	Maracujá	Coco	Cana	Aipim	Abacaxi
Núcleo 1						
Núcleo 2						
Núcleo 3						
Núcleo 4						
Núcleo 5						

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados nas entrevistas realizadas no assentamento.

Nas entrevistas foram evidenciadas as dificuldades de comercialização da produção e da falta de editais de fomento para as práticas de produção de orgânicos. Disseram que o escoamento da produção em geral acontece por conta dos assentados. No Zumbi, existe a Cooperativa dos Assentados de Campelo e Região, mas relataram que ela não funciona para o escoamento de produção, foi dito: “a *Coopescamp não tem mais direção regional, nem diretrizes políticas administrativas e nem espaço técnico aí desmobilizou*”. (Entrevistado M, dezembro de 2021).

Outro assentado relatou: “*eu ajudei a fundar, ainda sou cooperado, mas ela nunca funcionou direito*”. (Entrevistado J, agosto de 2021). Foi expresso ainda: “*a Coopescamp não atua bem, não tá exercendo o dever dela... Os problemas*

*continuam, sempre tem. A cooperativa tem uma lei federal que para torná-la cooperativa tem que fazer eleição, mas não tem".* (Entrevistado A, julho de 2021).

As práticas de escoamento de produção de alimentos orgânicos por cooperativas de assentamentos rurais necessitam ser defendidas pelos que ainda primam pela equidade, faz parte da luta contra o capital, parte das disputas das terras e territórios. Sobre o incentivo estatal ao agronegócio, em detrimento de políticas sociais eficientes para os povos do campo, foi destacado em uma das entrevistas que

*[...] o incentivo para o agronegócio sempre teve. Não podemos ser ingênuo e achar que é de agora. O povo tem que comer com agrotóxico, porque fica mais barato. A agricultura familiar produz alimento saudável. O alimento ajuda na qualidade de vida, na saúde, na educação. A falta de alimento na escola, por exemplo, faz a pessoa ficar agitada. O equilíbrio vem pela alimentação. A alimentação está lastimável, as crianças estão comendo, mas não estão sendo alimentados. O agrotóxico vem pelo incentivo do governo federal, que tá liberando muito veneno para nós. [sic].* (Entrevistado B, setembro de 2021).

Por causa da falta de incentivo estatal para a produção de alimentos saudáveis, alguns assentados disseram estar sem alternativas e para produzirem precisam injetar pequenas doses de agrotóxicos, principalmente na produção de abacaxi e de coco, conforme relatado nas entrevistas. Na fotografia 6 é possível observar a produção em larga escala no assentamento.

Fotografia 6 – Produção de abacaxi em um lote situado no Núcleo 5



Fonte: Fotografia retirada pela pesquisadora em 23/6/2019.

O incentivo fornecido pelo Estado aumenta a exploração mecanizada em grandes extensões de terras pelo agronegócio; o uso intenso de insumos e fertilizantes juntamente com as parcas políticas públicas direcionadas aos povos do campo fizeram aumentar a desigualdade social. Em condições desfavoráveis, o trabalhador rural se torna incapaz de concorrer com o agronegócio, que enche a terra de agrotóxico para fazer uma agricultura por máquina. O “grande negócio” do capital não consegue produzir sem agrotóxico e, por ser de origem química, ele não se dissolve na natureza.

As palavras de ordem do MST não estão sendo respondidas pelo atual Presidente da República. A tentativa de combate aos movimentos sociais é um elemento presente na cotidianidade da vida dos ultraconservadores, fato que objetiva desmobilizar politicamente as lutas e contribuir para a não garantia dos direitos sociais previstos nos ordenamentos jurídicos legais.

#### **4. A DENEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS AOS ASSENTADOS DO ZUMBI E AS INFLUÊNCIAS EXERCIDAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS**

Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar algum roçado da cinza.

(João Cabral de Melo Neto)

No estado do Rio de Janeiro, as primeiras ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra obtiveram apoio da CPT para a ocupação da antiga usina São João, originando o Zumbi dos Palmares. Desde então, foram inúmeras ações conjuntas, que vão além das pautas agrárias. A atenção e o estudo aprofundado, reflexivo e analítico dos conteúdos das entrevistas foram relevantes para a construção dos eixos empíricos deste capítulo. Foram confrontadas às categorias analíticas e à leitura do material (considerando cada subconjunto e a totalidade), conforme é orientado por Minayo, 2014.

Nas análises das entrevistas ficou evidenciado que no período em que se deu a ocupação no Zumbi havia bastante resistências dos povos em luta. A ocupação da antiga usina, apesar da temida repressão que ocorrera com os povos do campo nos anos anteriores no Brasil, foi consolidada e marcada pelas resistências dos trabalhadores. Neste capítulo foram elucidadas as influências exercidas por movimentos sociais e religiosos no assentamento e a diminuição de acesso às políticas sociais, apesar de estarem explicitadas nos ordenamentos jurídicos legais.

##### **4.1 INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS NOS NÚCLEOS**

Nessa parte foram realizadas as análises sobre as influências de movimentos sociais e religiosos para os processos de organicidades e lutas dos assentados. O estudo de caso se constituiu a partir da análise de conteúdo das categorizações que foram erigidas na introdução.

O assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente no período do seu surgimento, obteve grande influência da Comissão Pastoral da Terra. Na cena hodierna há o crescimento da influência religiosa das igrejas presentes no Zumbi e a diminuição constante da influência do MST. Apesar da ligação histórica com o

movimento, a igreja católica perdeu espaço diante da expansão do neopentecostalismo no assentamento Zumbi dos Palmares. De acordo com Nascimento (2021),

[...] nos cinco núcleos do assentamento, há 12 templos e comunidades religiosas, 11 deles evangélicos. A Assembleia de Deus tem sete, a Igreja Universal do Reino de Deus, dois. A Igreja Católica, que outrora era dominante entre os assentados, resiste em uma única capela. (NASCIMENTO, 2021, p. 2).

Ainda de acordo com Nascimento, o número de evangélicos assentados cresceu cerca de dez vezes na última década. Em 1999, dois anos após a ocupação da antiga usina, o número de evangélicos era de 7%, de católicos 86% e 3% adeptos de religiões de matriz africana. Em 2021, o número de evangélicos passou a ser de 72% e de católicos de 15% e o de matriz africana manteve a porcentagem. A imagem abaixo é de uma das igrejas presentes no assentamento.

Fotografia 7 – Igreja Universal do Reino de Deus, situada no núcleo 2



Fonte: Fotografia retirada pela pesquisadora em 25/7/2019.

Conforme Py e Pedlowski (2020), a CPT encontrou dificuldades para receber apoio oficial da Diocese de Campos, tradicionalmente ligada à ala conservadora católica. Apesar das dificuldades, o órgão católico juntamente com o MST participou ativamente da organização na época da ocupação. Nesse período,

incentivaram encontros com missas mensais, ajudaram na formação política dos cortadores de cana e de outros trabalhadores rurais sem terra e implantaram no local projetos como o Movimento Fé e Cidadania, Movimento pela Educação do Campo, escolinhas de agroecologia e de estudos bíblicos (ligados à leitura popular da Bíblia). (NASCIMENTO, 2021, p. 6).

Sobre a influência das igrejas foram destacadas as seguintes falas dos assentados: “[...] possuem papel fundamental para nós aqui do campo, os pastores ajudam a gente, se preocupam se a gente tem problema”. [sic]. (Entrevistado A, julho de 2021); “sou da igreja metodista, eu diria que ela é fundamental para se manter a paz nesse local” (Entrevistada E, set. 2021); “o assentamento possui influência da CPT, igrejas e MST. A CPT chegou junto com o MST. Os dois começaram a atuar desde 1997. Hoje temos uma maior atuação por parte das igrejas que não se tinha na época da ocupação. As igrejas presentes são: Católica, Maranata, Batista, Adventista e Assembleia de Deus”; (Entrevistado S, janeiro de 2020); “as igrejas chegam junto...elas que estavam organizando as celebrações do assentamento” (Entrevistado M, dezembro de 2021); “todo assentamento possui influência de algum grupo religioso, por mais remoto que seja. O Zumbi possui muito, o MST é fruto de ex-agentes da CPT e de ex-agentes da igreja católica” (Entrevistado M, dezembro de 2021).

De acordo com Py e Pedlowski, em pouco mais de 20 anos de existência, o Zumbi apresentou um aumento significativo de evangélicos pentecostais, que passou de “7% a 75% dos integrantes modificando a configuração religiosa do assentamento, que apresentava significativa maioria católica nos anos próximos à sua fundação”. (2020, p. 829). Ainda de acordo com os autores, no período de criação do assentamento, o Zumbi possuía grande influência da igreja católica por conta das atividades pastorais da CPT. Conforme narrado por um dos assentados do núcleo 5: “[...] a CPT deu uma afastada da região, aí a gente parou de acompanhar os projetos. Desde a ocupação estavam com a gente, nesse período a influência da pastoral era bem maior”. (Entrevistado J, agosto de 2021).

No que diz respeito à influência exercida pelo MST, foi destacado nas entrevistas que o MST ainda é fundamental para a organização do assentamento, é apoiado pelo Sindipetro-NF e recebe apoio pontual de sindicatos urbanos. Vejamos os relatos:

*[...] o MST mantém relações pessoais com assentados e instituições (associações/cooperativas) em todos os núcleos, na tentativa de retomar trabalhos e inserções nos núcleos em que esta relação estava “desgastada”, especialmente nos núcleos 4 e 5. (Entrevistada L, dezembro de 2020).*

*Festa é uma marca registrada do MST e de diversos outros movimentos. Nos inúmeros espaços que presenciei, no final das atividades eram marcadas sempre com um encontro divertido, alegre, de descontração entre todos, não raros com intervenções culturais. No interior dos acampamentos e assentamentos há uma atenção dobrada quanto a manutenção de espaços culturais e festivos, como festas juninas, aniversários pessoais e do assentamento, feriados, mutirões, encontros de agroecologia, educação, extensão..., debates políticos, organização interna da militância, enfim, não raro, pós qualquer “encontro” de debates, o momento era seguido de um “acolhimento da alma”, onde o ambiente de descontração mantém um espírito mais leve, descontraído e feliz para encarar a luta. Apesar de toda dificuldade, conseguem, manter a fé, a alegria e a gratidão pela mínima conquista, e tudo é momento e motivo de comemorar, de festejar e de celebrar em união. Dividir a dor e a felicidade. (Entrevistado V, julho de 2020).*

*O MST recomenda reuniões em “setores” ou “frentes de trabalho”, que podem ocorrer em momentos diferentes, pensadas justamente para viabilizar a participação e para que as ações sejam tomadas juntos. Ou seja, pensam-se as ações e tarefas em conjunto, mas a execução das mesmas é pensada cada qual com seu setor de ação. Eu diria que é um método democrático de criação e execução de tarefa, com fins horizontais onde os setores ainda mantêm certa autonomia diante delas. Além do fato de que o assentamento é dividido em cinco núcleos, onde cada núcleo mantém sua organicidade própria. Além disso, são diversos os atores que se relacionam nestes cinco núcleos, mantendo relações diversas. [sic]. (Entrevistado D, julho de 2020).*

*Os núcleos de base do MST que possuíam uma estrutura organizativa foram se perdendo, depois foram ajudar na organização de outras áreas aí as pessoas acharam que o MST estava se afastando, mas não era isso. Os núcleos de base foram sendo substituídos por associações. (Entrevistado S, janeiro de 2020).*

Nas entrevistas foram ressaltados os desafios que o movimento enfrenta não só na estruturação das ocupações, mas também na organização dos assentamentos criados. No caso do Zumbi foi frisado que o processo é complexo e que o MST enfrenta dificuldades para lidar, por exemplo, com a enorme plantação de cana e de abacaxi até hoje. Na visão de uma das lideranças, o fato de utilizarem doses de agrotóxicos na plantação de abacaxi, de queimarem a palha da cana e de a comercializarem para a usina, se constituem enquanto problemas estruturais que precisam ser superados. Para tanto, reconhece que esse processo de superação é

possível com a criação de políticas sociais e com o acesso aos direitos previstos em leis.

As políticas sociais, ao garantirem direitos sociais (os quais foram efetivados a partir das lutas dos sujeitos sociais) podem contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas. É mediante as políticas sociais que os direitos sociais se concretizam e necessidades humanas são atendidas.

#### 4.2 POLÍTICAS SOCIAIS - ENTRE AS GARANTIAS LEGAIS E A NEGAÇÃO DE DIREITOS AOS POVOS DO ZUMBI

Os movimentos sociais lutam pelo acesso à terra e pela garantia de direitos previstos no ordenamento jurídico legal. Os direitos humanos são essenciais para a promoção e proteção da dignidade humana. A fundamentação desses está esboçada na Constituição de 1988.

A fim de entender sobre quais políticas sociais chegam até os assentados do Zumbi, a pesquisadora entrevistou as assistentes sociais do Centro de Referência Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de ambos os municípios que são responsáveis pelo atendimento da territorialidade do Zumbi. O Cras

É uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em área de vulnerabilidade social. [...] executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (PNAS, 2004, p. 35).

Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social é responsável pelos atendimentos em que os sujeitos se encontram em situação de risco social. Para esse centro especializado, existem os atendimentos de média e alta complexidade. Após idas da pesquisadora ao Creas de Campos, o único que atende a territorialidade do Zumbi dos Palmares, foi constatado que apenas uma assistente social prestava atendimento no Zumbi. Essa profissional relatou:

*As minhas demandas normalmente vêm por ordem judicial, ou conselho tutelar ou alguma demanda espontânea que a pessoa esteja passando por alguma violação, mas não sabe o que é violação, ela se identifica ali como algum caso de agressão física e aí ela vem para cá e a gente começa a atender. Por exemplo, um caso que eu estava atendendo do Zumbi veio com ordem judicial, entendeu. Foi um conflito familiar que teve e aí já veio mais ou menos o que deveria ser feito para poder estabilizar a família. A gente não tem referenciamento de todas as pessoas do território igual ao Cras tem por*

*que o Cras faz a referência do território e aqui a gente não consegue porque é um Creas para o território inteiro, não só para o Zumbi. (Entrevistada H, maio de 2022).*

Quando interrogada sobre quais núcleos atende no Zumbi, a entrevistada respondeu que não sabia da existência dessa divisão por núcleo e que nunca havia ido ao assentamento. Sobre o total de famílias atendidas respondeu:

*Atendo apenas uma família, logo não poderei contribuir tanto, realizado atendimento aqui há pouco tempo, estou aqui no Creas há apenas um ano e meio só. A pessoa que eu atendia, como o filho dela estudava aqui no centro, ela já passava aqui para conversar comigo, então eu nunca cheguei a fazer visita. Mas se precisasse fazer tem carro... Agora tem carro toda semana, antes o carro era dividido para os três Creas do município inteiro. Aí ficava um dia e meio em cada Creas. (Entrevistada H, julho de 2022).*

Os atendimentos deste Creas deveriam englobar os núcleos do 1 ao 4. Foi relatado pela assistente social que, após a entrevista, se interessou em conhecer o Zumbi. O núcleo 5, por fazer parte de São Francisco, deveria receber atendimento do Creas deste município, mas ao procurar o Centro de Referência Especializado, a pesquisadora foi informada que não existe nenhum assentado que tenha recebido atendimento nos últimos anos.

Sobre a estruturação de atendimentos do Cras em todos os núcleos do Zumbi, foi importante a entrevista realizada com a assistente social da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que era responsável pelo Programa de Assentamento e Igualdade Racial, criado no ano de 2009. Segundo a assistente social deste programa, foi uma experiência bem interessante, mas infelizmente acabou por questões políticas. Do ano de 2009 até 2017, o atendimento assistencial a todos os assentamentos de Campos era realizado por uma equipe de profissionais que faziam parte do programa do Cras Itinerante. Foi relatado pela entrevistada que a mudança de atendimento para o Cras referencial dificultou o acesso aos direitos sociais:

*[...] passou a ser um empecilho para o acesso aos direitos pois o sistema de transporte é escasso e o assentamento é enorme. Esse fato por si só acaba inviabilizando grande parte dos atendimentos". Na época em que esse programa estava em vigor não se tinha esse problema, pois as assistentes sociais iam até os assentamentos semanalmente. Um dos objetivos da equipe foi cadastrar, a partir das visitas aos assentamentos, todos os moradores no CadÚnico cujo objetivo era identificar o assentado para torná-lo visível ao governo federal. Os profissionais de serviço social do programa faziam a mediação com os técnicos do Emater. No Zumbi, à época do programa, aconteciam oficinas duas vezes na semana. Quando se tinha algum problema na plantação, as famílias eram orientadas pelos técnicos e*

*instrutores por meio das palestras que eram realizadas nessas oficinas.*  
(Entrevistada M, janeiro de 2020).

Conforme relatado pelos usuários, existem restrições para a participação dos assentados nas políticas sociais e uma imensa burocratização, o que inviabiliza a participação. No período em que houve a ocupação do território da antiga Usina São João, o movimento estava articulado e lutava para a implementação de políticas sociais que garantissem direitos sociais. Uma das bandeiras e coletivos de luta era pela implantação da política social da Educação do Campo, que mesmo após 25 anos de criação do assentamento ainda não foi posta em prática.

Essa proposta é uma das bandeiras do MST em nível nacional e está baseada nos princípios da Educação Popular, visa a democratização do acesso à educação de qualidade. Se refere a um processo pedagógico e ao mesmo tempo político, o que significa dizer que se vincula organicamente com os processos sociais almejando uma nova ordem societária, sem exploração de classe. (CALDART, 2004).

Os preceitos educacionais, encampados por essa proposta pedagógica, tem como sustentação o reconhecimento de que a educação precisa estar articulada com as condições materiais da vida no campo, valorando-se como um mecanismo de estratégia coletiva de sobrevivência. Por isso precisa ser a “Educação do Movimento” estar ligada às lutas, objetivos e organicidades do MST. Por essa perspectiva, há o reconhecimento da difícil realidade da vida no campo, na qual os educandos aprendem por meio dos temas geradores, elaborados a partir do que vivenciam na cotidianidade. (CALDART, 2004).

Os processos educacionais precisam ser significativos e fazer sentido para a realidade dos sujeitos que dele irão usufruir. A Constituição de 1988 explicita que a educação é um direito do cidadão e dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, artigo 28, relata sobre a importância da garantia aos povos do campo em se ter direito a um ensino adequado às suas peculiaridades e necessidades na esfera geográfica, econômica e cultural.

Em conformidade com essas legislações, a Educação do Campo se difere da rural pelo fato de ser significativa conforme a realidade dos sujeitos que a integram. Busca promover os processos educacionais em consolidação com os valores, princípios e modos de ser e viver daqueles que residem no campo. O objetivo é não reproduzir “Vidas Marias”. A matriz pedagógica visa ser emancipadora, ao ponto de continuar rompendo cercas.

A Educação do Campo, construída pelos movimentos populares de luta pela terra, articula a produção à educação escolar tendo por base a cooperação. Por essa proposta pedagógica há a valorização da cultura, do modo de viver, de se relacionar com a terra e com os companheiros de luta que ocupam papel central no ensino. Os temas geradores buscam resgatar e valorizar a cultura vivenciada nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária. (MST, 2014).

Essa modalidade de educação, por meio da perspectiva marxista, considera a materialidade da vida dos sujeitos e as contradições da realidade. Possui como base a construção de um projeto educativo que se difere do modelo de educação hegemônico, denominado de modelo de educação formal bancário. Esse formato educacional não possui o objetivo de fazer com que os educandos desenvolvam o pensamento de forma crítica. São vistos como seres passíveis de “depósitos” de conhecimentos e, portanto, incapazes de questionar a realidade. (FREIRE, 1987).

Sobre essa modalidade de política educacional, foi relatado pela liderança do MST no estado do Rio de Janeiro que:

*Há tentativa por parte do governo federal em acabar com a política de Educação do Campo, de Educação Popular, que deveria ser um direito. O Bolsonaro vem falando da possibilidade de implementação de educação à distância para o campo, tentando desqualificar o projeto educativo da Educação do Campo. Um grupo de juristas entraram no MEC solicitando que barrem a Educação do Campo, isso é inadmissível. (Entrevistada L, dezembro de 2020).*

A educação popular é um projeto alternativo que visa a construção de uma nova pedagogia. É pautada na realidade social e cultural dos educandos que se educam, produzindo e reproduzindo a cultura, aprendendo a ser, em coletividade, nas ações que realizam e nas obras que produzem. Veem a escola como uma oficina de formação humana. (FREIRE, 1987).

Leva em consideração as instrumentalidades necessárias ao processo de aprendizagem, tem como objetivo a formação de uma consciência crítica. Pondera que a luta deve ser uma forma de expressar direitos, deveres e de resgatar a história e memória cultural do movimento. Por essa proposta de educação, o movimento constrói alternativas de permanência no campo, no qual a cultura popular tem raízes na terra em que se vive. A Educação do Campo “simboliza o sujeito e o seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança”. (SANTOS, 2008, p. 222)

O MST sinaliza que nas escolas do campo é fundamental fazer do tempo da escola um tempo não artificializado, onde os educandos possam refletir sobre as várias dimensões da sua vida e as da grande família chamada sem-terra. Diante da falta de engajamento do poder público e dos enfraquecimentos locais, a escola denominada Roseli Nunes, situada no assentamento (que se pautava nos princípios de uma educação libertadora) foi derrubada e transformada em lote. As crianças que estudavam no local foram matriculadas em escolas tradicionais rurais que geram a competição, individualismo e exclusão. (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005).

Apesar da importância da política educacional pautada na Educação do Campo, a única escola no assentamento não a desenvolve significativamente. A proposta educacional inicial se pautava na busca por uma “Educação do Campo” baseada nos Cadernos do MST, mas essa perspectiva vem perdendo espaço<sup>71</sup> diante da diminuição de políticas sociais direcionadas aos assentamentos. Os entrevistados do Zumbi afirmaram conhecer e saber da importância dessa modalidade de ensino. Destacam-se as seguintes falas:

*A Política de Educação do Campo eu conheço, mas não é implementada no assentamento. Aqui nós temos a escola rural, mas não é do campo...ou seja dentro da área rural, mas não com a pedagogia do campo. Tem a Carlos Chagas e a Guiomar, a escolinha do MST em Zumbi 5 foi fechada. A Guiomar está entre o 3 e o 4. Ali não faz parte do assentamento, mas a maioria das crianças que estudam ali são assentadas. (Entrevistado A, julho de 2021);*

*O assentamento só possui uma escola, que é a Carlos Chagas, situada no núcleo 2. O ensino é até o fundamental. Tem-se um projeto de criação da Educação de Jovens e Adultos no Zumbi 5. (Entrevistado S, janeiro de 2020).*

A Educação de Jovens e Adultos se refere a uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Perpassa todos os níveis da educação básica no Brasil. É destinada aos estudantes (jovens, adultos e/ou idosos) que não completaram os estudos e que desejam concluí-los. A EJA atende ao alunado que tem interesse em finalizar o ensino fundamental (1º e 9º ano) e aos adultos que não completaram o ensino médio. O artigo 37 da LDB diz:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus

<sup>71</sup> Em uma das visitas realizadas na Escola Municipal Carlos Chagas, três professores nos disseram que compreendiam a importância da Educação do Campo, mas que a perspectiva de implementação dessa política estava se exaurindo devido à falta de investimentos e incentivos governamentais.

interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, art. 37).

O parágrafo 4º do art. 4º dessa legislação diz que o Estado tem o dever de garantir o “acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não concluíram na idade própria” (BRASIL, 1996, art. 4º). Como direito social, o Estado também deveria proporcionar o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (BRASIL, 1996, art. 4º, parágrafo VIII). Sobre a garantia da política educacional por parte do Estado, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, capítulo 2, coloca que a educação é um direito social. No entanto, o negligenciamento a educação e demais políticas sociais existe para os assentados do Zumbi.

Em uma outra entrevista, com um assentado do núcleo 5, foi relatado que existiam mais duas escolas no assentamento, mas que foram desativadas pela prefeitura:

*A gente tinha uma escola, eu levava 12 crianças na carroça de burro. A escola funcionou 15, 16 anos aí entrou a gestão municipal que é a de hoje e fecharam a escola. Do meu ponto de vista é muito grave. Estão tirando as crianças do campo e levando as crianças para estudar na cidade, era bem mais próxima da gente, as escolas... Já tinha o prédio e tiraram as crianças, elas foram estudá lá em Floresta, Florestinha... Colocaram transporte, mas queríamos que a escola funcionasse aqui dentro para termo conhecimento do que está se passando com as nossas crianças. A secretária de educação veio aqui três vezes para fechar a escola e não deixamos, quer dizer... encontraram uma resistência. Mas aí lá de dentro do gabinete tiraram a professora e a diretora e fecharam a escola, isto marcou muito a gente, machucou muito... Foi fechada há 4 anos. Consegui pega um documento para a gente utiliza a área como área coletiva de saúde. A escola que tinha no Zumbi 4 virou moradia. A Carlos Chagas tem até o ensino fundamental. [sic]. (Entrevistado J, agosto de 2021).*

A negação dos direitos sociais e a inviabilização das políticas sociais não se restringem à política educacional, mas também a política de assistência, de saúde, de transporte etc. De acordo com a Constituição, art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, art. 6, grifo nosso). Apesar de estar expresso na Constituição, o transporte público é escasso no assentamento. Foram descritas nas entrevistas, as seguintes frases sobre essa política social:

*O transporte é um gargalo aqui dentro. Tem gente que passa dificuldades extremas por causa disso. O núcleo 4 ainda é um pouco assistido por causa das vans, apesar de ser muito precário o serviço, tem núcleo que é completamente desassistido. O núcleo 5, já faz parte de outro município, mas não tem transporte. Esse atendimento é muito desigual. O transporte é só para uma parte do quatro, o cinco não tem transporte, o Zumbi três não tem, parte do Zumbi dois tem e o Zumbi um tem o transporte público só que a empresa atende de forma muito precária. Tem dia que o motorista fala assim oh: ah vou lá até o ponto final, o dia que ele cisma de ir ele vai, o dia que não quer ir ele não vai. (Entrevistado A, julho de 2021);*

*No núcleo 5 não tem transporte, quem tem condução anda de condução quem não tem condução ou anda a pé ou tem que pegar carona, é muito difícil. (Entrevistado J, agosto de 2021);*

*No núcleo 1, só tem transporte em uma parte, só por 5 quilômetros. (Entrevistado M, dezembro de 2021);*

*Não tem transporte público que passe dentro do assentamento, o transporte passa por um determinado ponto. Anda muito, circula só de três a quatro vezes por dia, no núcleo 3 é muito ruim. (Entrevistada E, maio 2022).*

A escassez do transporte foi destacada também nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais. O direito a essa política, descrito na Constituição como sendo fundamental, é precário nas terras do Zumbi. Para estas profissionais, a ineficácia do transporte afeta os atendimentos do assentamento, o qual pertence as duas cidades do estado do Rio de Janeiro que possuem ampla dimensão territorial. De acordo com o IBGE (2021)<sup>72</sup>, o município de São Francisco do Itabapoana possui uma área de 1.118,037 km<sup>2</sup>. Sobre essa extensão de terras, foi dito que:

*Existe muita dificuldade no transporte para os usuários acessarem ao Creas de São Francisco, que é a quinta maior cidade do estado do Rio de Janeiro em extensão territorial. A passagem custa no mínimo seis reais. Para receberem atendimento no Creas, o usuário gasta em torno de vinte reais. (Entrevistada F, abril de 2022);*

*Por conta da dificuldade de transporte, no Zumbi quase não tem atendimento. (Entrevistada R, janeiro de 2022).*

A Política Nacional de Assistência Social foi regulamentada no ano de 2004, no governo de Lula. O principal objetivo dessa política foi o de implementar o Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional. O Suas é um requisito essencial da Lei Orgânica de Assistência Social para dar efetividade a assistência enquanto política pública. A Pnas “expressa exatamente a materialidade do conteúdo

<sup>72</sup>Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados> Acesso em: 20 jul. 2022.

da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da seguridade social”. (CFESS, 2004, p. 11).

No assentamento Zumbi, a partir das entrevistas realizadas com os assentados e assistentes sociais, foi constatado que a política de assistência é escassa no assentamento. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, “a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos, vulnerabilidades se constituem”. (CFESS, 2004, p. 15).

No entanto, os assentados possuem dificuldades para acessarem as políticas sociais de assistência. Antes do início das entrevistas, para saber qual Cras e Creas atendia ao núcleo 5, a pesquisadora procurou atendimento via telefone na Secretaria de Assistência social do município de São Francisco do Itabapoana. Na ligação foi dito que não conheciam o referido assentamento, que nunca tinham ouvido falar no Zumbi. Após algumas ligações, foi relatado pela pesquisadora que os assentados do núcleo 5 disseram que possuíam atendimento do Cras municipal e, que, portanto, deveriam ter o assentamento como territorialidade de atendimento.

Após alguns meses de tentativas, foi possível entrevistar as assistentes sociais do Cras e Creas do município. Do Centro de Referência de Assistência Social, apenas uma assistente social realizava atendimento no Zumbi e disse que não conhecia o assentamento, pois achava que o assentamento era um bairro rural do município e que não se lembrou do local por nunca ter realizado visita domiciliar. Ela disse que o atendimento é muito escasso para os assentados do Zumbi, relatou que:

*Nós não temos uma participação muito ativa lá no assentamento, por isso acho que não conseguirei contribuir muito. Eles são afastados. Territorialmente o assentamento é muito longe, muito afastado e nós temos a dificuldade lá de trabalho de carro. Nem sempre tem carro disponível para fazer a visita e aí acaba afastando, eles não vão lá. Não conseguem ir pela distância e a gente tem muita dificuldade de ir até lá. Só vamos quando somos solicitados ou tem alguma campanha de entrega de alimentos. Eu nunca fui nesse assentamento, temos muita dificuldade de acesso. São poucos usuários que tem lá e eles não vão há muito tempo... Aí depois que você pediu a entrevista eu fui pensar... caraca eles não vão e nem nós vamos até eles e a secretária tem só 3 carros que nunca estão disponíveis. Temos dois dias de visitas, mas não é certo. Não fazemos o acompanhamento que deveríamos fazer. (Entrevistada F, janeiro de 2022).*

Os princípios da Pnas não estão sendo colocados em prática. As condições de trabalho dos assistentes sociais contribuem para que a política nacional não seja

implementada como deveria ser, a falta de veículo por parte das prefeituras inviabiliza as visitas domiciliares<sup>73</sup>, instrumento de trabalho importante das assistentes sociais.

Entre os princípios da Pnas (2004, p. 32) estão: “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais” e “divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão”, artigos 4º e 5º, respectivamente.

As políticas sociais são escassas no assentamento, há preocupação dos assentados com a falta de segurança, da não realização da coleta de lixo, do pouco acesso à política de saúde, transporte, assistência etc. Diante da ineficácia das políticas, movimentos sociais e religiosos se juntam aos assentados na tentativa de que os direitos sociais sejam garantidos.

---

<sup>73</sup> “É uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio”. (SAMARO, 2014, p. 19).

## 5 CONCLUSÃO

Os sem terras, além da luta diária na tentativa de rompimento das cercas materiais do latifúndio, também se veem com o desafio de irromperem outras “cercas” (intangíveis), que os privam e os limitam de terem os seus direitos sociais garantidos. Não é apenas uma questão de acesso à terra, mas do acesso às políticas sociais capazes de permitir a produção de alimentos e as condições de sobrevivências nas territorialidades construídas pelos povos do campo. Nesse sentido, os assentados do Zumbi precisam ser sujeitos das políticas sociais; por este motivo, foram relevantes as análises sobre a estruturação e importância das políticas no Brasil diante do caráter estrutural da crise do capital.

O enfrentamento das questões social e agrária no Brasil se faz pelas lutas sociais, cujo objetivo é fazer com que haja a consolidação dos direitos sociais. Uma das formas de garanti-los é por meio da implementação de políticas sociais, tratadas no trabalho sob uma perspectiva crítica. Levou-se em consideração o papel regulatório, mas também a importância que as políticas possuem na vida cotidiana dos sujeitos. A focalização e a redução das políticas sociais e a intensa tentativa de criminalização do MST pelo conservadorismo que se encontra no poder político fazem com que as expressões da questão social se tornem ainda mais intensas para os assentados do Zumbi dos Palmares.

Os ataques aos diversos direitos conquistados, dos quais é interessante citar: o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a interrupção de investimentos em infraestruturas, acesso aos créditos e a “descontinuação” do Incra fazem com que os povos do campo fiquem retraídos. Diante deste cenário, a coletivização pode ser o caminho para se pensar em alternativas à substituição da mercadorização da vida societária.

A partir das análises das entrevistas com os assentados e com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra foi constatado que existe uma ascensão da influência religiosa das igrejas neopentecostais situadas no Zumbi e há uma diminuição constante da influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no que diz respeito às organicidades.

Nas entrevistas feitas com as assistentes sociais do Cras e do Creas dos municípios de Campos dos Goytacazes e de São Francisco do Itabapoana foram relatadas que as políticas sociais não estão sendo garantidas em sua integralidade

aos assentados do Zumbi. Os direitos sociais elementares, explicitados na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional de Assistência Social, estão sendo relativizados. A ineficácia do transporte, a falta de implementação da Educação do Campo, a dificuldade de acesso à saúde pública e a não efetivação da Política Nacional de Assistência Social faz com que a luta dos assentados de reforma agrária no Zumbi se torne constante. No entanto, ao não se ter a realização de encontros mensais e tomadas de decisões coletivas, como orienta o próprio MST, as ações no Zumbi tendem a se tornar ainda mais enfraquecidas. É importante destacar que o transporte escasso e a distância entre os núcleos contribuem também nesse quesito.

Como aspecto conclusivo o estudo do significado das questões agrária e social no Brasil foram relevantes para se entender a importância da garantia das políticas sociais para os povos do campo e o papel das interferências estatais. Diante da reprodução das desigualdades sociais no Brasil se elucida as resistências firmadas pelo MST ao longo dos anos.

Frente ao histórico de uso/exploração das terras na Região Norte Fluminense pelo latifúndio, o processo de desapropriação ocorrida nas terras da antiga Usina São João se deu a materialização da perspectiva de alternativa democrática ao latifúndio, ao *modus operandi* da elite rural. No entanto, não se resolve a questão agrária somente pela distribuição de terras. É necessária a implementação de políticas sociais capazes de alterar as condições de vida dos assentados.

Por fim, as análises feitas sobre as políticas sociais que os assentados do Zumbi conseguem acessar por meio da assistência social; as influências religiosas no assentamento devido ao aumento do número de igrejas neopentecostais nos núcleos e a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em um contexto de tentativas de inviabilização dos direitos sociais, compõem um mosaico identitário do assentamento Zumbi dos Palmares.

Analisar e contribuir para se pensar nas lutas cotidianas em um cenário de desmontes das políticas sociais, além de estratégico, é fundamental para que os povos do campo não tenham suas vidas desestruturadas por completo e sejam ainda mais marginalizadas como foram em um passado não tão remoto.

Para os assentados do Zumbi, a exploração de outrora ainda se faz presente na vida cotidiana. Os danos provocados pelas usinas em Campos, que deveria ser

dos Goitacás<sup>74</sup>, além dos desgastes emocionais, deixou marcas físicas nos corpos dos explorados trabalhadores do corte de cana. Os resquícios do trabalho análogo ao escravo, cometidos por alguns herdeiros dos senhores da “Casa Grande<sup>75</sup>” em tempos recentes de “liberdade”, apareceram nas análises das entrevistas. Por causa do histórico imputado aos trabalhadores, que não tiveram oportunidades de escolher<sup>76</sup> as suas forças produtivas, a vida ainda se faz Severina<sup>77</sup>.

As experiências comunitárias presentes nos assentamentos rurais não deveriam ser desprezadas, pois há negação dos direitos sociais quando o *ethos* comunitário é desvalorizado. Os significados das lutas do Zumbi<sup>78</sup>, que outrora era dos Palmares de Alagoas, continuam sendo as resistências... quiçá enfraquecidas, mas ainda capazes de reproduzirem Zumbis.

Por causa da crise estrutural do capital é interessante pensarmos em alternativas para além do capital. Este sistema é capaz de gerar ainda mais mortes nas vivacidades do ser, o qual passa a ser cada vez mais “Severino”. A destruição do meio ambiente gerada pela ganância do negócio do agro faz com que os recursos naturais se tornem ainda mais finitos, escassos e contaminados.

Contudo, novas formas de lutas estão sendo criadas para o enfrentamento da questão agrária (que nunca deixou de ser estratégica no Brasil). A análise crítica das políticas sociais gestadas pelos governos federais, desde o período da criação do assentamento Zumbi dos Palmares, foi importante para se entender a questão da negação dos direitos aos povos do campo.

As vivacidades presentes nas falas e olhares dos assentados entrevistados ao discorrerem sobre as conquistas das terras das antigas fazendas da Usina São João, apesar dos percalços ocasionados pelo turbulento cenário econômico, político, social

---

<sup>74</sup> Refere-se ao grupo indígena da etnia Goitacá, habitantes nativos da região em que se formou a cidade denominada de Campos dos Goytacazes.

<sup>75</sup> Expressão utilizada pelo sociólogo Gilberto Freyre no livro “Casa Grande e Senzala”. O autor fez alusão ao termo para se referir à moradia da família dos grandes proprietários rurais na época do Brasil Colonial. Em contrapartida, no entorno do varandão da fazenda, encontravam-se os escravos que eram obrigados a colocar-se à disposição para servir aos seus senhores. (FREYRE, 2006).

<sup>76</sup> De acordo com Marx (1996), a vida que determina a consciência do ser, o que significa dizer que não somos livres para escolher as nossas forças produtivas, elas são condicionadas pelo sistema produtor e reproduzidor de mercadorias.

<sup>77</sup> Referência ao poema Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, escrito no ano de 1955. O poeta e diplomata pernambucano criticava a severidade imposta à vida dos trabalhadores.

<sup>78</sup> Referência ao “Zumbi, líder da resistência negra no século XVII, quando se organizaram muitos quilombos em todo o país. Zumbi comandou o Quilombo de Palmares (AL). Foi assassinado por tropas da Coroa Portuguesa em 1695”. (STÉDILE e FERNANDES, 2005, p. 64).

e de saúde pública permitiram a reflexão de que, em tempos de destruição, há esperanças.

Nas entrevistas realizadas, os assentados demonstraram saber que possuem direitos e que apesar de haver negligenciamento, frisaram que a luta é muito importante para a conquista e garantia de direitos sociais. Foi constatado que há diminuição do acesso às políticas sociais, mas que também há luta para que sejam realizadas mudanças. A esperança como sinônimo de luta precisa ser mantida e como nos relembra Freire: “não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” (FREIRE, 1997, p. 70). É necessário “esperançar”, de lutar, trata-se de uma necessidade ontológica diante da banalização da vida dos povos do campo.

Partindo dessas corroborações, refletimos que o sentido da existência do ser precisa ser respeitado e a vida garantida. A vida não pode simplesmente tornar-se vazia. No momento em que o combatente é abatido, a humanidade vai se perdendo e, assim, há perda da moralidade humanitária além de perdas das combatentes vidas “Marias” e “Severinas”. As dissoluções das vivências sociais, dos “costumes em comuns<sup>79</sup>” e do *ethos* comunitário que ainda restam ao ser não podem ser exterminados pela delegação daqueles que insistem em criminalizar estrategicamente os movimentos sociais.

---

<sup>79</sup> Expressão utilizada pelo historiador Ernest Palmer Thompson (2015) para designar o conjunto de saberes que se expressavam por meio da cultura, formas de vida e experiências partilhadas em contraposição às inovações que ocorriam no campo, na Europa, nos séculos XVIII e XIX. Os direitos costumeiros dos povos e as formas de trabalho e lazer que aconteciam por meio de trocas comunitárias foram substituídos por formas tidas como “inovadoras e modernas”. Por isso em nome da moral do seu povo, resistiram às mudanças que ocorriam no campo.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, Niterói, ano VII, n. 13, p. 49-70, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13501> Acesso em: 20 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, jan./jun. 2011a. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/426> Acesso em: 20 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. *In*: PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P.; KURY, K. A. (org.). **Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011b. p. 19-56.

\_\_\_\_\_. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI. *In*: **Observatorio Geográfico de América Latina**, 2015, p. 1-15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf> Acesso em: 20 abr. 2022.

ALMEIDA, J. A. de.; WELLEN, H. Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018, p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22950> Acesso em: 5 nov. 2021.

ALVES, C. Vida, luta e morte de João Pedro Teixeira – 58 anos de seu impune assassinato. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/04/06/vida-luta-e-morte-de-joao-pedro-teixeira-58-anos-de-seu-impune-assassinato>. Acesso em: 1 jun. 2021.

ANDRADE, C. D. de. **A rosa do povo**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 214 p.  
\_\_\_\_\_. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 88 p.

BALDI, F.; ORSO, P. J. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST- Educação em Movimento. **Revista Histdb**, Campinas, n. 50, especial, p. 275-285, maio 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Notebook/Downloads/8640308-Texto%20do%20artigo-10867-1-10-20150902%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Notebook/Downloads/8640308-Texto%20do%20artigo-10867-1-10-20150902%20(1).pdf) Acesso em: 20 maio 2021.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA. **Relatório Dataluta Brasil**. São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/> Acesso em: 17 maio 2022.

BARBOSA, C. Condenados por massacre de Carajás cumprem pena em liberdade e têm apoio de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/condenados-por-massacre-de-carajas-cumprem-pena-em-liberdade-e-tem-apoio-de-bolsonaro> Acesso em: 15 maio 2021.

BARREIRA, C. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, ano 13, n. 4, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/DMzk4kK3gwRPCpQ5DkWjs8v/?lang=pt> Acesso em: 20 mar. 2021.

BARTLETT, L., VAVRUS, F. Estudos de Caso Comparado. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 899-922, jul./set., 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/68636> Acesso em: 20 jun. 2022.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 304 p.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de política social. *In*: MOTA, A. E. *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, cap. 2, p. 13-39.

\_\_\_\_\_. **Política social no capitalismo tardio**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 199 p.

\_\_\_\_\_.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 280 p.

BOTELHO, T. M. **Serviço social e comunidades: experiências de atuação e perspectivas de re(atualização) crítica**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 15 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931**. Estabelece a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada, e dá outras providências, Brasília, DF, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19717-20-fevereiro-1931-518991-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 22.789, de 1º de junho de 1933**. Cria o Instituto de Açúcar e Alcool e dá outras providências, Brasília, DF, 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22789-1-junho-1933-503228-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.855, de 21 de novembro de 1941.** Institui o Estatuto da Lavoura Canavieira, Brasília, DF, 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del3855.htm#:~:text=DEL3855&text=D ECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%203855%2C%20DE%2021%20DE%20NOVEMB RO%20DE%201941.&text=DOS%20FORNECEDORES,Art.,tr%C3%AAs%20ou%20 mais%20safras%20consecutivas](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del3855.htm#:~:text=DEL3855&text=D ECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%203855%2C%20DE%2021%20DE%20NOVEMB RO%20DE%201941.&text=DOS%20FORNECEDORES,Art.,tr%C3%AAs%20ou%20 mais%20safras%20consecutivas). Acesso em 15 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 1.878 – A, de 13 de dezembro de 1962,** Brasília, DF, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dcm/dcm1878-A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm1878-A.htm) Acesso em: 5 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 55.889 de 31 de março de 1965.** Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Brasília, DF, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55889-31-marco-1965-396177-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 30 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 55.890 de 31 de março de 1965.** Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55890-31-marco-1965-396182-norma-pe.html> Acesso em: 13 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 64.852 de 21 de julho de 1969.** Regulamenta o Decreto-Lei n. 582, de 15 de maio de 1969, na parte referente ao Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera), Brasília, DF, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64852-21-julho-1969-406249-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 6 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970.** Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências, Brasília, DF, 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm) Acesso em: 20 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 76.593, de 14 de novembro de 1975.** Institui o Programa Nacional do Alcool e, dá outras providências, Brasília, DF, 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 91.766, de 1985.** Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, e, dá outras providências, Brasília, DF, 1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1985/D91766.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html) Acesso em: 15 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências, Brasília, DF, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/4504.htm) Acesso em: 17 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III,

Título VII, da Constituição Federal, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8629&ano=1993&ato=6a4ATTU5ENFpWT108> Acesso em: 6 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, Brasília, DF, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm) Acesso em: 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 27 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n. 93, de 4 de fevereiro de 1998.** Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra e, dá outras providências, Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm) Acesso em: 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e, dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=A3EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&filename=LegislacaoCitada+-PL+6680/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&filename=LegislacaoCitada+-PL+6680/2009) Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003.** Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo, Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.803.htm#art149](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm#art149) Acesso em: 16 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994 e, dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm) Acesso em: 15 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências, Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,1993%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,1993%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.465, de 11 de junho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm) Acesso em: 19 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória n. 2.109-52, de 24 de maio de 2001.** Ementa: Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2109-52-24-maio-2001-341094-norma-pe.html> Acesso em: 10 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. **Paralelo 15, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento.** Brasília: MDA, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Participação Social, uma evolução da democracia em benefício de todos. **Informe Controle Social: Bolsa Família**, n. 13, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/informe\\_controle\\_social/Informe%2013.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2013.pdf) Acesso em: 16 nov. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 3-23, abr. 1991. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.

BRUNO, R. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista. **Texto de Conjuntura**, n. 9, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura - OPPA. Rio de Janeiro, 2015. 23 p. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Texto%20de%20conjuntura%2009%20-%20Regina%20BRUNO> Acesso em: 30 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 1-43, jun./set. 2021, Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2\\_09\\_fpa](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_09_fpa) Acesso em: 29 jun. 2022.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. *In*: CALDART, R. S; ALENTEJANO, P. (org.). **MST: universidade e pesquisa.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 143-172.

CARCANHOLLO, M. D. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do Consenso de Washington. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 133-161, out. 2009. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10901/6483>

Acesso em: 21 jan. 2022.

CARCANHOLO, R. A. *et al.* (org). **Capital: essência e aparência**, 1ª ed., v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 169 p.

\_\_\_\_\_; SABADINI, M. de S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da SEP**, Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 24, p. 66-84, jun. 2009.

CARDOSO, M. de F. M. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. São Paulo: LCTE, 2008.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756> Acesso em: 12 mar. 2020.

CARVALHO, A. GONÇALVES, J. **Reforma Agrária (de acordo com a Constituição Federal de 1988)**. 8ª ed. Belo Horizonte: Lê editora, 1988.

COELHO, F. **Entre o bem e o mau: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010)**. 2014. 440 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

COIMBRA, J. de A. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. *In*: JÚNIOR PHILIPPI, A.; TUCCI, C. E. M., HOGAN, D. J. **Interdisciplinaridades em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. p. 52-70.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no campo: histórico**, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico> Acesso em: 20 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Balanco da questão agrária no Brasil – 2020**, mar. 2021. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5446-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-2020> Acesso em: 21 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Jornal Pastoral da Terra**, edição especial, ano 45, n. 249, 16 p., 2021.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo - Brasil 2021**. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Reimpresso em março de 2010.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** 3. Série – Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, 2014. 66 p. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf) Acesso em: 10 abr. 2022.

DELGADO, G. C. **O que significa agronegócio no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006.

DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 6ª ed., v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2015. 118 p.

DEW, E. Samba revolucionário: a revolta agrária que quase todo mundo apoia, 2011. *In:* PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P. KURY, K. A. **Descontruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 57-74.

DORZIAT, L. O preço da produtividade: uma história de violências no campo. *In:* BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão. **A reforma agrária e o sistema de justiça.** Brasília, 2019. p. 40-68. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019> Acesso em: 13 ago. 2021.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12682](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682) Acesso em: 15 maio 2020.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Gasto com a dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021.** Site da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, fev. 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021> Acesso em: 25 abr. 2022.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979–1999).** 1999. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Biblioteca Digital do Planejamento,** 2004. 57 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/564> Acesso em: 16 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim Dataluta**, São Paulo, p. 1-10, dez. 2008. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf) Acesso em: 8 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**, v. 1. Tese (livre docência). 873 f. Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes\\_bm\\_ld\\_prud.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1) Acesso em: 17 ago. 2021.

FERREIRA, A. P. **Usina São João: história, memória e patrimônio no ensino da história**. 2016. 383 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/profhistoria/producao-academica/2016/usina-sao-joao-historia-memoria-e-patrimonio-no-ensino-de-historia/view> Acesso em: 10 jan. 2022.

FERREIRA, J. de S.; GOMES, L. D. **O papel da CPT (Comissão Pastoral da Terra) na formação socioeducativa dos sem-terra de Campos dos Goytacazes**. 2008. 73 f. Monografia (Licenciatura em Geografia), Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes, 2008.

FRANCISCO, W. C. e. Proálcool. **Brasil Escola, 2022**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/proalcool.htm> Acesso em: 10 maio 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global ed., 2006. 728 p.

FRIGOTO, G. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. *In*: CALDART, R. S; ALENTEJANO P. (org.). **MST: Universidade e Pesquisa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 109-136.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 49ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2002. 57 p.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98,

2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/issue/view/25> Acesso em: 17 abr. 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108. (Coleção Temas Sociais).

GONÇALVES, C. W. P. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 7-40, 1988. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12681>. Acesso em: 10 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *et al.* A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **Okara: geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 708-730, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129> Acesso em: 19 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 22, n. 2, p. 103-132, set. 2020. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/687>. Acesso em: 20 out. 2021.

GONÇALVES JÚNIOR, V. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no senado, 2014. **Senado notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado> Acesso em: 11 maio 2021.

GONÇALVES, R. de M.; CRUZ, R. P da. Ação sindical e o regime militar: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes entre as décadas de 1960 e 1980. *In*: MEDEIROS, L. S. de. **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 525-556.

HAESBART, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, ano II, p. 9-32, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 495 p.

\_\_\_\_\_. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. 328 p.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 380 p.

IAMAMOTO, M. V.; COSTA, A. M. A. da. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2016, p. 1-13, 2016.

\_\_\_\_\_. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985). *In*: MEDEIROS, L. S. de. **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 557-602. Disponível em: <https://pedlowski.files.wordpress.com/2021/04/ditadura-conflito-e-repressao-no-campo-resistencia-camponesa-no-rj.pdf> Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**, 21 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773\\_cap2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf) Acesso em 10 jun. 2022.

LEITE, V. R.; PEDLOWSKI, M. A.; HADDAD, L. N. Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na Região Norte Fluminense. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, p. 136-146, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br> Acesso em: 20 abr. 2021.

LEWIN, H. (org.); RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. e. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. Faperj, 7 letras. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2005.

LUSTOSA, O. P. M. das G. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012. 317 p.

MAGALHÃES, M. No coração da reforma agrária. Prefácio. *In*: **Desconstruindo o latifúndio**: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 7-13.

MARCONI, M de. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003. 310 p.

MARTINS, M. M. **Corumbiara**: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/294853508.pdf> Acesso em: 15 jun. 2021.

MARX, K. **O Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, livro 1, v. 1, tomo 1, 1996. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, livro 2, v. 1, tomo 1, 1996. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 6ª reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MATHIAS, G.; SALAMA, P. **O Estado superdesenvolvido**: das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEDEIROS, L. S. de.; Verbetes "Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)". *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico CPDOC**, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria-incra> Acesso em: 5 nov. 2021.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, B. J. de. Verbetes "Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)". *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico CPDOC**., 2020a. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=Instituto+Brasileiro+de+Reforma+Agr%C3%A1ria+\(IBRA\)&oq=inst&aqs=chrome.2.69i59l3j69i57j0i131i433i512l2j69i60l2.3645j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=Instituto+Brasileiro+de+Reforma+Agr%C3%A1ria+(IBRA)&oq=inst&aqs=chrome.2.69i59l3j69i57j0i131i433i512l2j69i60l2.3645j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8) Acesso em: 6 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Verbetes "Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda)". *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico CPDOC**., 2020b. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrario-inda> Acesso em: 5 nov. 2021.

MELO NETO, J. C de. **Morte e vida severina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007. 176 p.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus - formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? Rio de Janeiro: **Praia Vermelha**, n. 18, p. 1-22, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Notebook/Downloads/texto\\_menegat%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Notebook/Downloads/texto_menegat%20(1).pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1096 p.

MINAYO, M. C. de S. (org.); GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 108 p. (Coleção Temas Sociais).

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. O massacre de Eldorado dos Carajás - Pará/Brasil. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 32,

1999a. Disponível em:

<file:///C:/Users/Notebook/Downloads/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2032.pdf> Acesso em: 28 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Os mesmos vícios do passado. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano IV, n. 48, out./nov. 1985. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra> Acesso em: 10 jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. Continuamos em marcha contra o neoliberalismo. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano XV, n. 168, abr./maio 1997. Disponível em: <https://mst.org.br/download/jornal-sem-terra-no-168-1997/> Acesso em: 20 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Governo FHC ataca o MST para não fazer reforma agrária. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano XVII, n. 189, maio 1999b. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/> Acesso em: 15 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Nossa tarefa de lutar. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano XXI, n. 229, maio 2003. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/> Acesso em: 21 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. É preciso agilizar a reforma agrária. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano XXII, n. 233, set. 2003. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/> Acesso em: 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Agronegócio: o pior negócio para os brasileiros. **Jornal Sem Terra**. São Paulo, ano XXIII, n. 250, abr. 2005. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra> Acesso em: 15 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Programa Agrário do MST. *In*: MST. **VI Congresso Nacional do MST: lutar, construir a reforma agrária popular!** São Paulo: Secretaria Nacional, fev. 2014.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. **Estudo de caso - a luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro**: a formação de assentamentos de reforma agrária, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://porlatierra.org/docs/eec9ad2181b84ec5adb749dd0adeb2f7.pdf> Acesso em: 8 jun. 2022.

NASCIMENTO, G. Evangélicos estão tomando o lugar dos católicos no MST do Rio. **The Intercept Brasil**, p.1-15, 15 fev. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/02/15/evangelicos-estao-tomando-o-lugar-dos-catolicos-no-mst-do-rio/> Acesso em: 20 mar. 2021.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 p.

\_\_\_\_\_. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: Eduff, 1997. 364 p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15075> Acesso em: 10 jan. 2022.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, p. 1-5, 2010. Disponível em: [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt) Acesso em: 12 maio 2021.

OLIVEIRA, C. Tentativa de criminalizar o MST é denunciada no Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/05/tentativa-criminalizacao-do-mst-e-denunciada-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu> Acesso em: 29 maio 2021.

PACKER, L. Economia verde é “falácia miraculosa” para tempos de destruição. **Brasil de Fato**, São Paulo, set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/economia-verde-e-falacia-miraculosa-para-tempos-de-destruicao-diz-larissa-packer> Acesso em: 2 out. 2021.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. *In: Seminário Nacional do Estado e Políticas Sociais no Brasil*, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), Cascavel/PR, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. 334 p.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**. Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, jun. 2012. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo\\_201608060404028661510.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo_201608060404028661510.pdf) Acesso em: 20 jul. 2020.

PEDLOWSKI, M. A. Os limites da reforma agrária desassistida na Região Norte do estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados. *In: PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P. KURY, K. A. Desconstruindo o latifúndio: a saga da Reforma Agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 119-136.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 161 p.

\_\_\_\_\_. Utopias desenvolvimentistas e Política Social no Brasil. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Estudos Políticos**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 461-481, 2014. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/revista\\_estudos\\_politicos/article/view/38909](https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38909) Acesso em: 20 jan. 2021.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 46ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 280 p.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PY, F.; PEDLOWSKI, M. A. Pentecostalização assentada no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 52, n. 3, p. 829-852, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/LMch3RcxnWhFyJYDRxW5BzM/abstract/?lang=pt>  
Acesso em: 20 jul. 2021.

QUINTAS, J. S. O Pescarte e as condições estruturantes da educação ambiental na gestão ambiental pública. *In*: TIMÓTEO, G. M. **Educação Ambiental com Participação Popular**: avançando na gestão democrática do ambiente. 2ª ed., revista e ampliada. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2019. cap. 1, p. 12-92.

SABADINI, M. de S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 583-608, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/NJbVMkK6HNCFXVCbPMzi54v/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 5 jun. 2020.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMARO, S. **Visita domiciliar**: teoria e prática. 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. *In*: PAULA, J. A. **Adeus ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, E. V. M.; LIMA, M. do S. B. de. O rural no norte fluminense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA AMPEGE/16: a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação de 9 a 12 de outubro, São Paulo, 2015, p. 2828-2839. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/9/272.pdf> Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. v. 6. São Paulo: Cortez, 2012. 272 p. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. 244 p. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. G. A pedagogia do MST e a pedagogia da alternância como modelos para a Educação do Campo: distanciamentos e aproximações com o Projeto Político Pedagógico de uma escola do meio rural de Jequiré – Bahia. **Caderno Temático do II SIEC**, n. 10, ano v, 2016.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes**, v. 1, n. 1, p. 10-31, Campina Grande, jan./jun. 2002. Disponível em:

<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175> Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, I. K. dos S. **A reforma agrária no governo Dilma**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, v. 18, 2001. 112 p. (Coleção Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. São Paulo: Unicamp, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 215-237, Vitória, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3094> Acesso em: 18 ago. 2021.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 118 p. (Questões da nossa época).

SPINIELLI, A. L. P. Luta pela terra: reforma agrária, movimentos sociais e a resposta político-institucional. *In*: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão. **A reforma agrária e o sistema de justiça**. Brasília, 2019. p. 40-68. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019> Acesso em: 13 ago. 2021.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual. 10ª ed. Coord. Wanderley Laconte, 1997. 71 p.

\_\_\_\_\_. Lei de Terras n. 601, de 18 de setembro de 1850. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **Questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1, p. 283-291.

\_\_\_\_\_. Concentração de terra e renda no Brasil e a possibilidade de luta pela reforma agrária. Entrevistador: Juca Kfourri. 18 fev. 2020a. **Entre Vistas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n8LjpyETA4> Acesso em: 5 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária. Entrevistador: Fernando Haddad. 16 mar. 2020b. **Painel Haddad**. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=YeMdCWEwJ\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=YeMdCWEwJ_U) Acesso em: 5 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária popular. Entrevistador: Pedro Stropasolas. **Brasil de Fato Entrevista**. 5 jun. 2020c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pt1LrlpNdNU> Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 168 p. Disponível em: <https://mst.org.br/download/brava-gente-a-trajetoria-do-mst-e-a-luta-pela-terra-no-brasil/> Acesso em: 10 jun. 2022.

SZMRECSÁNYI, T.; SÁ, A. C. Verbetes “Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA”. *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico CPDOC.**, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa> Acesso em: 6 de jan. 2022.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. 8ª reimpres. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa – 1**: a árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 255 p.

VIEIRA, R. R. M. **A influência dos fatores endógenos e exógenos na alocação de recursos financeiros dos beneficiários da reforma agrária**: um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ. 2003. 82 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 677-693, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.004>. Acesso em: 19 maio 2020.

ZIBECHI, R.; MACHADO, D. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 160 p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está convidado a participar da pesquisa sobre o assentamento Zumbi dos Palmares, desenvolvida pela pesquisadora Thaynara Moreira Botelho, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Uenf, em Campos dos Goytacazes/RJ. Sua participação não é obrigatória e ocorrerá por meio de entrevista, fornecendo informações referentes à temática destacada anteriormente. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. As informações obtidas por meio da pesquisa serão confidenciais e seu arquivamento será feito pela pesquisadora. Os dados coletados serão analisados e poderão ser publicados de modo a propiciar um processo de divulgação e debate dos resultados obtidos. Essa divulgação não ameaçará o sigilo das informações uma vez que serão identificadas por letras. Somente serão identificados os sujeitos que manifestarem autorização nesse sentido, o mesmo ocorrendo com as imagens pessoais, registradas por meio de fotos e/ou filmagens. Uma cópia final da tese ficará disponível na instituição, sua colaboração é importante para o desenvolvimento da pesquisa. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos. Participar desta pesquisa não implicará em nenhum custo para você e, como voluntário, não receberá nenhum valor em dinheiro como compensação pela participação. Você receberá uma cópia deste termo e poderá esclarecer qualquer dúvida com a pesquisadora.

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que entendi a proposta da pesquisa e aceito participar da entrevista. Esclareço também que:

- Permito a utilização e divulgação de fotos com imagens pessoais e/ou cedidas por mim.  
 Não permito.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura da (o) entrevistada (o)

---

Assinatura da pesquisadora

---

Testemunha

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada direcionado aos assentados  
do Zumbi dos Palmares**

**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

**Pesquisadora:** Thaynara Moreira Botelho.

**1- Identificação**

1.1) Idade

- a) ( ) De 18 a 29 anos.
- b) ( ) De 30 a 39 anos.
- c) ( ) De 40 a 49 anos.
- d) ( ) De 50 a 59 anos.
- e) ( ) A partir de 60 anos.

1.2) Sexo:

- a) ( ) Feminino.
- b) ( ) Masculino.
- c) ( ) Outro \_\_\_\_\_.

1.3) Núcleo em que reside:

- a) ( ) 1.
- b) ( ) 2.
- c) ( ) 3.
- d) ( ) 4.
- e) ( ) 5.

1.4) Sabe responder quantos lotes existem nesse núcleo?

---

---

1.5) Em que ano se mudou para o assentamento:

---

1.6) Quantas pessoas residem no seu lote?

---



---

## 2- Tipos de produção e escoamento

2.1) Quais são os produtos comercializados neste núcleo:

---



---



---

2.2) O que são produzidos no lote em que reside?

---



---



---

2.3) Conseguem escoar todos os alimentos que produzem?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

2.4) O escoamento de produção acontece por meio de:

a) ( ) Participação em feiras.

b) ( ) Venda para atravessadores/intermediadores.

c) ( ) Venda para pessoas que vão ao assentamento.

d) ( ) Trocas entre os comunitários.

e) ( ) Cooperativa.

f) ( ) Associação. Qual? \_\_\_\_\_.

g) ( ) Outras. Quais? \_\_\_\_\_.

2.5) Possui veículo para o transporte de alimentos?

a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_.

b) ( ) Não.

## 3- Relação com movimentos sociais e/ou religiosos

3.1) Já fez ou faz parte de algum movimento social? Caso sim, qual (is) e por quanto tempo?

---

---

3.2) Já fez ou faz parte de algum movimento religioso? Caso sim, qual (is) e por quanto tempo?

---

---

3.3) Na sua visão, o assentamento possui influência de algum grupo religioso e/ou de algum movimento social? Caso sim, essa influência começou a partir de quando?

---

---

---

#### **4 - Estruturação e organicidade no assentamento**

4.1) Existem reuniões com a participação dos núcleos para discutir quais ações precisam ser implementadas em prol do assentamento? Caso sim, elas ocorrem de quanto em quanto tempo?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não. Por quê?

---

---

---

4.2) O núcleo em que reside possui saneamento básico?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não. O que falta?

---

---

4.3) Há estratégias de resistências diante das dificuldades no acesso às políticas públicas?

---

---

---

4.4) A mobilização para o processo organizativo das lutas ocorre por meio das:

- a) ( ) Lideranças.
- b) ( ) Comunidade.
- c) ( ) Movimento Social. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- d) ( ) Igreja. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- e) ( ) Núcleo. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- f) ( ) Cooperativa. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- g) ( ) Associação. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- h) ( ) Outros. Qual (is)? \_\_\_\_\_.

4.5) Há espaços coletivos de lazer? Organizam festas e atividades culturais?

---

---

---

4.6) Faz parte de algum coletivo, cooperativa ou associação dentro do assentamento?

- a) ( ) Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- b) ( ) Não.

4.7) Já participou de algum edital de seleção de fomento para produção?

- a) ( ) Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- b) ( ) Não.

4.8) Conhece a Coopescamp?

- a) ( ) Sim. Qual a importância dessa cooperativa para o assentamento?
- b) ( ) Não.

## **5 – Políticas Sociais.**

5.1) Há mobilizações coletivas em prol da garantia de direitos sociais? Poderia falar um pouco sobre essa questão?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não.

---

---

---

---

5.2) Já conseguiu participar de projetos públicos direcionados aos assentamentos rurais?

a) ( ) Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_

b) ( ) Não.

5.3) Tem cadastro no CadÚnico?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não.

5.4) Quais políticas públicas existem no assentamento?

a) ( ) Segurança.

b) ( ) Cultura/lazer.

c) ( ) Transporte.

d) ( ) Saúde.

e) ( ) Educação.

f) ( ) Outras.

5.5) Quais editais de políticas públicas direcionados aos assentados tem conhecimento? Já foi contemplado por algum?

---

---

---

5.6) Houve diminuição ou aumento da publicação de editais com as mudanças governamentais na esfera federal?

a) ( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_

b) ( ) Não.

5.7) Conheceu o Programa de Assentamento e Igualdade Racial?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não.

Caso sim, participou de oficinas? Recebeu visitas de técnicos do Emater? Como avalia o programa?

---

---

---

5.8) Há linhas de transporte público no núcleo em que reside?

a) ( ) Sim.

b) ( ) Não.

5.9) Gostaria de falar sobre alguma questão não explicitada nas perguntas anteriores?

a) ( ) Sim.

---

---

---

---

b) ( ) Não.

Agradecimentos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Pesquisadora: Thaynara Moreira Botelho.

**Observações:**

---

---

---

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada direcionado aos líderes ou ex-líderes do MST no estado do Rio de Janeiro**

**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

**Pesquisadora:** Thaynara Moreira Botelho.

**1 – Identificação**

1.1) Idade

- a) ( ) De 18 a 29 anos.
- b) ( ) De 30 a 39 anos.
- c) ( ) De 40 a 49 anos.
- d) ( ) De 50 a 59 anos.
- e) ( ) A partir de 60 anos.

1.2) Sexo:

- a) ( ) Feminino.
- b) ( ) Masculino.
- c) ( ) Outro \_\_\_\_\_.

1.3) Município em que reside: \_\_\_\_\_.

1.4) Função que ocupou ou ocupa no MST?

---

---

1.5) Já residiu no assentamento Zumbi dos Palmares. Caso sim, em qual (is) ano (s)?

- a) ( ) Sim. Ano (s) \_\_\_\_\_.
- b) ( ) Não.

1.6) Nível de escolaridade

- a) ( ) Nenhum.
- b) ( ) Ensino fundamental incompleto.
- c) ( ) Ensino fundamental completo.
- d) ( ) Ensino médio incompleto.

- e) ( ) Ensino médio completo.
- f) ( ) Ensino superior incompleto.
- g) ( ) Ensino superior completo.
- h) ( ) Pós-graduação incompleto.
- i) ( ) Pós-graduação completo.

1.7) Qual é o seu município de origem:

\_\_\_\_\_

## **2 - Ligação com movimentos sociais e/ou religiosos**

2.1) Já participou de outros movimentos sociais? Caso sim, qual (is) e por quanto tempo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.2) Já fez ou faz parte de algum movimento religioso? Caso sim, qual (is) e por quanto tempo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.3) Na sua visão, o MST possui influência de algum grupo religioso e/ou de algum movimento social? Caso sim, essa influência começou a partir de quando?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **3 - Estruturação e organicidade do MST**

3.1) Existem reuniões com a participação das ocupações e/ou assentamentos para discutir quais ações precisam ser implementadas? Caso sim, elas ocorrem de quanto em quanto tempo?

- a) ( ) Sim.
- b) ( ) Não. Por quê?

\_\_\_\_\_

---

---

3.2) Existem estratégias de resistências diante da atual perseguição pelo governo federal ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Poderia discorrer sobre essa questão?

---

---

---

---

3.3) A mobilização para o processo organizativo das lutas ocorre por meio das:

- a) ( ) Lideranças.
- b) ( ) Comunidade.
- c) ( ) Movimento social. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- d) ( ) Igreja. Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- e) ( ) Assentamento (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_.
- f) ( ) Outros. Qual (is)? \_\_\_\_\_.

3.4) Há espaços coletivos de lazer? Organizam festas e atividades culturais?

---

---

---

**4 - Relação do MST com o governo federal desde o período inicial de ocupação no Zumbi e políticas sociais que tiveram ou têm acesso.**

4.1) Como é a relação do MST com o assentamento? Quais mudanças aconteceram desde a saída da ex-presidenta Dilma Rousseff?

---

---

---

4.2) Qual a ligação do MST com os partidos políticos? Na sua opinião houve algum enfraquecimento depois da deposição da presidenta do Brasil em 2016?

---

---

---

4.3) Quais políticas públicas são direcionadas aos assentados? Conseguem acessá-las?

---

---

---

4.4) Poderia falar um pouco sobre as resistências nos assentamentos? Houve mudanças nos processos de lutas ao longo dos anos?

---

---

---

4.5) Gostaria de falar sobre alguma questão não explicitada nas perguntas anteriores?

a) (  ) Sim

---

---

---

---

b) (  ) Não.

Agradecimentos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Pesquisadora: Thaynara Moreira Botelho.

Observações: \_\_\_\_\_

---

---

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada direcionado às assistentes sociais que atendem ao assentamento Zumbi dos Palmares**

**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

**Pesquisadora:** Thaynara Moreira Botelho.

**1 - Identificação**

1.1) Idade

- a) ( ) De 18 a 29 anos.
- b) ( ) De 30 a 39 anos.
- c) ( ) De 40 a 49 anos.
- d) ( ) De 50 a 59 anos.
- e) ( ) A partir de 60 anos.

1.2) Sexo:

- a) ( ) Feminino.
- b) ( ) Masculino.
- c) ( ) Outro \_\_\_\_\_.

1.3) Núcleo que atende:

- a) ( ) 1.
- b) ( ) 2.
- c) ( ) 3.
- d) ( ) 4.
- e) ( ) 5.

**2 – Trabalho profissional realizado no assentamento**

2.1) Quantas famílias estão cadastradas no CadÚnico?

---

---

2.2) Quantas famílias existem nesse núcleo?

---

---

2.3) Quais são as principais demandas que chegam ao Cras ou Creas?

---

---

---

2.4) Faz visitas ao assentamento?

a) ( ) Sim

b) ( ) Não.

2.5) Quais políticas sociais as famílias conseguem acessar?

---

---

---

2.6) Quais são os principais encaminhamentos realizados?

---

---

---

### **3 – Mudanças no trabalho profissional a partir de diferentes perspectivas governamentais na esfera federal**

3.1) Há quanto tempo trabalha no Cras ou Creas de referência desse núcleo?

---

---

3.2) Quais mudanças e impactos aconteceram a partir das diferentes perspectivas governamentais desde o início do seu trabalho com os assentados?

---

---

---

3.3) Quais políticas sociais deixaram de existir? Quais foram criadas?

---

---

---

3.4) Conheceu o Programa de Assentamentos Rurais da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes? Caso sim, quais mudanças aconteceram depois que ele findou?

---

---

---

3.5) Gostaria de falar sobre alguma questão não explicitado nas perguntas anteriores?

a) ( ) Sim.

---

---

---

---

b) ( ) Não.

Agradecimentos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Pesquisadora: Thaynara Moreira Botelho.

Observações:

---

---

---

## ANEXOS

## ANEXO A – Implantação de mais um prédio da usina São João

## São João implanta nova usina e concretiza sonho de seu fundador

Desde o último sábado, quando a Usina São João S/A, Lyandro S/A, iniciou as suas moendas e veio a funcionar em perfeita harmonia toda engrenagem de seu complexo industrial, a agroindústria de açúcar do Estado do Rio passou a contar com mais um reforço considerável para novas e importantes conquistas.

Com todo seu projeto estruturado com base num lay-out simples e funcional — todo equipamento foi especificado dentro do que há de mais moderno na tecnologia açucareira, num grau de sofisticação inédito na atividade — a nova Usina São João passou a representar um marco do pioneirismo do município de Campos na indústria açucareira fluminense e nacional.

### Arrojo

A nova unidade surgiu de um projeto totalmente original e arrojado, fugindo por completo da rotina do parque açucareiro nacional que sempre foi de ampliação de fábricas já em funcionamento. Esse projeto foi desenvolvido com base no potencial agrícola analisado em três etapas distintas, sendo duas de previsão de crescimento futuro. Ao acionar a nova unidade, a empresa desativou a velha fábrica.

Para a primeira fase foi considerada uma moagem de 6 mil toneladas cana/dia, e que equivale a uma produção diária de 10 mil sacos de 60 kg./dia e um total de 1 milhão e 500 mil sacos, em 153 dias de safra. Mas, toda infra-estrutura está projetada no sentido de se passar gradativamente para moagens de 9 mil toneladas de cana/dia, até ser atingida a meta máxima do projeto, que é de 12 mil toneladas de cana/dia.

Em sua nova fase a Usina São João, que tem como diretores as Sras. Aspásia Lyandro de Albernaz; Hilda Lyandro Martins, Nilda Lyandro Santos, e os Srs. Aylton Damas dos Santos, Jacirinho Lopes Martins e Inácio Lyandro Martins, não esque-

ceu a produção de álcool. E tanto isso é verdade que, sincronizada com as metas do Plano Nacional de Alcool, está montando uma grande destilaria, com capacidade para produzir 90 mil litros diários de álcool anidro para mistura carburante, estando em estudo projeto que vai dotar a destilaria de maior capacidade de fabricação.

Para todos diretores da empresa, a expansão da Usina São João e a conquista de novas metas, expressa pela grandiosidade e imponência do conjunto industrial inaugurado no último final de semana, nada mais é do que o reconhecimento e o agradecimento de toda família ao espírito arrojado e empresarial do saudoso Bartheolomeu Lyandro de Albernaz que, partindo de uma pequena fábrica, soube conduzir a empresa para conquistas maiores com a mesma segurança com que sempre soube conduzir seus empreendimentos.

### Equipamentos

A nova Usina São João — esta está localizada à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a três quilômetros da área urbana de Campos — tem, em linhas gerais, os seguintes equipamentos principais: conjunto de cinco ternos de moendas "Parrot" de 42" x 84"; dois conjuntos de navilhas rotativas, acionados por turbinas a vapor; três geradores de vapor d'água para 34 toneladas de vapor/hora cada um; duas colunas para sulfitação, tanques para dosagem do caldo com controle do PH; conjunto de aquecedores "Weber" com válvulas para limpeza; e dois clarificadores "Rapídoor", com 34 pés.

E mais ainda: quatro caixas de evaporação; quatro cozedores à vácuo de 600 hl cada, e um quinto de 400 hl; quatro centrífugas autogregativas de açúcar; quatro centrífugas contínuas; 10 cristalizadores de 650 hl para as massas A, B e C; dois cristalizadores do tipo "Wespoo"; três secadores, sendo dois do tipo rotativo; e captação d'água com duas bombas centrífugas de 5 mil m<sup>3</sup>/hora de vazão, acionadas por turbinas a vapor, sendo a água trazida às bombas por gravidade, através de um canal de 600 m de comprimento; e dois geradores de energia elétrica de 1.500 KVA.



Fonte: Jornal O Globo, 21/06/1978, apud Ferreira, 2016, p. 21.

### ANEXO B – Exploração de trabalhadores na usina

# Traficante de bóias-frias é preso em Campos

O Delegado Titular da 111ª DP de Campos, José Roberto Vieira acaba de dar voz de prisão ao empreiteiro Luiz Ricardo Accioly Tenório como responsável pela situação de promiscuidade social e escravidão dos bóias-frias que foram recrutados em uma fazenda de Alagoas sob promessas e garantias de uma vida melhor e bons salários, para trabalharem nas lavouras da usina São João em Campos.

O Secretário Estadual do Trabalho, Atila Nunes, que se fez acompanhar na tarde de ontem do subsecretário Antônio Carlos Costa, assessores e do Promotor de Justiça do Estado, Luiz Rodrigues Pinheiro, que representou o Procurador-Geral de Justiça, Carlos Alberto Navega, retornou à Fazenda Campelo com toda a comitiva e a imprensa local, onde ouviu mais uma vez a história dos canavieiros de Alagoas, tendo como testemunha o próprio delegado e o Promotor de Justiça.

Uma parte dos bóias-frias já tinha partido para a terra natal, entre eles o outro empreiteiro Paulo Sérgio, contencioso e co-responsável pelo contrato firmado com Ricardo Accioly Tenório e a Usina São João.

Um fato isolado que chamou a atenção no Aeroporto de Campos. Enquanto a imprensa esperava, a comitiva do Secretário Atila Nunes, o empreiteiro Ricardo Accioly Tenório chegou em um jatinho particular, desembarcando sem ser importunado.

Mais tarde, ao aparecer na fazenda no momento em que a comitiva tomava depoimentos dos bóias-frias, foi detido pelo Delegado José Roberto e seu crime, segundo revelou a autoridade policial é infamável.

Atila Nunes e o subsecretário do Trabalho, Antônio Carlos Costa ao se dirigirem aos bóias-frias ressaltaram as determina-

ções do Governador Moreira Franco de apurar o caso com rigor e do direito de todos como cidadãos livres de voltarem para suas cidades imediatamente, sendo inclusive esse o desejo dos canavieiros de Alagoas, que arrependidos, pediam ao Secretário que os ajudasse a voltar o mais rápido possível para suas famílias.

No local também compareceram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, José Rodrigues Sales, o presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Rio, Eraldo Lyrio e uma advogada do sindicato, que vão providenciar a volta de todos na manhã desta quarta-feira, de ônibus semiteto. A Usina São João, depois da repercussão da denúncia já se dispôs a acertar os atrasados dos contratados, pagando o saldo de salário hoje quando cada um vai receber o acumulado de 420 cruzados novos por 24 dias trabalhados e o contrato será rescindido.

O Secretário Atila Nunes disse, em entrevista, que as denúncias de trabalho escravo, na Usina São João, envolvem cerca de 150 pessoas (homens e crianças) iludidos por promessas mirabolantes de homens que se intitulam "empreiteiros", já que são eles que vão a outros estados, prometem tudo as famílias humildes, e até assinam carteiras de trabalho, como se fossem empresas.

Entre as irregularidades já identificadas, Atila Nunes apontou o trabalho de crianças de 6 e 7 anos, "inclusive com riscos de vida, já que usam facões", contra-

tos de trabalho que dão ao "empregado" direito de deslocar os grupos para qualquer local, e a má qualidade dos aposentos e da alimentação. Atila disse que apenas uma palavra é adequada para definir o alojamento — chiqueiro.

Carlos Alberto Navega, que já deslocou promotores de Justiça para acompanhar as investigações, prometeu rapidez nas soluções. Em resposta a uma pergunta do repórter, explicou que as penas, no caso, estão previstas no artigo 149 do Código Penal — em 2 a 8 anos de reclusão, para quem leva pessoas a um trabalho, de forma análoga ao regime escravo.



Moreira Franco entre Atila Nunes e Carlos Navega

Fonte: Jornal O Fluminense, Niterói, 16/08/1989, apud Ferreira, 2016, p. 30.

### ANEXO C – Ocupação da usina São João

# Campos é novo pólo da Reforma Agrária

Objetivo do MST é recriar Pontal no Norte Fluminense

VASCONCELOS QUADROS

SÃO PAULO — A região de Campos, ao norte do Estado do Rio, será transformada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no novo pólo de reforma agrária no Brasil. Com enormes extensões de terras improdutivas e um grande número de trabalhadores rurais desempregados, Campos receberá o mesmo tratamento do Pontal do Paranaíba, no extremo Oeste de São Paulo, onde, a partir de 1992, o MST concentrou militantes e trabalhadores e um processo massivo de invasões. A região do Pontal é, desde então, uma espécie de tambor na luta pela terra.

Campos já entrou na agenda do MST, mas o calendário de ações está sendo elaborado com discrição. "A região tem um grande número de propriedades particulares ociosas. Muitas estão nas mãos de sucessores falidos", disse ontem um dirigente nacional do movimento, ao sintetizar para o alvo das sem-terra.

A direção nacional do MST está fazendo um levantamento com dois objetivos: primeiro, mapear as propriedades que poderão ser invadidas; depois, determinar o número de trabalhadores rurais de Campos e de municípios da região que poderão ser recrutados para ingressar no acampamento.

Feito o levantamento, o MST dedicará para Campos algumas lideranças nacionais que hoje prestam serviço em outras regiões do país.

Adesão — O primeiro passo para a ocupação de Campos foi dado no sábado, quando cerca de 400 famílias de sem-terra invadiram a Fazenda São João, de 8.500 hectares. Esse contingente foi empurrado hoje com a chegada de mais 200 famílias deslocadas dos municípios de Minas, Conselho do Macaúba, Rio das Oitavas e Casimiro de Abreu.

A estratégia será a mesma usada em outros estados, onde a fisionomia da região começa a ser mudada com a presença das barracas de lona preta erguidas pelos sem-terra à beira das estradas — a vanguarda das invasões massivas.

A referência recente do MST é o Pontal do Paranaíba, uma área de mais de 1 milhão de hectares de terras desoladas situada num triângulo entre São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em menos de cinco anos de atuação, marcada pelo enfrentamento com os fazendeiros, o MST transformou o Pontal no maior pólo de concentração de sem-terra do país, substituindo a pecuária extensiva pelo minifúndio.

Calcula-se que exista hoje no Pontal do Paranaíba um contingente de cerca de 8 mil famílias de sem-terra espalhadas pelos municípios da região. Apesar da tensão e dos riscos de um confronto armado, o conflito forçou a ação dos governos federal e estadual. Atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Terras de São Paulo (Intep) trabalham para implantar no Pontal o maior programa de reforma agrária do país.

Prefeitura dá assistência

Os sem-terra que estão acampados em Campos, no Norte Fluminense, desde a madrugada de sábado, se mantêm animados com o prefeito Anthony Garotinho, para discutir o apoio que o município dará às 800 famílias que ocupam a Fazenda São João, na localidade de Jacarandá. A prefeitura se comprometeu a fornecer água potável, assistência médica, professores para as crianças e transporte.

"A prefeitura vai tentar facilitar ao máximo a situação dos acampados, mas não podemos assumir o papel do Incra", disse Garotinho. Ele afirma que desde ontem estão sendo enviados camibões-pegas ao acampamento e que médicos do Programa de Assistência Integral da Prefeitura também vão ao local.

"Não podemos deixar aquelas pessoas sem assistência".

Garotinho foi informado de que amanhã chegarão mais famílias à fazenda. "Não houve resistência à ocupação. A área era de terra morta que o repouso ao governo federal para saldar dívidas", explicou o prefeito.

Os sem-terra invadiram a fazenda — de 8.535 hectares — com o apoio de vários sindicatos da região. A ocupação tem como objetivo aceitar o processo de desapropriação da área, feito pelo Incra em dezembro do ano passado.



As famílias acampadas na Fazenda São João já estão recebendo água e logo terão médicos e professores

Fonte: Jornal do Brasil, 15/04/1997, apud Ferreira, 2016.

**ANEXO D – Decreto de desapropriação das terras da usina São João****DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1997.**

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazendas da Usina São João", constituído pelos imóveis Santana, Penha, Jacarandá, São Gregório, Santa Maria Segunda, Guriri, Campelo e Cajueiro, situado nos Municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 22 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazendas da Usina São João", constituído pelos imóveis Santana, Penha, Jacarandá, São Gregório, Santa Maria Segunda, Guriri, Campelo e Cajueiro, com área de 7.574,1993 ha (sete mil, quinhentos e setenta e quatro hectares, dezenove ares e noventa e três centiares), situado nos Municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, objeto das Matrículas nºs 8.774, fls. 150, livro 2-AD; 2425, fls. 49, Livro 2-H; 2424, fls. 48, Livro 2-H; 1844, fls. 66, Livro 2-F; 2405, fls. 29, Livro 2-H e 2406, fls. 30, Livro 2-H, todas do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campos dos Goytacazes; Matrícula nº 606, fls. 22, Livro 2-B, do Cartório do 11º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campos dos Goytacazes e Matrícula nº 10.333, fls. 169, Livro 2-AI, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de outubro de 1997; 176º da Independência 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Raul Belens Jungmann Pinto